



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

**DANUZIA LIMA RODRIGUES**

**POBREZA MULTIDIMENSIONAL, TERRITÓRIO E MEIOS DE VIDA NA REGIÃO  
DA ILHA DAS ONÇAS, MUNICÍPIO DE BARCARENA-PA**

Belém  
2019

**DANUZIA LIMA RODRIGUES**

**POBREZA MULTIDIMENSIONAL, TERRITÓRIO E MEIOS DE VIDA NA REGIÃO  
DA ILHA DAS ONÇAS, MUNICÍPIO DE BARCARENA-PA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Economia da Universidade Federal do Pará,  
como requisito para a obtenção do título de  
Doutorado em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Bruno Nascimento  
dos Santos  
Co-orientador (a): Profa. Dra. Izete Pengo Bagolin

Belém  
2019

---

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD**

---

**R696p** Rodrigues, Danuzia Lima  
Pobreza multidimensional, território e meios de vida na região da Ilha das Onças, município de Barcarena-PA / Danuzia Lima Rodrigues. — 2019.

Orientador: ° Ricardo Bruno Nascimento dos Santos  
Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Belém, 2019.

1. Indicadores econômicos - Barcarena (PA). 2. Pobreza. 3. Comunidade Ribeirinha. 4. Meios de vida. 5. Capacitações. I. Título.

---

CDD 23. ed. – 6330.98115

---

Elaborado por Rosângela Caldas Mourão - CRB 2/888

**DANUZIA LIMA RODRIGUES**

**POBREZA MULTIDIMENSIONAL, TERRITÓRIO E MEIOS DE VIDA NA REGIÃO  
DA ILHA DAS ONÇAS, MUNICÍPIO DE BARCARENA-PA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Economia da Universidade Federal do Pará,  
como requisito para a obtenção do título de  
Doutorado em Economia.

**Aprovada em:** \_\_/\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA:**

Prof. Dr. Ricardo Bruno Nascimento dos Santos  
Orientador – PPGE/UFPA

Profª. Dra. Izete Pengo Bagolin  
Co-orientadora – PPGE/UFPA

Prof. Dr. Lee Pegler,  
Membro Externo – ISS-Erasmus University Rotterdam

Prof. Dr. Osmar Tomaz de Souza,  
Membro Externo – PPGE/PUCRS

Prof. Dr. Armando Lírio de Souza, PPGE-UFPA  
Membro Interno – PPGE/UFPA

Prof. Dr. Sérgio Luiz de Medeiros Rivero  
Membro Interno – PPGE/UFPA

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização e conclusão deste trabalho de tese. Muitíssimo obrigada!

## RESUMO

Este trabalho de tese trata de um estudo sobre a dinâmica territorial que tem se desenvolvido na região das ilhas no entorno da Região Metropolitana de Belém (RMB), estado do Pará. O estudo se organiza a partir de um capítulo introdutório de caráter geral sobre a abordagem das Capacitações de Amartya Sen e seus desdobramentos teórico-metodológicos no campo da avaliação da pobreza multidimensional. Na sequência são apresentados três capítulos na forma de artigos tratando da avaliação da pobreza multidimensional a partir de diferentes metodologias aplicadas a um estudo de campo realizado na Ilha das Onças, município de Barcarena. Para cada um dos capítulos, buscou-se desenvolver e apresentar ferramentas teóricas e metodológicas alternativas que visassem apresentar um olhar novo para o problema da relação entre pobreza e desenvolvimento, a partir de uma mediação chave comandada por um olhar sobre a dimensão territorial. O primeiro artigo, apresentado no capítulo 3, inicia a partir da observação dos impactos do processo de urbanização em curso em toda a região do delta do rio Amazonas. Movimento que abarca o próprio processo de urbanização e crescimento da Região Metropolitana de Belém (RMB). O capítulo 4 trata da aplicação de um índice sintético inspirado no Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), adaptado para as condições territoriais da Ilha das Onças. O capítulo 5, por sua vez, trata de maneira específica do estudo desenvolvido para avaliação das condições de vulnerabilidade dos meios de vida da população que vivem na Ilha das Onças, o que visa ser realizado a partir da análise sobre condições qualitativas e quantitativas que se aproximam de avaliação dos níveis de capacitações dos habitantes da ilha. Os resultados apontam para a complexidade da avaliação da pobreza multidimensional quando vista a partir de seus aspectos territoriais. O processo de aumento da vulnerabilidade das populações ribeirinhas pôde ser avaliado ao mesmo tempo em que avança o processo de urbanização. Nesse sentido, conseguiu-se observar que, apesar da melhoria nas condições de renda, a população local ainda se sente bastante restrita em termos do alcance de suas liberdades substantivas, o que parece vir acompanhado de um aumento do seu grau de vulnerabilidade em relação a um excessivo nível de especialização que tem levado a população a um baixo grau de diversificação produtiva.

**Palavras-chave:** Pobreza Multidimensional. Comunidade Ribeirinha. Meios de Vida. Capacitações.

## ABSTRACT

This thesis deals with a study on the territorial dynamics that has developed in the region of the islands around the Metropolitan Region of Belém (RMB), state of Pará. The study is organized from a general introductory chapter on the Amartya Sen's training approach and its theoretical-methodological developments in the field of multidimensional poverty assessment. Three chapters are presented in the form of articles dealing with the evaluation of multidimensional poverty based on different methodologies applied to a field study carried out in Ilha das Onças, municipality of Barcarena. For each of the chapters, we sought to develop and present alternative theoretical and methodological tools aimed at presenting a new look at the problem of the relationship between poverty and development, based on a key mediation commanded by a look at the territorial dimension. The first article, presented in chapter 3, starts from the observation of the impacts of the ongoing urbanization process throughout the region of the Amazon River Delta. Movement that includes the process of urbanization and growth of the Metropolitan Region of Belém (RMB). Chapter 4 deals with the application of a synthetic index inspired by the Multidimensional Poverty Index (IPM), adapted to the territorial conditions of the Island of Ounces. Chapter 5, in turn, deals in a specific way with the study developed to evaluate the vulnerability conditions of the livelihoods of the population living on the Island of Onças, which aims to be carried out based on the analysis of qualitative and quantitative conditions that are evaluation of the levels of training of the inhabitants of the island. The results point to the complexity of assessing multidimensional poverty when viewed from its territorial aspects. The process of increasing the vulnerability of riparian populations could be evaluated at the same time as the urbanization process advances. In this sense, it has been observed that, despite the improvement in income conditions, the local population still feels quite restricted in terms of the scope of their substantive freedoms, which seems to be accompanied by an increase in their degree of vulnerability to an excessive level of specialization that has led the population to a low degree of productive diversification.

**Key-words:** Multidimensional Poverty. Riverine Community. Livelihoods. Capacities.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1-	Mapa da área de estudo com o universo e amostra de residências identificadas .....	76
Figura 2-	Mapa do entorno da área de estudo: Ilha das Onças, Município de Barcarena, PA.....	95
Figura 3-	Mapa da área de estudo com o universo e amostra de residências identificadas.....	97
Figura 4-	Contribuição média das dimensões para o $IPM_{ilha}$ com pesos iguais e com pesos diferentes (cenário 2) .....	107
Figura 5-	Contribuição média das dimensões para o $IPM_{ilha}$ com pesos iguais e com pesos diferentes (cenário 1) .....	109
Figura 6-	Contribuição dimensional para o $IPM_{ilha}$ em todos os cenários analisados.....	110
Figura 7-	Mapa do entorno da área de estudo: Ilha das Onças, Município de Barcarena, PA.....	125
Figura 8-	Mapa da área de estudo com o universo e amostra de residências identificadas.....	126
Figuras 9-	Evolução da Produção de Açaí no Município de Barcarena (2015, 2016, 2017) .....	127
Figura 10-	Distribuição relativa da renda total gerada pela amostra, por categoria de atividades econômicas e benefícios recebidos.....	130

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1-	Diagrama de análise dos meios de vida no meio rural.....	51
Quadro 2-	Teste $t$ sobre as médias das famílias amostradas mais e menos diversificadas.....	133
Quadro 3-	Quadro de Recursos, instituições, condições de acesso e estratégias de meios de vida das populações residentes na Ilha das Onças.....	137

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1-	Relações de PAE's de Belém, Ananindeua e Barcarena (1997- 2015)....	73
Tabela 2-	Total de entrevistados que identificaram restrições de mobilidade e a indicação dos seus principais motivos.....	80
Tabela 3-	Total de entrevistados que identificaram restrições de segurança e seu grau de intensidade, por turno.....	81
Tabela 4-	Hierarquização da escolha dos funcionamentos e dimensões considerados como mais relevantes pela população entrevistada, conforme amostra de população residente na Ilha das Onças, Pará, Brasil.....	100
Tabela 5-	Cenários de construção dos IPM <sub>ilha</sub> , com base em diferentes pesos e dimensões consideradas relevantes pelos entrevistados.....	102
Tabela 6-	Estrutura de dimensões, indicadores, pontos de corte e ponderações do IPM's cenário 1.....	103
Tabela 7-	Estrutura de dimensões, indicadores, pontos de corte e ponderações dos IPM's cenário 2.....	104
Tabela 8-	Resultados por IPM <sub>ilha</sub> .....	107
Tabela 9-	Capital natural e físico conforme dados de campo (Ilha das Onças/2018).	140
Tabela 10-	Capital humano conforme dados de campo (Ilha das Onças/2018) .....	143
Tabela 11-	Capital social conforme dados de campo (Ilha das Onças/2018) .....	145
Tabela 12-	Capital financeiro conforme dados de campo (Ilha das Onças/2018) .....	147

## LISTA DE SIGLAS

AC	Abordagem das Capacitações
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CONEVAL	Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e estatística
ICV	Índice de Condições de Vida
IDF	Índice de Desenvolvimento da Família
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPH	Índice de Pobreza Humana
IPM	Índice de Pobreza Multidimensional
MPI	Índice de Pobreza Multidimensional Global
ONU	Organização das Nações Unidas
OPHI	Oxford Human Development Initiative
PAE	Projeto de Assentamento Agroextrativista
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RMB	Região Metropolitana de Belém
SAGI	Secretaria de Avaliação e Gestão de Informações
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
ZFM	Zona Franca de Manaus

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLOGIAS EMPÍRICAS PARA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE POBREZA MULTIDIMENSIONAL E OS ESTUDOS SOBRE A ESPECIFICIDADE DO AMBIENTE TERRITORIAL NA AMAZÔNIA.....</b>	<b>19</b>
<b>2.1</b>	<b>Abordagens teóricas alternativas para avaliação da relação entre pobreza e desenvolvimento econômico.....</b>	<b>19</b>
2.1.1	Os meios e os fins do desenvolvimento econômico: os fundamentos teóricos da abordagem das capacitações de Amartya Sen.....	23
2.1.2	Pobreza e desenvolvimento rural: a abordagem baseada na noção de meios de vida.....	29
2.1.2.1	<i>Em que consiste os conceitos de ruralidade e desenvolvimento rural.....</i>	<i>33</i>
2.1.2.2	<i>A pobreza rural e suas múltiplas dimensões: rumo a um enfoque territorial</i>	<i>35</i>
<b>2.2</b>	<b>Desenvolvimento humano e pobreza rural: convergências teóricas e perspectivas de análise empírica.....</b>	<b>37</b>
2.2.1	Limitações e experiências relacionadas à operacionalização de um índice sintético de desenvolvimento humano baseado na abordagem das capacitações.....	41
2.2.2	Métodos empíricos relacionados à abordagem dos meios de vida.....	48
<b>2.3</b>	<b>A dimensão urbano-rural e a questão da pobreza territorial na Amazônia.....</b>	<b>53</b>
<b>2.4</b>	<b>Pobreza como objeto de análise para o estudo das perspectivas de desenvolvimento territorial na Amazônia: um estudo sobre a região das ilhas do entorno da Região Metropolitana de Belém.....</b>	<b>57</b>
<b>3</b>	<b>URBANIZAÇÃO E DINÂMICA TERRITORIAL NAS ILHAS DO ENTORNO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM: UM ESTUDO SOBRE A POPULAÇÃO RESIDENTE NA ILHA DAS ONÇAS, MUNICÍPIO DE BARCACENA, PARÁ.....</b>	<b>61</b>
<b>3.1</b>	<b>Introdução.....</b>	<b>61</b>
<b>3.2</b>	<b>Dinâmica territorial e processo de integração urbano-rural na Região Metropolitana de Belém: características e especificidades.....</b>	<b>66</b>
<b>3.3</b>	<b>Regularização fundiária e os efeitos do processo de urbanização recente nas ilhas próximas à Região Metropolitana de Belém.....</b>	<b>71</b>
<b>3.4</b>	<b>Dinâmica de urbanização e transformações das condições de vida da população ribeirinha residente na região da Ilha das Onças, Barcarena, Pará.....</b>	<b>75</b>
<b>3.5</b>	<b>Considerações Finais.....</b>	<b>81</b>
	<b>Referências.....</b>	<b>84</b>

<b>4</b>	<b>IDENTIFICANDO E AVALIANDO FUNCIONAMENTOS E PRIVAÇÕES EM UMA AMOSTRA DE DOMICÍLIOS DA ILHA DAS ONÇAS, PARÁ, AMAZÔNIA, BRASIL.....</b>	<b>87</b>
<b>4.1</b>	<b>Introdução.....</b>	<b>87</b>
<b>4.2</b>	<b>Referencial Teórico-Metodológico.....</b>	<b>90</b>
<b>4.3</b>	<b>Materiais e métodos.....</b>	<b>94</b>
4.3.1	Características territoriais do objeto de estudo: Ilha das Onças.....	94
4.3.2	Identificação do universo geral da pesquisa, método de cálculo amostral e estratégias de aplicação dos questionários.....	96
4.3.3	Coleta de dados.....	97
<b>4.4</b>	<b>Metodologia de cálculo do Índice de Pobreza Multidimensional ajustado para a Ilha Das Onças (IPMilha).....</b>	<b>98</b>
4.4.1	Definição das dimensões.....	99
4.4.2	Definição dos pesos.....	101
<b>4.5</b>	<b>Resultados.....</b>	<b>105</b>
<b>4.6</b>	<b>Considerações Finais.....</b>	<b>111</b>
	<b>Referências.....</b>	<b>112</b>
<b>5</b>	<b>DINÂMICA TERRITORIAL, MEIOS DE VIDA E POBREZA RURAL NA REGIÃO DA ILHA DAS ONÇAS, MUNICÍPIO DE BARCARENA, PARÁ, BRASIL.....</b>	<b>114</b>
<b>5.1</b>	<b>Introdução.....</b>	<b>114</b>
<b>5.2</b>	<b>Pobreza rural e entitamentos: rumo a perspectiva dos meios de vida..</b>	<b>117</b>
<b>5.3</b>	<b>A abordagem dos Meios de Vida: aspectos teóricos e metodológicos.....</b>	<b>120</b>
<b>5.4</b>	<b>Características territoriais do objeto de estudo, metodologia e técnicas de cálculo amostral.....</b>	<b>124</b>
<b>5.5</b>	<b>Resultados.....</b>	<b>127</b>
5.5.1	Padrão de geração de renda, ocupação, diversificação e vulnerabilidade da população ribeirinha da Ilha das Onças.....	127
5.5.2	Níveis de produção e renda da população ribeirinha da Ilha das Onças.....	129
5.5.3	Nível de rendimentos, diversificação, pluriatividade e vulnerabilidade da população ribeirinha da Ilha das Onças.....	131
<b>5.6</b>	<b>Meios de vida, estratégias e condição de agência das populações ribeirinhas da Ilha das Onças.....</b>	<b>135</b>
<b>5.7</b>	<b>Considerações Finais.....</b>	<b>148</b>
	<b>Referências.....</b>	<b>151</b>
<b>6</b>	<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>153</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>158</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>163</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Com base em uma literatura bastante difundida sobre o acelerado processo de urbanização da Amazônia nas últimas décadas do século XX (BECKER, 1982; BROWDER; GODFREY, 1997), destaca-se o papel que o projeto de integração nacional e o crescimento das atividades agropecuárias e minerais impulsionados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), assim como a construção da Zona Franca de Manaus (ZFM) tiveram, direta ou indiretamente, em termos da expansão populacional das regiões metropolitanas de Belém e Manaus, entre os anos de 1960 e 1990. (TRINDADE JUNIOR, 1998; CARDOSO, 2007; CARDOSO, *et al.*, 2015).

Por outro lado, da mesma forma como este processo amplo de urbanização favoreceu o crescimento destas duas principais regiões metropolitanas, também estimulou, no mesmo período, a criação e expansão de pequenas e médias cidades no interior de diversos estados da Amazônia Oriental Brasileira. Cidades que acabariam por servir como base de apoio e suporte para a instalação de empreendimentos madeireiros, agropecuários, de mineração e garimpo em diversas regiões da fronteira nos estados do Pará, Maranhão, Rondônia e Tocantins<sup>1</sup>. Configurando, assim, um amplo processo de urbanização na região. (BECKER, 1982; BROWDER; GODFREY, 1997).

Neste sentido, com a expansão do sistema de rodovias, aeroportos, projetos de industrialização e grandes empreendimentos de infraestrutura – que viriam a acompanhar o crescimento destas cidades, integrando regiões distantes da Amazônia à região Sudeste e Centro-Oeste do país – o crescimento no fluxo migratório intra e inter-regional acabaria por representar neste período um fenômeno de grande intensidade e alcance em toda a Amazônia. Ampliando, ao mesmo tempo, o nível de conflitos fundiários e a desorganização territorial e completa reestruturação de todo o espaço rural e urbano da região.

Autores como Browder e Godfrey (1997) destacam neste contexto de expansão da chamada fronteira urbana amazônica, o crescimento especificamente explosivo da Região Metropolitana de Belém (RMB); que apresentou uma taxa de crescimento anual de 3,69% entre 1970 e 1991, o dobro da taxa de crescimento do país durante o mesmo período (BROWDER; GODFREY, 1997, *apud* CARDOSO, 2007, p. 14). Trindade Junior (1998) e Cardoso (2007) destacam ainda, no mesmo sentido, que durante a década de 1980, o município de Belém teve um crescimento populacional de 11.33%, o que transformou a cidade em um dos principais

---

<sup>1</sup> Estados que fazem parte do que hoje podemos chamar de região da Amazônia Oriental Brasileira.

destinos regionais em termos da imigração de populações do interior do Estado do Pará; assim como de habitantes de Estados vizinhos. (CARDOSO, 2007).

Ao todo, pode-se dizer que ao longo das últimas décadas, iniciou-se um processo explosivo de crescimento da população urbana da cidade de Belém, e seu entorno, no sentido de sua transformação em um grande centro metropolitano regional que se espraia na parte sul do delta do rio Amazonas, com interfaces territoriais que vão da integração modal do eixo rodoviário da BR 316 e Belém-Brasília (no sentido às cidades de Ananindeua e Castanhal); assim como expandindo o seu grau de influência por via fluvial em relação à imensa rede de rios e afluentes próximos à ilha do Marajó e às proximidades da foz do rio Tocantins (área mais ao sul da Região Metropolitana de Belém).

O resultado tem sido a constituição de uma imensa teia de relações e atividades comerciais, industriais, de extrativismo e prestação de serviços que se espraiam por uma grande área ou *hinterland* no entorno da cidade de Belém; atravessando, pelo lado dos rios, municípios como Barcarena, Abaetetuba e diversos outros territórios de ilhas, furos<sup>2</sup> e igarapés, e regiões e municípios de beira de rio, no entorno do centro da cidade e em direção ao Baixo Tocantins e à ilha do Marajó. No sentido continental, por outro lado, as conexões do centro metropolitano de Belém se espraiam por meio de estradas no sentido Nordeste e Sudeste do estado do Pará, chegando até os estados do Maranhão, Tocantins e Mato Grosso. Movimento orientado pelo eixo principal da BR 316, Belém-Brasília e PA 150 no sentido Castanhal, Paragominas e Marabá.

Movimento muito semelhante a esse processo multifacetado e diverso de crescimento e urbanização de Belém, tem ocorrido em diversas outras regiões da Amazônia Oriental Brasileira, mas em menor intensidade. Neste sentido, cidades médias como Castanhal, Marabá, Parauapebas, Altamira, Santarém e Paragominas (todas no Pará), são exemplos do ritmo de expansão generalizados que abarca, inclusive, as cidades médias em diversas regiões do estado do Pará. E que também têm acompanhado o crescimento do processo de urbanização em curso na Amazônia nas últimas décadas; provocando diversos problemas de falta de infraestrutura urbana em toda a região da Amazônia Oriental.

Como síntese, pode-se afirmar que à medida que historicamente a dinâmica da fronteira urbana e do processo de expansão das frentes agropecuária, madeireira e mineral em direção à Amazônia se intensifica, a partir dos anos de 1970 e 1980, a atração de novos agentes econômicos, junto à desestruturação dos territórios tradicionais existentes, toma uma proporção

---

<sup>2</sup> Pequenos cursos de água que ligam um rio a outro e que não permitem ou dificultam a navegação de embarcações maiores.

das mais relevantes e dramáticas, se comparadas a qualquer outra região do país no mesmo período. (BROWDER; GODFREY, 1997).

Neste momento, como não poderia deixar de ser, um forte processo de estranhamento se aprofunda entre as novas dinâmicas territoriais que se impõem e as condições de vida tradicionais das populações locais de índios, ribeirinhos, seringueiros, caboclos e quilombolas. O que desencadeia um processo complexo de exclusão e inclusão, ou desterritorialização e reterritorialização destas comunidades ditas tradicionais (HAESBAERT, 2012), por vias do crescimento tanto da renda como da pobreza, ambas movidas por um rápido processo de transformação do espaço de vida destas comunidades; que passam a ter seus territórios e meios de vida cada vez mais transformados e integrados ao processo de crescimento econômico e urbanização intensa da região.

Estudos recentes ligados ao aprofundamento da análise sobre as condições de vulnerabilidade social de populações tradicionais na Amazônia, como um todo, têm despertado, por isso, a atenção crescente de pesquisadores interessados no estudo das implicações de todo esse processo de urbanização da região e seus impactos; vis a vis a expansão da pobreza e vulnerabilidade de suas populações tradicionais, assim como seus efeitos em termos de crescimento acelerado dos índices de desmatamento e degradação de diversos recursos humanos, ambientais e culturais na região.

Por esse ponto de vista, inclusive, acredita-se que avaliar as condições de pobreza de maneira adequada nestas regiões de fronteira impactadas por estas transformações urbanas intensas, implica, por outro lado, em dar atenção especial aos componentes territoriais e multidimensionais específicos da região; os quais têm sido determinantes para a avaliação das condições de agência ou grau de liberdade substantiva que as populações locais têm conseguido dispor em meio a um ambiente de profunda e rápida transformação socioespacial e ambiental. (CARDOSO, 2007).

Neste contexto, urge a necessidade de utilização de indicadores mais adequados para análise dos efeitos (positivos e negativos; diretos e indiretos) dessas dinâmicas territoriais em curso, e sobre a formação de novas e supostas territorialidades em construção, que acabam por influenciar na transformação dos próprios meios de vida dessas populações. Estudos que permitam aprofundar uma avaliação mais específica sobre os desdobramentos da expansão urbana na região e sua relação com a transformação das instituições e ambientes urbano-rurais onde ainda vivem parte significativa das populações tradicionais; os quais tem impulsionado, por hipótese, a formação de uma diversidade de trajetórias de adaptação das comunidades locais em relação ao crescimento econômico e/ou demográfico de seus territórios.

Um movimento que acaba por impulsionar, ao mesmo tempo, processos de crise ambiental, empobrecimento de segmentos mais tradicionais da população local, enriquecimento monetário de parte dos segmentos ligados à expansão do mercado de produtos específicos de valor comercial, assim como mudanças direta e indiretamente associadas ao aumento da diversidade das formas de vida e modelos diferenciados de integração e reação das comunidades locais em relação à pressão exercida pelo amplo processo de urbanização e atuação de grandes empreendimentos em curso na região.

Sendo assim, pretende-se avançar de maneira específica neste trabalho de tese, em um estudo de caso sobre a dinâmica econômica e territorial que tem se desenvolvido na região das ilhas no entorno da Região Metropolitana de Belém (RMB), estado do Pará; a partir da observação dos impactos do processo de urbanização em curso em toda a região do delta do rio Amazonas. Movimento que abarca o próprio processo de urbanização e crescimento da RMB, extrapolando, no entanto, as discussões estritas ao seu movimento de expansão da malha urbana para dentro de sua área continental, chegando a analisar os seus efeitos sobre os espaços rurais da região das ilhas no seu entorno.

Estratégia que se justifica tendo em vista que o seu processo de urbanização atinge também regiões habitadas por populações ribeirinhas e comunidades rurais e extrativistas que vivem em ilhas até então consideradas relativamente isoladas, apesar de se localizarem em áreas bastante próximas ao centro da cidade de Belém. O que permitiu que as mesmas fossem afetadas de maneira significativa e diferenciada também pelo que se poderia chamar de processo extensivo de urbanização na Amazônia. (MONTE-MÓR, 1994).

Dessa forma, tendo em vista o objetivo de oferecer uma melhor delimitação do objeto de estudo, pode-se afirmar que a região das ilhas do entorno de Belém, objeto principal de análise neste trabalho, é composta por 39 ilhas que compõem formalmente a região insular da RMB e mais algumas ilhas que – apesar de fazerem parte de municípios vizinhos – apresentam características bem similares às demais ilhas que compõem a porção insular do município de Belém; estando muitas delas localizadas em áreas hoje contíguas e/ou muito próximas ao centro da cidade. Separadas apenas por um largo rio, furo ou baía.

Ao se procurar compreender a complexidade da dinâmica territorial atualmente em curso na região, pretende-se avaliar, ao mesmo tempo, os impactos e desafios que essa transformação estrutural e dinâmica do território habitado por essas populações de várzea tem experimentado nos últimos anos. Avaliar os efeitos do processo de urbanização acelerado, observados a partir de uma perspectiva multidimensional; e levando em consideração o poder de reação e agência dessas populações tradicionais em relação à tentativa de controle de seu

território e meios de vida por parte de diversos tipos de atores e estruturas que lhe são impostas a partir de fora. Estimulando um processo de reação, resistência e/ou elaboração de estratégias de integração destas comunidades, de maneira a tornar o processo de urbanização uma variável em condições de ser explorada de modo mais positivo e favorável à construção de estratégias autônomas: seja através da busca pela manutenção de seus meios de vida o mais próximo possível das formas tradicionais; seja abarcando novos interesses urbanos de consumo e/ou mudança no padrão de vida que se estabelecem de maneira dinâmica no território. Em um processo de interação e integração cada vez mais acentuado e visível entre as dinâmicas rurais e urbanas.

De maneira mais específica, portanto, pretende-se avançar em um estudo sobre a relação que se constitui entre essas novas dinâmicas territoriais que se impõem à essas populações ribeirinhas, e as condições de pobreza multidimensional que se estabelecem e/ou se recriam no território das ilhas no entorno de Belém. Utilizando como objeto de análise empírica, e estudo de caso, uma das maiores ilhas da região, localizada no município de Barcarena, nas proximidades da RMB: a chamada Ilha das Onças.

Área escolhida para este estudo tendo em vista a sua grande dimensão espacial e características bastante específicas; como região ribeirinha de difícil acesso, e que se localiza nas proximidades de duas áreas ou centros urbanos importantes (a Região Metropolitana de Belém e a cidade industrial de Barcarena). Ambas cidades com forte poder de atração e geração de impacto diretos e indiretos sob os meios de vida das populações ribeirinhas locais; as quais, apesar da proximidade territorial em relação a esses dois centros urbanos, ainda apresentam características de ruralidade muito marcadas pelo isolamento. O que se evidencia tendo em vista a persistência das dificuldades de acesso e a carência que se apresentam em termos de serviços urbanos básicos: como energia elétrica, água potável, educação, saúde, mobilidade e segurança. O que as coloca em uma situação intermediária entre as situações de integração territorial em relação ao centro de irradiação urbana, tanto de Belém como de Barcarena.

Com esse objetivo em mente pretende-se, num segundo capítulo, fazer uma apresentação das abordagens teóricas e metodologias empíricas que têm sido utilizadas para o estudo da pobreza multidimensional e sobre os meios de vida de populações rurais em diversas realidades territoriais no Brasil e no mundo; assim como sobre as abordagens teóricas e metodológicas que têm sido sugeridas para avaliação dos níveis de pobreza multidimensionais em realidade territoriais específicas. Bem como para a construção de índices sintéticos e abordagens qualitativas e quantitativas alternativas que poderiam ser adaptadas para avaliação

das estratégias de superação da pobreza e/ou vulnerabilidade nos meios de vida por parte de populações ribeirinhas da Amazônia.

No terceiro capítulo, apresenta-se o primeiro artigo da tese, o qual busca fazer uma revisão de literatura e investigar os efeitos territoriais do processo de urbanização recente da Amazônia, assim como seus efeitos sobre a dinâmica e impactos específicos sobre as regiões das ilhas próximas à Região Metropolitana de Belém. Destaque aqui será dado à descrição das transformações decorrentes do crescimento da Região Metropolitana de Belém e seus impactos em termos da urbanização e mudanças nas condições de vida das populações residentes na região da Ilha das Onças, como objeto de estudo empírico específico.

Os capítulos 4 e 5, tratam da elaboração de dois artigos que resultaram também da mesma pesquisa de campo realizada na região da Ilha das Onças, município de Barcarena-PA, com o objetivo de avaliar as condições específicas de pobreza multidimensional e vulnerabilidade nesse território habitado basicamente por populações ribeirinhas da Amazônia. Nos dois casos, o objetivo é avaliar a capacidade de agência dos moradores da ilha, assim como os seus níveis de restrição e pobreza, medidos tanto por índices sintéticos que tratam da análise do grau e poder de agência das famílias ribeirinhas em relação ao acesso aos “funcionamentos” de valor que as mesmas tem razão para valorizar; como em relação às capacidades e poder de tomada de decisões das famílias em montar estratégias de sobrevivência que se mostrem efetivas em termos de afastá-las da condição de pobreza e/ou vulnerabilidade social.

Neste sentido, o capítulo 4, trata da aplicação de um índice sintético inspirado no Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), adaptado para as condições territoriais da Ilha das Onças. O capítulo 5, por sua vez, trata de maneira específica do estudo desenvolvido para avaliação das condições de vulnerabilidade dos meios de vida da população que vivem na Ilha das Onças, o que visa ser realizado a partir da análise sobre condições qualitativas e quantitativas que se aproximam de avaliação dos níveis de capacitações dos habitantes da ilha. Ao todo, pretende-se avaliar em que medida as populações ribeirinhas da região têm conseguido manter uma estratégia de manutenção dos seus meios de vida de maneira adequada, e seguindo seus objetivos de ampliação de suas capacidades e/ou funcionamentos de valor, conforme perspectiva teórica proposta pela abordagem das capacitações de Amartya Sen.

## **2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLOGIAS EMPÍRICAS PARA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE POBREZA MULTIDIMENSIONAL E OS ESTUDOS SOBRE A ESPECIFICIDADE DO AMBIENTE TERRITORIAL NA AMAZÔNIA**

Este capítulo tem o objetivo de apresentar o referencial teórico e as metodologias empíricas que serão utilizadas nos três artigos apresentados ao longo da tese. Numa primeira seção, será abordado os referenciais teóricos principais que dão sustentação à pesquisa como um todo. Esta seção está dividida em duas partes: numa primeira, é apresentada a “abordagem das capacitações” de Amartya Sen e seus desdobramentos em termos de estudos sobre a pobreza multidimensional como ferramenta teórica-metodológica principal do trabalho; em seguida, será apresentada a abordagem teórica baseada nos estudos sobre os meios de vida rural e seus desdobramentos em termos de uma análise da pobreza em uma perspectiva territorial. Numa segunda seção, serão abordados de maneira mais direta a discussão sobre os métodos e técnicas de pesquisa que serão utilizadas nos artigos apresentados nos capítulos 4 e 5 assim como as justificativas da necessidade de sua adequação para o caso específico da avaliação da pobreza multidimensional em regiões ribeirinhas da Amazônia. Realidades as quais têm sofrido recentemente com uma forte pressão dos processos de urbanização. Temática que será tratada de maneira introdutória nas seções finais do capítulo.

### **2.1 Abordagens teóricas alternativas para avaliação da relação entre pobreza e desenvolvimento econômico**

De um modo geral, a questão da relação entre pobreza e desenvolvimento econômico tem ocupado a agenda de preocupações dos economistas ao longo de toda a história do pensamento econômico; embora possam ser feitas várias ressalvas metodológicas quanto as suas diferentes conotações e significados utilizados ao longo de séculos. Além do mais, como acentua Romão (1986), particularmente quanto a definição de pobreza, esta não aparece como categoria analítica específica em nenhuma corrente de pensamento, o que de certo modo cria um embaraço teórico quanto ao seu tratamento.

Durante a década de 1990, incentivada muito mais por organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Mundial<sup>3</sup>, do que propriamente como uma agenda de

---

<sup>3</sup> Durante os anos de 1990, o PNUD inicia a publicação da série Human Development Report (Relatório do Desenvolvimento Humano) com o objetivo de avaliar o “progresso humano”, inclusive, instituindo o Índice de Desenvolvimento Humano. Mais adiante, entre os anos de 1996 e 2000, a ONU define o “Ano Internacional de Erradicação da pobreza” (1996) e a lança os “Objetivos do Desenvolvimento do Milênio” (2000) ambos diretamente relacionados aos objetivos de erradicação da pobreza.

pesquisa do *mainstream* acadêmico em economia, a questão da pobreza ganha uma nova proporção nas discussões acerca do caráter e dos objetivos do desenvolvimento econômico. Neste novo momento histórico, ganha destaque – por fora inicialmente do campo de pesquisa do *mainstream* acadêmico em economia – a obra de Sen (1980, 1985, 1987, 1999, 2000, 2001); o qual nas últimas décadas têm desenvolvido estudos, entre outros aspectos, relacionados à noção utilitarista (*welfarista*) de igualdade e suas repercussões em relação à avaliação de políticas de bem-estar social. Assim como de suas consequências para uma avaliação mais ampla da relação entre pobreza, desenvolvimento e desigualdade econômica<sup>4</sup>.

De acordo com a perspectiva originalmente proposta por Amartya Sen, os limites da abordagem utilitarista do desenvolvimento econômico e do bem-estar social estariam relacionados ao seu “espaço de valorização” da igualdade, a qual procura levar em consideração – como espaço de avaliação de bem-estar – elementos determinados apenas por um estado de satisfação mental das pessoas. No qual o “justo” é tido como a garantia da condição da igualdade dos indivíduos em suprirem seus desejos, ou necessidades, por um ponto de vista estritamente “privatista” e “mentalista”; sem que se leve em consideração os aspectos substantivos implícitos ou o contexto social em que as escolhas das pessoas são definidas, realizadas e aceitas em sociedade. Não é por um acaso o grande interesse de Amartya Sen em relação ao estudo sobre a relação entre ética e economia na história do pensamento econômico. Estudos estes bastantes desenvolvidos pelo autor ao longo dos anos de 1980<sup>5</sup>.

Contrapondo-se à abordagem utilitarista tradicional, Amartya Sen defende nestes estudos dos anos de 1980 uma reaproximação da ciência econômica em relação ao debate sobre ética, o que o levaria a iniciar um amplo questionamento sobre os critérios e definições teóricas

---

<sup>4</sup> Um dos elementos mais fundamentais da ética utilitarista como base de sustentação filosófica do *mainstream* em economia, segundo Sen (1999) é sua característica relacionada ao chamado “welfarismo”, o qual representa um princípio presente dentro da ética utilitarista que apenas atribui valor a elementos que tenham ou gerem utilidades. Ou seja, representa um *espaço focal* que tem a característica de priorizar a igualdade no espaço dos ganhos individuais relacionados à obtenção de prazer, desejos ou alguma medida de felicidade - ambas podendo ser representadas pela métrica da obtenção de utilidades. Assim, a *base informacional* do utilitarismo, segundo Amartya Sen, estaria constituída em seus fundamentos, por uma métrica de avaliação de bem-estar que tem como sustentação a observação de um estado mental das pessoas, e que – devido seu caráter complexo e subjetivo – não se prestaria adequadamente para o objetivo de fazer comparações interpessoais. Esse seria, segundo Amartya Sen, uma das principais limitações da base informacional do utilitarismo como teoria filosófica, ética e de justiça subjacente a estudos sobre as condições de pobreza e desigualdade no campo da ciência econômica. Ver mais a respeito em Sen (2000 e 2001).

<sup>5</sup> De acordo com o utilitarismo, o valor do estado de satisfação mental dos indivíduos seria o parâmetro utilizado como medida do grau de desenvolvimento econômico de uma sociedade. Para Amartya Sen, essa é a tônica da tradicional teoria do bem-estar social de matriz neoclássica. Por essa perspectiva, quanto maior o nível de bem-estar agregado de uma sociedade, maior o seu nível de desenvolvimento. O que aos olhos do referido autor, representaria uma abordagem equivocada do ponto de vista dos critérios éticos que deveriam fundamentar o próprio campo da ciência econômica. Sen (1986).

no que tange o significado, importância e diferenças entre os “meios” e os “fins” do desenvolvimento econômico. Nesse momento, Amartya Sen defende que os estudos sobre a relação entre ética e economia se voltassem para os fundamentos filosóficos iniciais da ciência econômica; assim como para um melhor esclarecimento das escolhas éticas implícitas nos métodos e abordagens teóricas contemporâneas, as quais pareciam não deixar claro ou não assumir de maneira explícita o critério de valoração implícito em suas abordagens.

Seguindo essa linha de raciocínio, e amparado em evidências empíricas de trabalhos realizados entre os anos de 1970 e 1980 em relação a diversas experiências de fomes coletivas em países de continentes como a Ásia e a África, Amartya Sen desenvolve, no início dos anos de 1990, uma abordagem teórica mais completa sobre os fundamentos e limitações da teoria econômica do desenvolvimento. Nesta nova perspectiva, Amartya Sen procura tratar as capacidades humanas como expressão do grau de liberdade substantiva das pessoas e como forma de abarcar teoricamente uma nova perspectiva ética sobre a relação entre pobreza e desenvolvimento econômico. Abordagem que ficaria conhecida pelo nome de “abordagem das capacitações” ou do “desenvolvimento humano”. Perspectiva que visa ampliar a possibilidade de escolhas sobre as dimensões da vida humana que deveriam ser avaliadas, quando do objetivo de se construir indicadores com o intuito de avaliar os níveis de pobreza e/ou desenvolvimento humano de uma sociedade.

Tendo em Amartya Sen sua grande fonte de inspiração teórica, essa nova perspectiva alcança um grande impacto político e finalmente acadêmico ao longo dos anos de 1990. Momento em que também se aprofunda um grande debate internacional sobre a questão ambiental e, de maneira específica, em relação ao conceito de desenvolvimento sustentável. Ou seja, ao mesmo tempo em que a abordagem de Amartya Sen se torna bastante festejada, influenciando na delimitação de diretrizes na elaboração de políticas de combate à pobreza pelos principais órgãos multilaterais: como o Banco Mundial e a ONU; um amplo debate sobre os limites físicos em relação às condições efetivas de crescimento econômico tem vazão em meio a um, também amplo, debate sobre a relação entre crescimento econômico e a capacidade de suporte físico e ambiental do planeta.

Nesse sentido, o novo ambiente de discussão internacional se volta, a partir dos anos 1990, para a reflexão sobre os rumos do debate sobre as diferenças entre os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico em seu sentido prático e fundamentação conceitual e filosófica mais ampla; também no sentido de seu afastamento em relação aos critérios estritamente produtivistas e quantitativos de avaliação do nível de bem-estar das pessoas e sociedades. Os quais pareciam estar focados, em sua maior parte, apenas para avaliação e

ampliação dos parâmetros de produção, renda e consumo como únicos critérios de avaliação do bem-estar social.

Critérios mais abertos, envolvendo a dimensão da pobreza multidimensional e a sustentabilidade ambiental em sentido amplo, emergem nos anos de 1990, portanto, convergindo com o debate sobre desenvolvimento humano e a abordagem das capacitações propostos por Amartya Sen. Ambos como ingredientes novos e importantes que acabam se fundindo muitas vezes em relação às reflexões mais profundas e críticas sobre a necessidade de elaboração de um novo modelo de desenvolvimento econômico, com o objetivo de dar conta do desafio em termos da busca pela sustentabilidade e melhoria das condições de vida de toda a população do planeta.

Em meio a tudo isso, emerge uma grande convergência, portanto, entre os debates sobre pobreza, desenvolvimento e sustentabilidade; ambos em um claro e profundo ambiente de contestação em relação às formas e fórmulas tradicionais de busca pelo crescimento econômico até então experimentados pelas sociedades ocidentais. Ao ponto de se chegar à uma definição conjunta, em órgãos multilaterais, de um conceito bastante festejado à época: o conceito de “desenvolvimento sustentável”, o qual passou a servir como um grande e novo ideário para as propostas que precisariam ser elaboradas tendo em vista o sentido amplo de desenvolvimento da humanidade, e não restrito apenas a seus parâmetros produtivistas, medidos em termos de renda, produção e crescimento econômico.

No final dos anos de 1990, em meio a esse debate de grande proporção sobre os conceitos de desenvolvimento, sustentabilidade e pobreza; emerge, por fim, uma vertente específica da discussão ligada à extrapolação da questão do desenvolvimento e pobreza aplicada de maneira específica ao ambiente territorial rural: a chamada abordagem dos meios de vida ou *livelihoods*. Inicia-se assim, nos anos 2000, um debate em que finalmente a dimensão dos territórios das chamadas regiões rurais, em específicos, passariam a ser objeto de análise teórica e empírica de maneira direta, e relacionado à questão da pobreza multidimensional e da aplicação da abordagem das capacitações de Amartya Sen.

É sobre a trajetória de evolução desses diferentes debates e conceitos teóricos mais amplos sobre a relação entre pobreza e desenvolvimento – assim como aqueles que, de maneira específica, têm se voltado para o estudo da sua dimensão rural e territorial – que serão concentrados os esforços desse trabalho nos dois próximos subtópicos deste capítulo.

### 2.1.1 Os meios e os fins do desenvolvimento econômico: os fundamentos teóricos da abordagem das capacitações de Amartya Sen

Entre as diferentes teorias sobre justiça que têm sido colocadas como perspectivas hegemônicas no debate tradicional sobre desenvolvimento no campo da ciência econômica, o utilitarismo, sem dúvida alguma, tem sido historicamente uma das mais influentes. De acordo com esta abordagem, o bem-estar ou espaço de avaliação do desenvolvimento das sociedades deveria estar relacionado à ampliação do nível de “satisfação mental” que uma determinada população usufrui; principalmente, a partir de seus padrões e alcance de cestas de consumo mais elevados do ponto de vista de seu grau de satisfação medidos, por exemplo, pelas chamadas curvas de indiferença da microeconomia tradicional. Por esta ótica, a ampliação do nível de desenvolvimento de um país é entendida pela teoria econômica tradicional como devendo ser medida, a partir de uma métrica de ampliação do seu nível de bem-estar avaliado pelos graus de utilidades, felicidades ou satisfação que as pessoas, no agregado, conseguem obter a partir de padrões ou cestas de consumo que possam ser alcançadas pela população de uma determinada região ou país.

Sendo assim, uma das características da abordagem utilitarista aplicada à ciência econômica, seria a consideração da soma total de utilidades como métrica geral e finalística a ser considerada como critério objetivo para avaliação dos níveis de bem-estar social (o chamado ranking pela soma). Sem que se leve em consideração os diferentes níveis de satisfação das pessoas consideradas individualmente<sup>6</sup>, mas sim apenas de maneira agregada; ignorando, por exemplo, os seus níveis de distribuição entre indivíduos ou grupos. Daí uma das principais razões para as várias críticas que foram direcionadas à abordagem utilitarista; dentro de um amplo debate que acompanha a ciência econômica desde o final do século XVIII, quando Adam Smith inaugurou as reflexões sobre a relação entre ética e economia no campo da filosofia moral.

Dentro do campo do debate específico sobre desenvolvimento econômico, a questão da relação entre critérios objetivos e subjetivos de bem-estar tem sido, desde meados do século XX, limitado à primazia da noção de eficiência, que prioriza apenas os chamados aspectos “positivos” e não “normativos” da ciência econômica; relegando para um segundo plano os debates sobre seus aspectos distributivos.

---

<sup>6</sup> Para os familiarizados com a teoria microeconômica tradicional, a ampliação do nível de utilidade total se daria pelo aumento de utilidade de uma pessoa com um nível de utilidade marginal maior, não importando o nível de utilidade total dessa pessoa. O que analiticamente implica na desconsideração do fenômeno da desigualdade.

Assentada no conceito de ótimo de Pareto, como bem chama atenção Sen (1997, p. 22), a abordagem hegemônica do utilitarismo na economia enfim conseguiu, a partir de então, eliminar a necessidade de tratamento de questões consideradas como “juízos de valor”; tais como questões relacionadas a distribuições de renda e comparações interpessoais de utilidade, entre outros aspectos. Daí em diante, deveriam ser consideradas como prioritárias pela ciência econômica apenas o uso de critérios tidos como objetivos, sendo a noção de eficiência de Pareto um dos principais. O que poderia resolver, segundo essa tradição teórica, o desconforto com o tratamento político em relação às questões de desigualdade; assumindo a ciência econômica de modo completo, a partir desse momento, o abandono do problema complexo da distribuição interpessoal de utilidades e sua relação com o problema da medida objetiva de bem-estar entre indivíduos que utilizam critérios pessoais e subjetivos como medidas de satisfação pessoal.

Ainda seguindo o raciocínio de Sen (1997), a sorte dos pobres neste contexto poderia não melhorar, se estivessem em uma situação de Ótimo de Pareto, e isso não seria um problema do ponto de vista da teoria econômica positiva então em alta. Sendo assim, estas questões deixariam de ser um problema de ordem teórica, passando a ciência econômica e os debates sobre desenvolvimento, a partir de então, a concentrar-se em aspectos de análise de eficiência e custo-benefício relacionados especificamente ao aumento dos níveis de bem-estar social medidos em termos de escolhas; as quais passou-se a considerar que seriam feitas com base em preferências subjetivas e não comparáveis entre si.

Chega-se assim, a uma abordagem hegemônica do campo teórico da chamada “Economia do Bem-Estar Social”, a qual concentra, a partir de meados do século XX, suas preocupações apenas com a noção de eficiência, enquanto o problema da desigualdade e distribuição ficariam relegados a um segundo plano, ligados mais diretamente a abordagens consideradas normativas e/ou de menor valor científico (em contraposição à suposta positividade da noção de eficiência econômica no sentido de Pareto).

Esse imenso fosso teórico e metodológico que se colocou entre as abordagens “positivas” e “normativas” só seriam dissolvidas analiticamente, mais recentemente, num contexto onde se passou a buscar novamente questionar o lugar e os fundamentos ético-normativos das próprias abordagens teóricas utilitaristas aplicadas à ciências econômica; assim como apontando os aspectos subjetivistas e normativos presentes inclusive no conceito de eficiência de Pareto. Abordagem metodológica que recebeu contribuição significativa dos trabalhos de Amartya Sen.

Neste momento, Amartya Sen parece conseguir abrir novos caminhos para a reflexão filosófica e metodológica em relação ao debate entre análises positivas e normativas no campo

da ciência econômica, assumindo como argumentação principal a defesa da natureza intrínseca do caráter ético/moral, e normativo, da ciência econômica. Ou seja, compreendendo que, afinal, existia por parte da teoria econômica tradicional uma primazia dos aspectos de eficiência em detrimento dos aspectos distributivos; e que, por isso, os mesmos também deveriam ser compreendidos como resultado de escolhas, as quais deveriam também ser tratadas no campo da consideração normativa da ciência econômica.

Entre as teorias que dariam suporte importante para os avanços nas reflexões de Amartya Sen no campo da crítica das abordagens econômicas de viés utilitaristas, está a teoria da justiça proposta por John Rawls, o qual, principalmente, no livro, *Uma Teoria da Justiça* (1971), procura demonstrar os déficits de igualdade supostamente inerente à abordagem utilitarista. Para Rawls (1971), a abordagem utilitarista da justiça – a qual teria seus rebatimentos no campo da ciência econômica – pecaria por não levar em consideração o que ele chamaria de ‘bens primários’; levando em conta apenas as escolhas baseadas nas preferências subjetivas de cada indivíduo, não importando em que condições estas escolhas são feitas. Para Rawls (1971), ao contrário, uma abordagem filosófica mais adequada de justiça deveria levar em consideração a busca pela igualdade no espaço dos *bens primários* e não apenas nas escolhas e o grau de satisfação dos indivíduos. Para ele, os bens primários seriam como uma espécie de fundamentos condicionantes para as escolhas individuais; e, por isso, medidas mais adequadas do grau de igualdade de oportunidades de uma sociedade.

Neste sentido, para Rawls (1971), não seria “justo” que pessoas com diferentes graus ou níveis de *bens primários* fossem consideradas de forma homogênea quando da avaliação dos seus diferentes níveis de bem-estar individual, ou de sua contribuição individual ao nível de bem-estar geral de uma sociedade. Para resolver este problema, Rawls (1971) propõe a utilização de dois princípios para serem utilizados como critérios de justiça que seriam considerados, por ele, como critérios alternativos à abordagem utilitarista<sup>7</sup>. No primeiro deles, Rawls (1971) defende que “cada pessoa deva ter um direito igual ao mais amplo sistema total de liberdades básicas iguais que seja compatível com um sistema semelhante de liberdade para todos” (RAWLS *apud* KUKATHAS; PETTIT, 1995, p. 59-60). No segundo, as desigualdades econômicas e sociais devem ser distribuídas de forma que: “a) redundem nos maiores benefícios possíveis para os menos beneficiados, de uma forma que seja compatível com o princípio da poupança justa; e b) sejam a consequência do exercício de cargos e funções abertos a todos em

---

<sup>7</sup> Estes critérios de justiça são derivados da aplicação de um recurso interessante, no qual Rawls (1971) se utiliza de uma situação hipotética chamada “posição original”, de onde se tira as conclusões e os princípios de justiça como equidade defendidos pelo autor.

circunstâncias de igualdade equitativa de oportunidades.” (RAWLS *apud* KUKATHAS; PETTIT, 1995, p. 59-60).

De acordo com o primeiro princípio, Rawls (1971) defende a “regra de prioridade da liberdade”, “que só admite restrições à liberdade para bem da liberdade” (KUKATHAS; PETTIT, 1990, p. 60). No segundo caso, busca-se compensar as pessoas com um menor nível de bens primários dos quais elas se fundam para fazer suas escolhas. A regra de prioridade estabelecida aqui seria, portanto: estabelecer o primado da justiça como equidade sobre a eficácia e o bem-estar utilitarista.

De acordo com Rawls (1971), portanto, o importante seria que pessoas diversas tivessem as mesmas condições (baseadas nos bens primários) para fazer escolhas; e que o nível de bem-estar da sociedade deva ser avaliado por essa condição, e não pelos resultados das escolhas realizadas pelas pessoas, de maneira individual. Ou seja, o que cada pessoa, individualmente, fizer com os bens primários a elas disponíveis, deixaria de ser uma medida do grau de bem-estar da sociedade, sendo, a partir de então, de sua exclusiva responsabilidade, não implicando em prejuízo ou ganho em relação ao nível de bem-estar de todos. O importante, e “justo”, portanto, seria que todos tivessem as mesmas oportunidades independente de suas escolhas e preferências individuais. E para isso seria necessário fazer uso de políticas compensatórias que pudessem ampliar o nível de bens primários das pessoas menos favorecidas (a chamada regra do *maxmim*).

Sendo assim, Rawls (1971) procura defender um critério de justiça universal, que leve em consideração a igualdade no espaço dos ‘bens primários’ (justiça como equidade), e não no espaço das satisfações mentais e subjetivas de utilidade, tal como pregado pelo utilitarismo. Uma abordagem que confronta a hegemonia das abordagens teóricas utilitaristas, e que coloca em questão o primado da justiça que se baseia na avaliação sobre a consequência das ações humanas, dando maior ênfase à análise das condições primárias e universais em que os atos são realizados. Por tabela, Rawls (1971) também destrói a noção da primazia da eficiência a qual se baseava grande parte da estrutura teórica da ciência econômica de base utilitarista.

É claro que a própria teoria da justiça de John Rawls viria também a sofrer críticas. Principalmente aquelas relacionadas à sua consideração da justiça como equidade. Muitos teóricos fizeram críticas e postularam uma suposta dicotomia ou oposição entre o critério de justiça como equidade de Rawls (1971) e o critério de justiça como liberdade (libertarianismo) proposto por Nozick (1974). Tentando colocar as duas teorias em oposição. Como se igualdade e liberdade estivessem em campos opostos no espectro das teorias sobre justiça.

No entanto, para Amartya Sen, esta dicotomia não parece fazer qualquer sentido, tendo em vista que, para ele, qualquer teoria da justiça que almeje algum tipo de relevância, não pode abrir mão da defesa da igualdade em algum espaço de avaliação. Isto não seria diferente nos três casos citados até aqui: tanto o utilitarismo do mainstream econômico, quanto a teoria da justiça como equidade de Rawls (1971) e o libertarianismo de Nozick (1974), segundo Sen (1997), teriam como sua base teórica e argumentativa a defesa da igualdade, só que em diferentes campos ou espaços de avaliação.

Nesse sentido, Sen (1997) considera que todas as teorias, de uma forma ou de outra, defendem o espaço da igualdade em alguma dimensão específica, onde as mesmas colocam a primazia da avaliação dos níveis de bem-estar ou de justiça de uma sociedade. De acordo com ele, a concepção de uma suposta dicotomia (igualdade vs liberdade) estaria, portanto, mal orientada do ponto de vista da compreensão de seu significado. Distorcendo as conclusões principais do debate tanto sobre igualdade como sobre liberdade no campo da teoria da justiça. Para ele, a pergunta correta, não seria: liberdade ou igualdade? Mas sim: Igualdade de quê?

Para Sen (1997), o utilitarismo e a perspectiva libertária de Nozick (1974) pregam também a igualdade no espaço de consideração da liberdade das pessoas em procurar, por seus próprios meios, a sua satisfação mental. Uma espécie de liberalismo formal de base utilitária e consequencialista. Rawls (1971), ao contrário, e essa seria sua principal divergência em relação às duas outras abordagens, defende a igualdade no espaço dos bens primários para que as pessoas possam ter as mesmas liberdades de escolhas; independente do seu grau de satisfação ou bem-estar conseguidos a partir de decisões orientadas por preferências subjetivas. Sendo assim, Amartya Sen procura definir que os debates na área da filosofia moral e da teoria da justiça se limitariam, portanto, ao espaço de consideração das disputas por diferentes espaços de avaliação (o que ele chama de *base informacional*) no qual se procura defender como justa a igualdade em alguma dimensão específica.

Levando-se em consideração que as discordâncias sobre os critérios de justiça se dão a partir do confronto entre os diferentes espaços de consideração da igualdade. Amartya Sen busca defender a sua própria abordagem sobre justiça em contraposição a todas as outras. Qual seja: o espaço de avaliação da igualdade que, segundo ele, deveria ser avaliado a partir do espaço das *capacitações* e dos *funcionamentos*.

Para Sen (2000), o espaço relevante e justo de consideração da igualdade, portanto, deve ser o espaço das “liberdades substantivas” ou “capacitações” dos indivíduos, e não das escolhas individuais ou da disponibilidade de bens primários apenas. Mas sim, o amplo leque de possibilidades disponíveis, que englobaria as duas outras dimensões citadas (bens primários e

liberdades formais), indo além dos meios e direitos formais, buscando avaliar os níveis de liberdades substantivas e as possibilidades de escolhas que as pessoas possam efetivamente ter disponíveis. Dimensão que ele viria a denominar como espaço da liberdade substantiva (*capacitações*) para que as pessoas possam escolher os fins (ou *funcionamentos*) que as mesmas tenham alguma razão para valorizar.

Sendo assim, Sen (2000) defende a busca pela igualdade tanto dos fins (funcionamentos) como das próprias liberdades ou meios substantivos que se têm acesso de maneira efetiva para atingir estes fins (capacitações). Por essa ótica, as liberdades para se alcançar os fins que se deseja têm o mesmo valor que os próprios fins. As liberdades teriam, portanto, valor em si. Desta forma, ele defende em termos gerais a ideia de que não basta se ter os meios formais – sejam eles considerados como renda, recursos ou bens primários –, é preciso que se tenha, também, a capacidade de converter esses meios em fins (*funcionamentos*), o que se poderia entender como sendo uma medida ou forma substantiva de avaliar se as pessoas conseguem ter os meios materiais e não materiais necessários para alcançar os fins que possam ter razões para valorizar. Uma espécie de medida ampla dos graus de liberdade de uma pessoa. Para isto, Amartya Sen parte da hipótese de que os seres humanos, são diferentes em vários aspectos; o que faria com que tivessem diferentes capacidades de conversão de meios em fins. Ou seja, que com uma mesma cesta de bens primários, indivíduos diferentes fossem capazes de ser e fazer coisas completamente diferentes. Assim, para se ter justiça, não bastaria que os indivíduos fossem iguais nos meios que dispõem para alcançar seus fins, como seria a proposta de Rawls (1971). Seria preciso, adicionalmente, que fossem também iguais na liberdade (completa ou substantiva) ou capacidade de alcançarem os fins que desejam.

A liberdade substantiva seria, portanto, a capacidade que “realmente” se tem para conseguir alcançar os fins que se deseja. Assim, o conceito de desenvolvimento proposto por Sen (2000), seria uma medida do conceito de liberdade em um sentido amplo; ou seja, um conceito de desenvolvimento que expresse o grau de liberdade substantivamente das pessoas e vise a sua expansão pautada em escolhas “reais” que se tem em relação aos fins que se deseja. Daí a conexão profunda entre os conceitos de pobreza e desenvolvimento na abordagem de Amartya Sen.

Do ponto de vista do confronto dessa nova abordagem teórica em relação às abordagens utilitaristas, o que se pode afirmar é que, de maneira clara, a abordagem das capacitações de Amartya Sen, inaugura uma nova etapa das discussões sobre os limites da teoria do desenvolvimento econômico e do debate sobre pobreza na ciência econômica; assim como de seus fundamentos normativos implícitos e suas dificuldades em superar a dicotomia entre

abordagens normativas/positivas e objetivas/subjetivas. Temas que serão mais bem abordados nas próximas seções.

### 2.1.2 Pobreza e desenvolvimento rural: a abordagem baseada na noção de meios de vida

Tendo em vista o ponto de partida e os fundamentos teóricos apontados na seção anterior em relação à abordagem das capacitações de Amartya Sen, buscar-se-á nessa seção analisar aspectos específicos e alguns dos desdobramentos teóricos e práticos que a abordagem das capacitações e a teoria da justiça como igualdade de Rawls (1971) suscitaram em relação à questão do debate sobre pobreza e desenvolvimento. Tomando como foco principal os seus desdobramentos em relação ao debate específico sobre a relação entre pobreza e desenvolvimento rural.

A pobreza rural, como problema de pesquisa, e a questão das grandes fomes a ela associada em várias ocasiões, estiveram presentes de maneira muito importante nos estudos iniciais de Amartya Sen sobre o tema da relação entre pobreza e fomes coletivas na Ásia e na África. Os quais tiveram vazão entre o final dos anos de 1970 e início de 1980, quando o problema da pobreza rural e a questão das grandes fomes coletivas passaram a merecer, segundo Sen (1981), uma abordagem teórica específica.

Em geral, até este momento, o problema das grandes fomes e da pobreza eram associadas à uma base teórica comum, a qual articulava o problema da pobreza rural à limitação técnica na produção de alimentos. Neste sentido, buscava-se explicar o problema tanto da fome como da pobreza rural em geral em termos de sua associação com o baixo nível de produtividade agrícola, podendo ser resolvido por políticas voltadas ao aumento do capital humano e da produtividade da agricultura nessas regiões consideradas como pobres, suscetíveis e vulneráveis a crises de produção de alimentos.

Em seu livro mais conhecido sobre o assunto, intitulado *Poverty and Famines: na essay on Entitlement and Deprivation*, e publicado pela primeira vez no ano de 1981, Amartya Sen desenvolve um arcabouço teórico interpretativo mais amplo sobre as causas do fenômeno das fomes coletivas; em que a questão da falta de acesso a recursos básicos (como alimentos), mais do que a escassez quantitativa e baixa produtividade total dos recursos, teria um significado mais relevante para explicar as causas da fome coletiva em diversas experiências do que o problema da produtividade agrícola em si.

Surge nesse momento um conceito de grande valia para os desdobramentos posteriores em relação aos estudos sobre as condições de pobreza rural, assim como em relação à carência

e dificuldades de acesso à recursos, quando da transformação dos meios de vida e das garantias de acesso à recursos considerados primários por diversas populações rurais, as quais, em determinados contextos, passavam a se ver em condições de vulnerabilidade. Trata-se do conceito de *entitamento* (*entitlement*), que representa os direitos substantivos de acesso à recursos básicos, os quais podem ser limitados, em circunstâncias específicas, à determinado grupo de pessoas: seja pela baixa capacidade de conversão de ativos de propriedade destes grupos em outros ativos necessários para sua sobrevivência (direitos de troca); seja pela restrição de acesso direto desses grupos à ativos considerados básicos para a produção direta de alimentos. (SEN, 1981).

Neste sentido, inspirados na abordagem dos intitamentos proposta por Amartya Sen, surge no início dos anos 2000, uma nova abordagem teórica com o intuito de desenvolver e aprimorar determinados insights originalmente tratados por Sen. Entre os principais precursores dessa nova proposta está Frank Ellis (2000), que promoveu uma aproximação dos estudos empíricos baseado na abordagem dos “meios de vida” (*livelihoods*) desenvolvidas por autores como Chambers e Conway (1992), Scones (1998), voltadas para a construção de um método de avaliação empírica das condições de vulnerabilidades e capacidades requeridas para o sustento e sobrevivência em condições mínimas de populações rurais.

A novidade de Ellis (2000), em relação aos seus antecessores na condução da abordagem dos meios de vida, estava na busca por uma fundamentação teórica mais sólida para as abordagens empíricas desenvolvidas pelas perspectivas anteriores. (PERONDI, 2014). A partir dessa problemática, Ellis (2000) desenvolve uma fundamentação teórica nova, para a abordagem dos meios de vida; onde o mesmo passa a ser compreendido como um processo intertemporal, no qual o nível de intitamento das pessoas poderia se alterar, à medida em que ocorrem transformações nos meios institucionais de acesso aos recursos considerados como fundamentais para a sua sobrevivência. Procura-se, assim, compreender o que levaria um produtor rural, por exemplo, a ter dificuldades em acessar os recursos dos meios de vida em meio à sua aparente disponibilidade física, ou quantitativa, da mesma forma como tinha sido proposto por Amartya Sen em relação à análise dos fenômenos da fome coletivas na África e na Ásia. (SEN, 1981).

É nesse sentido, que o debate sobre meios de vida se afasta das discussões antropológicas clássicas sobre o conceito de ruralidade, presentes nas discussões tradicionais sobre campesinato, o qual havia consolidado na literatura a noção de “modo de vida camponês” como chave para a compreensão do conservadorismo e baixo nível de inovação no meio rural. Tendo em vista que a categoria “meios de vida” considera a possibilidade de ação e a construção

de estratégias como um traço fundamental para a sobrevivência dos produtores rurais, a mesma também admite que existam variações na dinâmica rural na medida em que se transformam as condições físicas e culturais do ambiente em que vivem os produtores.

Dessa forma, o debate sobre o significado e superação do conceito tradicional de ruralidade e seus condicionantes sociais e culturais, representam elemento importante para o avanço de discussões mais aprofundadas em relação ao alcance teórico da abordagem dos meios de vida, segundo a abordagem de Frank Ellis. Por outro lado, parece não ser possível tratar também o problema do conceito atual de ruralidade e/ou meios de vida rural, sem passar pelo debate contemporâneo sobre o conceito de campesinato, a sua suposta transformação em um novo sujeito: a agricultura familiar.

Neste sentido, ao mesmo tempo em que se necessita compreender os avanços no debate sobre pobreza e meios de vida rural, necessita-se compreender os desdobramentos das abordagens teóricas que passaram a se desenvolver na Europa a partir da chamada crise dos modelos estruturais relacionados ao debate sobre a questão agrária (SCHNEIDER, 2003). A qual passa a ser lentamente substituída pela avaliação sobre o papel de agência dos indivíduos e produtores rurais, mesmo em condições consideradas adversas. (ELLIS, 1998; SCHNEIDER, 2003; SCHNEIDER; GAZOLLA, 2011).

Com base nessa segunda vertente do debate sobre as condições de vida no meio rural, uma longa transição teórica em relação ao debate sobre agricultura e modernização acabou por consolidar uma nova perspectiva de debate sobre desenvolvimento, a qual passou, a partir dos anos de 1990, a se referir ao conceito de desenvolvimento territorial. Discute-se, nesse contexto, a relevância atual do conceito de campesinato, assim como a sua tendência a decomposição ou diferenciação, à medida em que se aproxima de sua integração às formas capitalistas de comercialização e/ou ao uso de tecnologias de modernização agrícola que acabam por destituir a essência de seus modos de vida considerados tradicionais (WANDERLEY, 2011). Ao mesmo tempo em que se valoriza a possibilidade de transformação e manutenção do poder de agência dessas unidades produtivas que, a partir da crise imposta pelos sistemas envolventes, encontram soluções e montam estratégias de sobrevivência em meio a um ambiente de vulnerabilidade. (ELLIS, 1998, 2000).

Os limites da abordagem estruturalista, apontada pela literatura clássica sobre a questão agrária, no sentido da decomposição e/ou diferenciação do campesinato como fenômeno próprio do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, e no meio rural, é uma tese que acompanha o debate acadêmico no campo da sociologia rural e da economia agrícola desde, pelo menos, o início dos anos de 1960. (SCHNEIDER, 2003; WANDERLEY, 2009, 2011).

Indo um pouco mais para trás, pode-se dizer que o debate sobre o papel do campesinato no processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura e da dinâmica agrária dele resultante, já era um assunto bastante debatido entre intelectuais marxistas desde finais do século XIX, e, antes disso, por movimentos anarquistas russos, desde meados do século XIX<sup>8</sup>.

Não é sem muita dificuldade, portanto, que se pode transitar entre essas categorias de análise sem correr os riscos de cometer deslizos e simplificações excessivas. No entanto, a complexidade do tema ao mesmo tempo obriga a realizar alguns recortes e escolhas metodológicas, tendo em vista o objetivo de focar este estudo em determinados aspectos da questão da relação entre o tema do desenvolvimento rural, vulnerabilidade e pobreza multidimensional, como objetos de análise específicos.

Neste sentido, o foco das observações em relação ao problema da questão da pobreza rural, concentrar-se-á na perspectiva das transformações pelas quais as unidades de produção familiares do rural, sejam elas consideradas camponesas ou familiares, pobres ou vulneráveis, sofrem em relação às suas condições de acesso a recursos naturais e as condições substantivas de conversão deste recursos em resultados efetivos em termos da manutenção de suas condições ou meios de vida e/ou interesses e objetivos estratégicos que os mesmos possam vir a desenvolver em sua interação com o processo de urbanização e mudança no ambiente territorial e institucional o qual os mesmos estão inseridos.

O que irá interessar de maneira mais imediata, neste sentido, portanto, será a observação da existência de níveis de transformações e/ou manutenção dos graus de agências destas unidades produtivas em termos da capacidade de manutenção de suas estratégias de meios de vida, tal como proposta por Frank Ellis (1998, 2000); e o controle de algum grau de autonomia na tomada de decisão em meio a transformações do território os quais eles mantêm os seus meios de sobrevivência e agência. (SCHNEIDER; GAZOLLA, 2011).

Longe, portanto, de se tratar os meios de vida como uma idealização dos modos de vida considerados tradicionais do rural, tal como as abordagens dos estudos de comunidade da antropologia, o objetivo aqui será conseguir avaliar se estas unidades se mantêm com o controle do ritmo da transformação e com certo grau de autonomia em relação a suas decisões estratégicas, no que diz respeito a seus espaços de vida e funcionamentos de interesse mais

---

<sup>8</sup> O debate sobre os efeitos do desenvolvimento do capitalismo na agricultura e seus rebatimentos sobre as condições de sobrevivência das populações rurais camponesas, foi objeto de intensa controvérsia ao longo de todo o século XX. Dentro da literatura marxista esse debate tomou o nome de 'questão agrária', e se desenrolou ao longo do século XX, tendo como protagonistas figuras como Chayanov, Lenin, Kautsky entre outros economistas e sociólogos marxistas.

fundamentais. Ou seja, se apesar das transformações recentes nos seus espaços e meios de vida, se esses agentes econômicos ainda continuam – e em que grau continuam - controlando a velocidade e o sentido das transformações às quais estão submetidos e imersos territorialmente.

Para dar conta desta empreitada, iniciar-se-á pelo tratamento e elucidação de determinadas categorias teóricas bastante caras a esse tipo de discussão. Ou seja, questões e esclarecimentos preliminares em relação à conceitos como os de ruralidade, modernização agrícola e desenvolvimento rural. Por fim, será tratado o debate sobre a noção de território e a forma como esta categoria passou a ser utilizada no debate sobre pobreza a partir dos desdobramentos da abordagem dos meios de vida.

### *2.1.2.1 Em que consiste os conceitos de ruralidade e desenvolvimento rural*

A noção de ruralidade tem uma longa trajetória na história do pensamento social. Dentre as diversas perspectivas teóricas para o tratamento da questão da ruralidade como um atributo de determinadas localidades, está aquela que ressalta seus aspectos ligados ao seu grau de isolamento. Como afirma:

Duas ideias bem gerais permeiam a noção de rural: a primeira é que a ruralidade tem uma essência geográfica; a segunda é que essa essência consiste em algum grau de distância (*remoteness*, termo para o qual não temos uma boa tradução), isto é, o rural é de alguma forma uma área afastada ou isolada. (KAGEYAMA, 2008, p. 19).

Outra forma bastante comum, e complementar à ideia de definição de ruralidade como isolamento, seria contrapô-la em relação ao conceito de “urbanidade”. Neste sentido, uma das principais características dos espaços urbanos, em contraposição aos espaços rurais, seria a possibilidade de o mesmo representar espaços onde o local de contato entre as pessoas é mais fácil, seja para fins de trabalho, compras e vendas, acesso à educação, cultura, etc. O que o diferenciaria conceitualmente em relação à noção de ruralidade, a qual representaria, ao contrário, o espaço do isolamento (KAGEYAMA, 2008). Rural e urbano, neste sentido, seriam como lados opostos de uma mesma moeda. Apesar da dependência mútua, seriam dois espaços claramente distintos e facilmente observáveis.

De uma forma geral, a noção de ruralidade acompanha a ideia antropológica de “modos de vida rural”, a qual esteve durante muito tempo associado a uma ideia de atraso, enquanto que o urbano remetia a noção de progresso, à industrialização e a modernidade. Dicotomia bastante questionada pela literatura atual que postula a necessidade de compreensão dos processos de integração urbano-rurais, através do uso da categoria território, ou que argumenta

a favor de preservação dos espaços rurais como objeto privilegiados de estudo para a compreensão das dinâmicas atuais de desenvolvimento local.

Por esse motivo, mais recentemente, no Brasil, se tornou recorrente falar da existência de um “novo rural” (FAVARETO, 2007). Autores como Abramovay (2003), Veiga (2000, 2002), Kageyama (1990), Graziano da Silva (1999), Wanderley (2009), entre outros, têm defendido a posição de que a transformação do campesinato em agricultor familiar, impulsionado pelo processo de modernização agrícola dos anos de 1970, ocasionou um aumento da complexidade da relação urbano-rural e, em muitos casos, a completa integração da agricultura com a indústria. Por outro lado, setores ligados aos serviços e turismo também tem aumentado o seu grau de influência sobre o meio rural, o que teria conduzido às discussões para o campo da pluriatividade e a complexificação e diversificação dos espaços rurais. (SCHNEIDER, 2003).

De uma forma mais geral, portanto, a literatura atual voltada para os estudos do meio rural defende que os processos de transformação do rural no Brasil tem transformado estes espaços de maneira profunda a ponto de que hoje em dia se torna muito difícil se conseguir delimitar a separação entre o campo e a cidade, agricultura e indústria, tradicionalismo e modernidade, visto que o espaço rural abriga cada vez mais ramos de atividades que vão para além da agricultura. Não podendo mais ser identificado com o atraso e nem com a exclusividade do tradicionalismo e da atividade agrícola. O que tem conduzido a discussão, mais uma vez, para o tratamento teórico e empírico dos limites entre o rural e urbano nas sociedades capitalistas contemporâneas.

Para Abramovay (2003), hoje em dia, três são as dimensões definidoras da ruralidade: a proximidade com a natureza, a ligação com as cidades, e as relações interpessoais derivadas da baixa densidade populacional e do tamanho reduzido de suas populações. Neste sentido, pode-se afirmar que as áreas isoladas de ilhas, montanhas, etc – mesmo quando próximas dos grandes centros urbanos, por exemplo – poderiam ainda assim serem consideradas como áreas rurais, tendo em vista sua relativamente baixa densidade populacional e o acesso restrito a bens e serviços. Uma realidade territorial que poderia considerada definidora do espaço rural, mais do que qualquer outro modelo que leve em consideração apenas o ambiente cultural, supostamente tradicionalista, que durante muito tempo foi considerado de maneira equivocada como característica intrínseca aos espaços rurais. (WANDERLEY, 2009).

Neste contexto, o conceito de desenvolvimento rural, surge como um desdobramento destas discussões sobre a relação urbano e o rural, quando as mesmas se encontram com a tradição de pesquisa sobre desenvolvimento agrário, em meio ao crescente questionamento que

surtem a partir dessas duas frentes, em relação às políticas exclusivamente agrícolas para o meio rural e a crise ambiental associada ao chamado modelo produtivista de desenvolvimento da agricultura. Neste sentido, seu nascimento como categoria teórica está relacionado ao questionamento em relação a exclusividade do papel da agricultura e ao produtivismo agrícola como único eixo de avaliação do processo de desenvolvimento do mundo rural.

Em um artigo bastante interessante, Maria de Nazaré Wanderley discute os impactos e as transformações no debate acadêmico gerados a partir da transformação da realidade do meio rural nos países avançados (WANDERLEY, 2009). Repercutindo resultados de estudos em países como a França, Inglaterra, Canadá, Bélgica e EUA, o texto traz para a discussão as tendências do debate acadêmico internacional no que diz respeito ao surgimento da categoria agricultura familiar, a qual, em seguida, se desdobrará em uma discussão sobre diversificação, pluriatividade e processos de integração entre o urbano e o rural. O que, por fim, nos traria para a discussão sobre desenvolvimento rural como categoria considerada mais adequada para o tratamento da questão do desenvolvimento relacionado ao meio rural.

#### *2.1.2.2 A pobreza rural e suas múltiplas dimensões: rumo a um enfoque territorial*

A partir dos desdobramentos do debate sobre desenvolvimento rural apresentado na seção anterior – mais especificamente aqueles ligados ao problema da pobreza rural ou de áreas rurais consideradas como de alto nível de vulnerabilidade social – um outro ramo da literatura ligado também a abordagem do desenvolvimento rural, tem procurado aprofundar as discussões em relação à uma aproximação entre as abordagens da pobreza multidimensional e a noção de território, como conceitos considerados mais adequados para o tratamento de questões relacionadas à compreensão dos graus de privação de comunidades que vivem no meio rural.

Neste sentido, seguindo o debate mais amplo sobre pobreza multidimensional, tem tido destaque na literatura sobre desenvolvimento rural a preocupação com a inclusão das características territoriais que têm influenciado direta ou indiretamente o grau de privação ou a capacidade de agência dos indivíduos ou famílias. Por esse ponto de vista, o foco tem sido a observação das características do ambiente interno e externo que influenciam nas condições de sobrevivência e manutenção dos meios de vida das populações que vivem no meio rural, os quais sofrem influência das características do ambiente territorial e institucional onde o mesmo se encontra inserido. De maneira específica, essas características territoriais importam tendo em vista a influência que exercem sobre os componentes constitutivos do grau de liberdade substantiva dos agentes econômicos.

Do ponto de vista mais propriamente acadêmico, a compreensão da relação entre pobreza e desenvolvimento rural, assim como sua conexão com a categoria “território” como objeto de análise, começam a ficar mais claras no Brasil a partir dos resultados de um relatório de pesquisa desenvolvida entre 1996 e 1998, liderada por José Eli da Veiga, onde se constata as vantagens e importância das configurações (ou arranjos) territoriais como componentes estratégicos para o desenvolvimento dos espaços rurais em diversas regiões do país.

De acordo com os resultados desse estudo, as áreas rurais que combinavam uma agricultura de base familiar forte com um entorno socioeconômico diversificado e dotado de infraestrutura, eram aquelas que apresentavam os melhores resultados (FAVARETO, 2007, p. 21). Tendo em vista que esses arranjos continham um “desenho que permitia aos espaços urbanos e rurais destas regiões, de um lado, abrigar o trabalho excedente que deixa a atividade agrícola e, de outro, inversamente, absorver nas unidades familiares o trabalho que é descartado nas cidades” (FAVARETO, 2007, p. 22). Sobre essa pesquisa, afirma ainda:

Esta pesquisa mostrou um campo novo de preocupações que viria a se delinear melhor, no Brasil, na virada da década atual: a necessidade de se entender as articulações entre formas de produção, características morfológicas dos tecidos sociais locais e dinâmicas territoriais de desenvolvimento; ou, na mesma direção, as articulações entre os espaços considerados rurais e urbanos. Mais do que junções setoriais, o que se sugeria é que nas dinâmicas territoriais – ainda sem usar essa denominação – é que se poderia encontrar as respostas para as causas do dinamismo e da incidência de bons indicadores de desenvolvimento. (FAVARETO, 2007, p. 22).

Seguindo estas pistas, diversos outros estudos foram realizados ao longo do final dos anos de 1990 e nos anos 2000, tendo em vista a discussão da relação urbano-rural e o debate sobre o que posteriormente ficaria conhecido como “o novo rural” brasileiro. Para diversos pesquisadores parecia ficar cada vez mais claro o processo de transformação do meio rural no sentido da constatação de que: em primeiro lugar, o rural não poderia mais se caracterizar como estritamente agrícola e; em segundo lugar, que o urbano parecia se desenvolver de modo a se integrar cada vez mais e invadir os espaços rurais, mas sem retirar a capacidade completa de busca pela autonomia, a qual continuaria servida como característica específica dos espaços rurais, mesmo que em transformação.

Será com base nestas novas categorias teóricas do mundo rural que o debate sobre pobreza multidimensional, baseada nas abordagens das capacitações de Amartya Sen, inicia a partir dos anos 2000, uma renovação em sua perspectiva de análise visando a utilização das categorias meios de vida e territórios rurais como objeto de estudo privilegiado para a

compreensão da dinâmica e perspectivas de desenvolvimento para o meio rural. Abordagens metodológicas que serão melhor detalhadas na próxima seção.

## **2.2 Desenvolvimento humano e pobreza rural: convergências teóricas e perspectivas de análise empírica**

Como visto na seção anterior, uma convergência entre aspectos do debate sobre pobreza multidimensional inspirada na abordagem das capacitações de Amartya Sen, e o objeto específico relacionado ao estudo da relação entre pobreza e a questão territorial, tem permitido nas últimas décadas o desenvolvimento de novas perspectivas teóricas e metodologias empíricas capazes de nos oferecer um tratamento científico mais sólido para esta relação entre pobreza e desenvolvimento rural.

Nesta seção, em específico, busca-se apresentar algumas dessas possibilidades, assim como demonstrar os elos teóricos que os une; e que permitem uma discussão mais aprofundada sobre a relação entre pobreza multidimensional e a noção de desenvolvimento em uma perspectiva territorial. Para isso, inicia-se a seção apresentando os elos teóricos de origem entre o debate sobre pobreza multidimensional e sua relação com as limitações dos índices geralmente utilizados para avaliação da pobreza; os quais, de maneira alguma, nos permitiriam uma associação direta entre o problema da pobreza e a dimensão territorial. Resgata-se assim uma discussão dos fundamentos da abordagem das capacitações com o intuito de relevar as bases da crítica de Amartya Sen em relação à abordagem utilitarista; base de sustentação dos índices em geral utilizados para a avaliação de pobreza a partir de uma perspectiva unidimensional tradicional.

Em seguida tratar-se-á da perspectiva da abordagem dos meios de vida a qual é apresentada aqui a luz das alternativas e tratamento metodológicos mais utilizados pela literatura mais recente no assunto, e que indicam uma perspectiva teórica mais próxima da consideração do território como elemento fundamental para a avaliação dos níveis de pobreza ou vulnerabilidade rural. Tema que será bastante desenvolvido em diversos momentos da tese. Para Sen (2001), como foi visto anteriormente, a tradicional indiferença da abordagem utilitarista em relação aos problemas relacionados à questão da desigualdade – principalmente no que diz respeito à ciência econômica – teria sido o resultado da má escolha do espaço de avaliação (utilitarista) o qual o *mainstream* na economia teria tradicionalmente se concentrado em avaliar os seus parâmetros em termos de nível de desenvolvimento e bem-estar social.

Um dos principais conceitos derivado das críticas de Sen (2001) no que diz respeito a *base informacional* da igualdade pregada pelo utilitarismo, sem dúvida nenhuma é o conceito de “capacitação”; o qual tem representado uma tentativa de ampliação desta *base informacional* com o objetivo de, conjuntamente, ampliar o campo de avaliação da pobreza e da desigualdade na teoria econômica.

As consequências de tal reavaliação da natureza da desigualdade econômica têm tido como um de seus mais importantes aspectos; a crítica dos principais índices utilizados comumente como medida para se mensurar e capturar elementos empíricos subjacentes para uma avaliação das medidas de pobreza e desigualdade das sociedades atuais.

O ponto central das críticas de Amartya Sen, no que diz respeito aos índices de pobreza tradicionais, tem se referido às limitações destes índices em considerar pobreza apenas no espaço da renda – o que os torna limitados ao identificar pobreza como um estado de privação de *meios* e não *fins*. Por outro lado, Sen (1992, 1997) ainda aponta – seguindo a crítica de Rawls (1971) ao utilitarismo – o fato de que, ao identificar pobreza como um estado de privação de renda de um indivíduo, estes índices ainda pecariam por levar em consideração apenas um único meio<sup>9</sup>, o que os torna ainda mais limitados como instrumento de avaliação do estado de privação ou pobreza dos indivíduos<sup>10</sup>.

Pela ótica da “*capacitação*”, pobreza representa um estado de privação dos indivíduos no qual se leva em consideração o que os indivíduos são capazes de ser e fazer, ou seja, não representa apenas um estado de privação de meios, e sim é constituído por um estado de privação de “funcionamentos” (*fins*), os quais as pessoas têm razão para valorizar. O termo “funcionamentos” tem, portanto, o sentido de representar estados de coisas os quais, de maneira substantiva, as pessoas possam realmente ser e fazer; e não apenas um conjunto ou vetor de bens sob sua propriedade formal. O que (como foi visto anteriormente) não representa, de

---

<sup>9</sup> De acordo com Sen (2000, 2001), a grande vantagem da utilização do espaço dos chamados “bens primários”, estaria no fato do mesmo considerar o espaço dos “recursos” de uma forma geral, e não apenas restrito ao espaço da renda entre o total de recursos. O que pode ser visto como uma ampliação da base informacional para a avaliação do bem-estar. Sen (2000, cap. 3).

<sup>10</sup> Entre as abordagens teóricas sobre justiça que mais se destacaram na crítica em relação à esta limitação da abordagem econômica tradicional, está a elaborada por John Rawls (1971), o qual em *Uma Teoria da Justiça* (1971), procura demonstrar os déficits de igualdade supostamente inerente à abordagem utilitarista. Para Rawls (1971), a abordagem utilitarista da justiça pecaria por não levar em consideração o que ele chama de ‘bens primários’, levando em consideração apenas as escolhas baseadas nas preferências subjetivas de cada indivíduo, não importando em que condições estas escolhas são feitas e qual o nível total de satisfação destas pessoas individualmente. Para Rawls (1971), ao contrário, justiça seria sinônimo de igualdade no espaço dos bens primários – que seriam como uma espécie de fundamentos condicionantes para as escolhas individuais (medida do grau de igualdade de oportunidades de uma sociedade). Não seria “justo”, segundo Rawls (1971), que pessoas com diferentes graus ou níveis de bens primários fossem consideradas de forma homogênea quando da avaliação do nível de bem-estar de uma sociedade.

acordo com a abordagem da “*capacitação*”, o resultado direto apenas da posse dos meios necessários para sua realização; mas sim, inclui – além dos meios – elementos constitutivos das pessoas e da base institucional de acesso aos seus meios de vida, os quais as tornam capacitadas substantivamente para realizar os funcionamentos.

Desse modo, pode ser que pessoas com diferentes níveis de capacitações possam ter os mesmos níveis de funcionamentos. O que significaria uma diferença entre os graus de restrição de liberdade entre elas, apesar do alcance dos mesmos níveis de estados de coisas que as pessoas conseguem ser ou fazer. Da mesma forma, pessoas com um mesmo nível de renda, podem ter capacidades diferentes de conversão deste meio em fins que elas tenham razão para valorizar. Por isso, é preciso ter sempre em mente que a renda é um meio que se acopla a uma noção instrumental, de modo que a potencialidade da renda ser convertida em fins importantes para as pessoas, tem que ser avaliada considerando sempre a capacidade de conversão da mesma em funcionamentos. Isto expande a noção de pobreza, tal que não fique dependente apenas da renda como geradora de capacidades.

A pobreza extrema se caracterizaria, neste sentido, como uma forma de privação da liberdade econômica, com consequências também sobre outras formas de liberdade, tais como: liberdade política, garantia de alimentação básica e liberdade social. Em contraste, a riqueza é aquela situação que, em princípio, eleva a condição das liberdades substantivas a plena realização em várias destas dimensões e níveis de funcionamentos, que se inter cruzam. A questão a ser avaliada seria, portanto, o quanto a medida do grau de riqueza monetária, ou dos meios em geral, seria capaz de tornar possível que esse amplo rol de liberdades pudesse se realizar. É por isso que, para Amartya Sen, a renda e os bens primários devam sempre serem vistos como meios e nunca como fins do desenvolvimento ou como medida direta de pobreza. Portanto, ainda de acordo com o referido autor, um índice de pobreza mais adequado, deve representar não apenas uma medida de renda ou de “bens primários” Rawls, (1971), mas também deve ser capaz de incluir de forma direta, pelo menos, uma medida do grau de funcionamentos os quais as pessoas têm efetivamente acesso. A “capacitação” representaria um passo além, na medida do grau de liberdade de escolha entre os funcionamentos; ou seja, poderia ser concebida como uma medida técnica do conjunto ou vetor de funcionamentos disponíveis, os quais as pessoas podem efetivamente escolher. Assim, sua inclusão direta no índice - como medida de bem-estar - é uma questão de praticidade empírica, e deve ser cuidadosamente examinada.

É nesse sentido, que Robeyns (2005 *apud* Comin *et al.*, 2006), refere-se a abordagem das capacitações como essencialmente um ferramental (*framework*) que conceitua e avalia o

fenômeno da pobreza e não uma teoria em si mesma. Uma das decisões de maior importância na condição de operacionalização da abordagem das capacitações, neste sentido, passa pela questão das diferentes formas que se tem para avaliar capacitações e funcionamentos. De acordo com Sen (2000), existem basicamente três formas alternativas de se avaliar:

a) A abordagem direta: mediante estudo e a comparação de vetores de funcionamentos e capacitações. Dentro desta perspectiva, existem, no entanto, três maneiras diferentes de usá-la i) *comparação total*, envolvendo o ranking completo de vetores de funcionamentos; ii) *ranking parcial*, envolvendo o ranking de alguns vetores de funcionamentos; iii) *comparação de capacidades distintas*, envolvendo alguma capacidade específica escolhida como foco, sem pretender a completude da cobertura. (SEN, 2000, p. 102).

b) A abordagem suplementar: envolve o uso contínuo de procedimentos tradicionais de comparações interpessoais no espaço das rendas, porém suplementando-os com considerações sobre capacidades. Essas extensões podem enriquecer a compreensão global de problemas de desigualdade e pobreza aumentando o que se consegue por meio das medidas de desigualdade de renda. (SEN, 2000, p. 103).

c) A abordagem indireta: mais ambiciosa do que a abordagem suplementar, mas permanece concentrada sobre o familiar espaço das rendas, apropriadamente ajustado. Informações sobre determinantes de capacidades, exceto a renda, podem ser usadas para calcular “rendas ajustadas.” (SEN, 2000, p. 104).

De uma forma geral neste trabalho, busca-se avançar na discussão e nas medidas de caráter direto. Nesse quesito, existem muitos casos em que o bem-estar individual acaba por ficar condicionado ao bem-estar coletivo, dificultando o seu nível de medição. Assim, por exemplo, locais em que as condições institucionais ou territoriais são demasiadamente adversas: como locais onde haja a existência de guerra, violência urbana, conflito e tensões sociais por direito de acesso à terra ou a qualquer outro tipo de recurso, representam situações que restringem o rol das capacidades que as pessoas, ou grupo de pessoas, dispõem como meios para conversão de seu rol de ativos antes disponíveis em fins.

Neste sentido, em circunstâncias e locais específicos determinados grupos de pessoas podem experimentar limitações que indicam uma restrição ao uso de suas capacidades pessoais, as quais estão além de suas habilidades como capital humano, por exemplo. É nestas circunstâncias que se faz necessário formas de captura direta, em pesquisa de campo, do grau de restrição institucional e/ou do contexto e da dimensão territorial a qual se busca avaliar os níveis de restrição efetiva das capacitações dos indivíduos de alcançar os seus funcionamentos considerados prioritários.

No que diz respeito à esta forma de abordagem direta dos níveis de funcionamentos e capacitações alcançados, a sugestão de Amartya Sen é que se possa aproximar o máximo possível da preferência que orientam as escolhas dos indivíduos que estão sendo avaliados por uma pesquisa, tendo em vista que ele deve ser considerado como agente prioritário na definição de uma hierarquia de funcionamentos de valor que possam medir ou avaliar o seu próprio estado de bem-estar. Sendo as suas preferências consideradas como base informacional prioritária para a definição dos pesos e da hierarquia de valorização dos funcionamentos. Essa avaliação do “bem-estar”, portanto, deveria ser feita a partir de duas formas de mensuração diferentes: a primeira, considerando os funcionamentos efetivamente realizados (o que uma pessoa fez) e a hierarquização da preferências dos indivíduos em relação a eles (os chamados funcionamentos de valor); a segunda, considerando o seu conjunto capacitário original, ou seja, o seu acesso efetivo aos recursos e as capacidades reais que os indivíduos têm acesso tendo em vista, inclusive, as condições do meio ou território em que ele vive.

O Problema da avaliação, portanto, recai em grande parte na questão da heterogeneidade das preferências e da estrutura dos pesos, acerca do que se deva ou não ser considerado importante ou relevante do ponto de vista do bem-estar individual e de determinados grupos coletivos: escolha individual e escolha social. O problema de fazer comparações interpessoais permanece aqui como um problema.

### 2.2.1 Limitações e experiências relacionadas à operacionalização de um índice sintético de desenvolvimento humano baseado na abordagem das capacitações

Por outro lado, no que diz respeito a aspectos mais específicos da definição de índices sintéticos para avaliação da pobreza – por mais que o objetivo central da aplicação da abordagem da capacitação seja uma ampliação da base informacional dos tradicionais índices de pobreza – de acordo com Amartya Sen, deve-se também ter o cuidado de procurar levar em consideração algumas características que são consideradas como universalmente adequadas para um índice desta natureza<sup>11</sup>. Tais características foram levadas em consideração na análise crítica realizada por Sen (2001) em relação à avaliação dos principais índices baseados no cálculo de linhas de pobreza até então utilizados. Dentre eles, pode-se destacar as limitações gerais de dois índices de especial importância: o *head-count rate* e o *hiato da renda*.

O *head-count ratio* ou taxa de incidência da proporção entre os pobres  $H$ ; é uma medida que tem a limitação de não levar em conta a intensidade da pobreza entre os pobres, pois apenas

---

<sup>11</sup> A respeito dos elementos desejados para uma medida de pobreza, Sen (1999).

identifica a proporção de pessoas que estariam abaixo da linha da pobreza, sem identificar a que grau ou distância as mesmas se encontrariam em relação ao parâmetro definido mínimo para os não pobres.

Já o *hiato da renda I*, é um índice que - ao contrário da taxa de incidência *H* - não leva em consideração o total de pessoas que estariam abaixo da linha de pobreza, pois é uma medida que identifica, em média, apenas à distância que separa os indivíduos pobres da linha de pobreza. Mas que, no entanto, é capaz de capturar a intensidade da pobreza via cálculo das diferenças entre a renda de cada indivíduo e a referida linha de pobreza.

Ambas as medidas, por seu lado, não levam em consideração a distribuição de renda entre os pobres - o que apenas passou a ser levado em consideração a partir do chamado índice *P* de Sen<sup>12</sup> -, além de não serem robustas suficientes para capturar características de não linearidade relacionadas, por exemplo, ao crescimento do grau de privação das pessoas mais do que proporcional à distância - medido em renda - da posição destas pessoas em relação à linha da pobreza.

Assim, de uma forma geral, um índice que procure superar as limitações de uma medida de pobreza baseada apenas na esfera de renda deve, além de superar esta limitação relativa ao que Sen (1999) chamaria de “problema de identificação”, também deve ser capaz de dar respostas convincentes ao que o mesmo chamaria de “problema de agregação” - o qual por sua vez estaria, entre outras coisas, relacionado aos aspectos específicos tratados anteriormente.

Por outro lado, um elemento relacionado à incorporação de uma medida que busque identificar pobreza como um estado de privação de “funcionamentos” ou “capacitação”, deveria também ser capaz de expressar uma medida que levasse em consideração aspectos relativos aos funcionamentos considerados prioritariamente importantes pelos indivíduos os quais se quer avaliar o grau de privação. Esta questão coloca-se diante da resolução de outro componente relacionado ao chamado “problema de agregação”, qual seja: o que representa o problema da definição de pesos para a agregação de um índice que se pretende multidimensional<sup>13</sup>.

<sup>12</sup> O chamado índice de Sen  $\{P=H(I + (1 - I)G)\}$  teve como objetivo desenvolver uma medida “plural” a qual - além de incorporar as medidas de intensidade *I* e quantidade *H* da pobreza - também fosse capaz de incorporar uma dimensão relativa da pobreza representada por uma medida *G* da distribuição de renda entre os pobres. Sen (1999, 1992).

<sup>13</sup> “In a multidimensional framework the aggregative question also becomes much more complex because it can be conducted on different and/or subsequent levels. First, we could be interested in moving from the space of elementary indicators to the overall evaluation of a given functioning for each unit of analysis; secondly, the aggregative could involve the whole set of functioning for obtaining an overall picture of the individual or household standard of living; finally, we could be interested in merging the individual well-being assessments into a synthetic index of social multidimensional well-being.” (MARTINETTI, 2001, p. 7).

Com este objetivo – e de acordo com as características fundamentais da abordagem da capacitação ao buscar uma medida que represente a liberdade substantiva dos indivíduos - seria necessário que se desenvolvesse uma metodologia empírica diferente do índice de pobreza humana (IPH)<sup>14</sup>, que é um índice baseado numa metodologia completamente estruturada, onde os pesos são previamente determinados, sem participação da população na definição dos pesos relativos que serão levados em consideração na agregação dos dados. Nessa direção estaria o próprio Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), enquanto também um índice-síntese que privilegia algumas dimensões em detrimento a outras.

Portanto, tendo em vista as características da abordagem da capacitação, e suas críticas relacionadas a problemas tanto de identificação como de agregação presente nos tradicionais índices de pobreza, se faz necessário um esforço de adequação empírica no sentido de contribuir para a formação de uma metodologia que procure dar melhores respostas à estes problemas, procurando formular um índice de pobreza que não se restrinja apenas ao nível de renda, mais sim, que seja capaz de incorporar uma medida multidimensional com o objetivo de melhor avaliar o nível de privação ou de falta de capacitações das pessoas. Ao mesmo tempo em que procure ser capaz de representar uma medida que leve em consideração: a proporção, a intensidade, a não linearidade, e a desigualdade entre os pobres; além da participação dos mesmos na definição de variáveis consideradas importantes para a avaliação deste nível de privação.

A questão de operacionalização de um índice sintético baseado na abordagem da capacitação sofre, no entanto, de uma dificuldade relacionada, principalmente, ao fato de que, ao prestar-se a comparações interpessoais, a mesma teria que de alguma forma priorizar alguns funcionamentos ou capacitações para fins de avaliação de bem-estar<sup>15</sup>.

Todavia, a abordagem da capacitação, mesmo por esse ponto de vista, tem o mérito, ao menos, de tornar explícito a atribuição de pesos utilizados na definição dos critérios de valorização e escolha das variáveis que compõe as dimensões e os índices. Tal como o próprio Amartya Sen se refere no seguinte trecho:

---

<sup>14</sup> O IPH é um índice calculado seguindo a metodologia desenvolvida para o cálculo do (índice de desenvolvimento humano (IDH), desenvolvido pelo PNUD.

<sup>15</sup> A tentativa de se buscar criar instrumentos teóricos capazes de facilitar a operacionalização da abordagem das capacitações através da definição de um conjunto de capacitações básicas têm sido desenvolvida através dos trabalhos de Marta Nussbaum. Nussbaum (2000).

Existe um poderoso argumento metodológico em favor de enfatizar a necessidade de atribuir explicitamente pesos avaliatórios a diferentes componentes da qualidade de vida (ou do bem-estar) e então submeter os pesos escolhidos ao debate público e averiguação crítica. Em qualquer escolha de critérios para finalidades avaliatórias, haveria não apenas juízos de valor, mas também, com grande frequência, alguns juízos sobre os quais não existiria total concordância. Isso é inescapável em um exercício de escolha desse tipo. A verdadeira questão é se podemos usar alguns critérios que viessem a ter maior apoio público, para finalidades avaliatórias, do que os toscos indicadores frequentemente recomendados com argumentos alegadamente tecnológicos, como as medidas de renda real. Isso é essencial para a base avaliatória das políticas públicas. (SEN, 2000, p. 101-102).

Assim, o fato da abordagem da capacitação se constituir como um instrumento de comparação interpessoal, faz com que a sua problemática exija que se assumam elementos de juízos de valor, justificados por uma base informacional que busca dar conta de uma teoria da justiça baseada numa noção de liberdade substantiva – ao contrário das abordagens de base utilitaristas ou que focam sua avaliação apenas na dimensão da renda, as quais buscam eliminar as situações conflitivas entre diferentes estados de bem-estar social entre indivíduos e grupos de indivíduos<sup>16</sup>.

No entanto, é importante frisar que a aceitação do caráter de juízo de valor, ou normativo, das decisões relacionadas a aspectos de bem-estar social, não significa que se está a propor que a valorização dos elementos de capacitação e funcionamentos seja totalmente de caráter relativo ou subjetivo. O que se pretende, é apenas assumir o elemento explícito e normativo de escolha que é feita diretamente por aqueles que serão avaliados, ao invés de se camuflar este elemento via instrumentos de decisão, supostamente técnicos, que implicitamente valorizam algum espaço informacional em específico, mas que não permite uma visualização explícita dessa decisão.

Dessa forma, a abordagem da capacitação busca ser uma medida normativa, ao mesmo tempo absoluta e relativa<sup>17</sup>, pois, entre outras coisas, não procura afirmar que todos os elementos (funcionamentos) considerados importantes possam necessariamente variar de pessoa para pessoa, mas sim, que a forma como se procura satisfazer alguns desses elementos tais como: ter lazer, ter uma profissão etc – é que poderia variar de região para região e de

---

<sup>16</sup> Para uma avaliação das tradicionais críticas à possibilidade de se fazer comparações interpessoais de utilidades, assim como sobre a “abordagem axiomática” - que procurando desenvolver uma teoria da escolha à qual pudesse alcançar através de uma ordenação completa uma situação de escolha social ótima -, gerou uma situação de impossibilidade (teorema da impossibilidade de Arrow), da qual se inferiu o fato de que os diferentes estados Pareto incomparáveis da economia do bem-estar, seriam socialmente indiferentes. (SEN; FOSTER, 1997).

<sup>17</sup> Para Amartya Sen, “na verdade, há um núcleo irreduzível de privação absoluta na nossa idéia de pobreza que traduz informações de carência alimentar, desnutrição e dificuldades visíveis num diagnóstico de pobreza sem ter de verificar primeiro a imagem relativa. Assim, abordagem da privação relativa complementa, mais do que suplanta a análise da pobreza em termos de privação absoluta” (SEN, 1999, p. 34).

pessoa para pessoa. Ou seja, que os funcionamentos considerados importantes, pudessem ser alcançados de forma diferente, por pessoas diferentes em situações temporais e espacial diferentes<sup>18</sup>. Em um segundo nível, mais próximo das intenções fundacionais da abordagem teórica de Amartya Sen, o peso das próprias dimensões ou funcionamentos podem também ser fonte de escolha das pessoas avaliadas, influenciando na determinação dos resultados de quais dimensões serão priorizadas na avaliação do nível de privação dos indivíduos. Também seriam importantes ao nível prático, elementos relacionados aos problemas de agregação, peso e incompletude<sup>19</sup>, antes referidos.

Do ponto de vista prático, quando se trata do estudo de experiências na utilização e construção de índices sintéticos com o intuito de se buscar a operacionalização de medidas de pobreza, percebe-se que ainda hoje medidas monetárias baseadas no rendimento quase sempre aparecem ainda como principais mensurações realizadas ao longo dos anos. A renda quase sempre é escolhida para avaliar pobreza até hoje, tanto por ser considerada importante na composição do bem-estar como também pela facilidade na obtenção de dados informacionais. Pode-se dizer que a comparação imediata da renda com uma linha de pobreza ainda é a abordagem dominante para se avaliar níveis pobreza (COBO *et al.*, 2013).

Comparações internacionais, como os primeiros relatórios do banco mundial em 1978, evidenciam essa constatação, embora a partir dos anos 90 o relatório tenha introduzido outras variáveis também consideradas importantes na composição do bem-estar como educação, mortalidade infantil e expectativa de vida. O fato é que segundo Cobo *et al.* (2013) a principal preocupação dessas análises é com a incidência da pobreza, ou seja, apenas com quem está acima ou abaixo de uma linha pré-estabelecida. Mas como o universo dos pobres não é homogêneo, os esforços para se analisar e combater a pobreza devem levar em consideração, mesmo em análises de renda, as diferenças distributivas entre os pobres. Devendo um índice

---

<sup>18</sup> De acordo com Harrison (2001), existe um aspecto relativista na abordagem das capacitações que é acrescido por alguns aspectos absolutos, os quais são requeridos por duas razões: (i) o sentido de que a noção de bem-estar não pode ser vista puramente em termos relativos, pois contém elementos de caráter absoluto tais como fome e subnutrição; (2) pela necessidade de alguma consideração absoluta relacionada a mediadas de bem-estar e pobreza, tais como a necessidade de pontos de referência relacionados à comparação entre pessoas com características, espaços e em momentos diferentes no tempo.

<sup>19</sup> “A incompletude é um elemento deliberado e pragmático da abordagem das capacitações” (COMIM, 2001, p.12), pois representa uma tentativa de tornar viável o ranqueamento – pelo menos parcial – de funcionamentos. Os quais, de outra forma, não se conseguiriam estabelecer, visto a dificuldade de se encontrar critérios completos capazes de resolver de forma incontroversa as divergências a respeito das diferentes possibilidades de se fazer ranqueamentos sociais. Esta dificuldade está relacionada, teoricamente, com o chamado “teorema da impossibilidade” de Arrow, o qual tenta demonstrar a impossibilidade de se criar um ranqueamento completo para escolhas individuais.

desse tipo, portanto, ser capaz de mensurar também a intensidade da pobreza, para além da sua proporção.

Como visto anteriormente, o próprio Sen (1981) chamava atenção para o fato de que a agregação em termos de incidência não levaria em consideração o quão próximo ou não as pessoas estão abaixo da linha de pobreza. Fora isso, há ainda uma ampla discussão sobre a arbitrariedade na definição do que seria esse padrão de vida mínimo adequado (linha de pobreza). Neste sentido, os debates sobre formas de operacionalização e construção de novos padrões e índices de pobreza multidimensionais vêm evoluindo ao longo dos anos, em contraposição às abordagens monetárias e restritas a noções de necessidades básicas. O que tem permitido avanços nos debates e implementação de propostas de medidas multidimensionais inovadoras, que vem cada vez mais ocupando um espaço de discussão importante ao redor do mundo.

O relatório do Desenvolvimento Humano de 1990 (UNDP, 1990) é, sem dúvida, o pontapé inicial no debate global sobre pobreza e desenvolvimento a partir da busca pela construção de índices multidimensionais da pobreza baseado na abordagem de Amartya Sen, pois institui pela primeira vez um índice de comparação mundial, o IDH, que é composto por 3 dimensões essenciais: longevidade (esperança de vida ao nascer), educação (alfabetização e taxa de matrícula) e renda (PIB per capita). Ainda sob o prisma dessa abordagem, o relatório de 1997 (UNDP, 1997) trouxe o Índice de Pobreza Humana (IPH) que pondera 3 variáveis: o percentual da população que não consegue chegar aos 40 anos; o percentual de analfabetos e o percentual de pessoas que não tem acesso a recursos públicos e privados (saúde).

No Brasil, seguindo essa linha de análises de pobreza na perspectiva multidimensional, vários esforços têm sido feitos no sentido de elaborar indicadores que contemplem a visão multidimensional da pobreza como, por exemplo, a multidimensionalidade da pobreza familiar Índice de Desenvolvimento da Família (IDF) de Barros *et al.* (2006), os indicadores multidimensionais de Bagolin e Avila (2006), os diferentes perfis de pobreza construídos por Kageyama e Hoffmann (2006) através da combinação de indicadores de renda e moradia, dentre outros.

Ainda do ponto de vista dos estudos sobre pobreza multidimensional e visando incorporar cada vez mais elementos que possam enriquecer a análise da pobreza sob a perspectiva de Amartya Sen em substituição ao IPH, o PNUD, em parceria com *Oxford Poverty and Human Development Initiative* (OPHI), lança em 2010 o Índice de Pobreza Multidimensional global (MPI). Esse índice diferente dos dois anteriores IDH e IPH não trabalha com as médias geométricas das dimensões e o fato de não focar apenas na incidência,

mas também na intensidade da pobreza, deu visibilidade ao índice. Ou seja, além de detectar a proporção de pobres, o IPM também informa a distribuição conjunta de privações, o que permite calcular a incidência da pobreza ajustada pela sua intensidade.

O IPM tem a vantagem, neste sentido, também, de ser flexível e se adaptar à disponibilidade de dados. Porém, como todo índice desta natureza, está sempre sujeito à críticas, uma delas se refere a forma arbitrária na escolha das dimensões e dos pesos atribuídos (RAVALLION, 2011), além disso, o índice resulta da escolha de dimensões e indicadores como consequência da exclusão de outros (COBO *et al.*, 2013). Outra limitação bastante citada (inclusive pelas autoras responsáveis pela construção do índice) se refere a necessidade de utilização de uma mesma fonte de dados, que pela dificuldade de disponibilidade torna-se um obstáculo para comparações internacionais (ALKIRE; SANTOS, 2010). Esta seria, inclusive, uma limitação até mesmo em pesquisas nacionais, pois seria necessário que todos os indicadores a serem utilizados estivessem disponíveis no mesmo banco de microdados utilizados na pesquisa. Já Vaz e Jannuzzi (2014) atentam para a necessidade de ampliar as dimensões usadas no IPM global, bem como levar em consideração nos indicadores diferenças entre áreas urbanas e rurais.

Depois de ampla difusão e debates em torno de suas vantagens e desvantagens, o IPM acabaria por se transformar em um indicador amplamente utilizado, inclusive, como índice oficial em alguns países na América Latina. Vale ressaltar que a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) tem debatido metodologias e propostas para mitigar a pobreza e a desigualdade na região e, para isso tem feito bastante uso do IPM.

Por outro lado, pesquisas recentes relacionadas a pobreza multidimensional vêm tentando combinar indicadores de privações sociais com medidas de rendimento com o intuito de gerar índices que possibilitem fazer uma classificação da pobreza multidimensional ajustada a partir da renda. Metodologias como do *Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social* (CONEVAL) desenvolvida no México é um ótimo exemplo desse tipo de índice. No Brasil, uma vasta discussão sobre pobreza multidimensional levando em consideração um amplo conjunto de aspectos teóricos e técnicas metodológicas para operacionalização de indicadores tem sido analisada por uma série Estudos Técnicos da Secretaria de Avaliação e Gestão de Informações (SAGI) do Ministério da Cidadania<sup>20</sup>.

Neste sentido, Jannuzzi e Sousa (2016) realizaram uma avaliação comparativa de três das principais propostas de análise e mensuração da pobreza sob múltiplos aspectos: a da

---

<sup>20</sup> Disponível em <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/>

CEPAL, a do Oxford Human Development Initiative, utilizada pelo PNUD (OPHI) e a do Banco Mundial (BM). Segundo os autores, os índices não foram construídos sob o prisma do *conceito-ação*<sup>21</sup> e deixam a desejar no que tange a construção de um Indicador de Políticas e de estratégias multissetoriais de combate à pobreza que sirvam não só para embasar políticas públicas, mas que mensurem o quanto já se tenha avançado no combate à pobreza em determinada unidade geográfica. No mesmo estudo, os autores apresentam uma proposta de mensuração da pobreza multidimensional, sensível ao conjunto de ações e programas que o Brasil vem adotando para superação da fome e da pobreza inspirada em proposta da Cepal. O MPI Cepal-Sagi, como foi chamado, conseguiu captar perfeitamente os efeitos da conjuntura econômica e resultados das políticas sociais entre 1992 e 2014, entre os setores urbano e rural. Seguindo a linha de combinar privações sociais com aspectos ligados a medidas de renda, Cobo, Athias e Mattos (2013) utilizando os dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE, 2000/2010) fizeram uma adaptação da metodologia desenvolvida no México e a partir de uma série de indicadores sociais juntamente com uma linha de pobreza relativa criaram quatro grupos mutuamente exclusivos para analisar e classificar a pobreza multidimensional no Brasil, a saber: Renda e privações sociais vulneráveis (pobreza multidimensional); Privações sociais vulneráveis; Renda vulnerável e Não vulneráveis. Da mesma forma, usando dados da PNAD, Vaz e Jannuzzi (2014) também combinaram os critérios do IPM global, além de privações em outros indicadores com dados referentes a renda per capita para estimar a pobreza multidimensional no Brasil de 2001 a 2013.

### 2.2.2 Métodos empíricos relacionados à abordagem dos meios de vida

No que diz respeito ao debate sobre a busca por métodos de valoração da abordagem das capacitações mais diretamente relacionados à captura das condições efetivas da liberdade substantiva e dos funcionamentos das populações, o resultado tem sido também uma variedade de metodologias e abordagens teórico-metodológicas que visam melhor expressar as condições territoriais em que o grau de liberdade das pessoas possa ser representada da maneira mais fidedigna possível.

---

<sup>21</sup> “Pobreza Multidimensional é um conceito-ação, como devem ser definidos os grandes desafios em políticas sociais, isto é, como marcos referenciais que, inspirados em uma visão política acerca do Estado, Cidadania e Desenvolvimento, explicita problemáticas sociais em termos normativos e/ou pragmáticos ao tempo que sugerem uma “solucionática” para seu equacionamento”. (JANNUZZI; SOUSA, 2016).

Entre estas possibilidades, destaca-se a abordagem dos meios de vida ou *livelihoods*, apresentada anteriormente, a qual tem se especializado na observação empírica qualitativa e quantitativa das características do espaço rural como objeto de estudo. Neste sentido, a questão está em se procurar definir um conjunto de capacitações que represente o nível de *agência* o qual as pessoas realmente usufruem em determinados contextos de vulnerabilidade. Neste sentido, a análise dos meios de vida não busca a construção de um índice, mas sim medidas e caracterizações do espaço ou meio de vida das pessoas com o intuito de expressar a real condição de privação, assim como as estratégias de suas populações, tendo em vista a construção de meios de vida adequados à sua sobrevivência.

Relacionado a este aspecto, está a reflexão sobre o grau de profundidade que se busca alcançar na procura das origens ou causas fundamentais que seriam consideradas as responsáveis últimas pela conseqüente restrição de acesso das pessoas aos funcionamentos e capacitações considerados básicos ou capazes de superar as restrições relacionadas a um ambiente de vulnerabilidade, por exemplo. Sendo, portanto, de grande importância para a avaliação do grau de liberdade substantiva e o grau de agência das pessoas. (HARRISON, 2001).

Neste sentido, questões relacionadas à escolha dos espaços informacionais, a consideração da diversidade humana e a questão do contrafactual, são algumas das questões que devem ser observadas, tendo em vista a estratégia de operacionalização da teoria das capacitações de Amartya Sen (COMIM, 2001). Seguindo este caminho, a abordagem dos meios de vida procura desenvolver estratégias de incorporação da dimensão do contexto, o qual se configura e influencia os diferentes graus de agência das pessoas que vivem no meio rural.

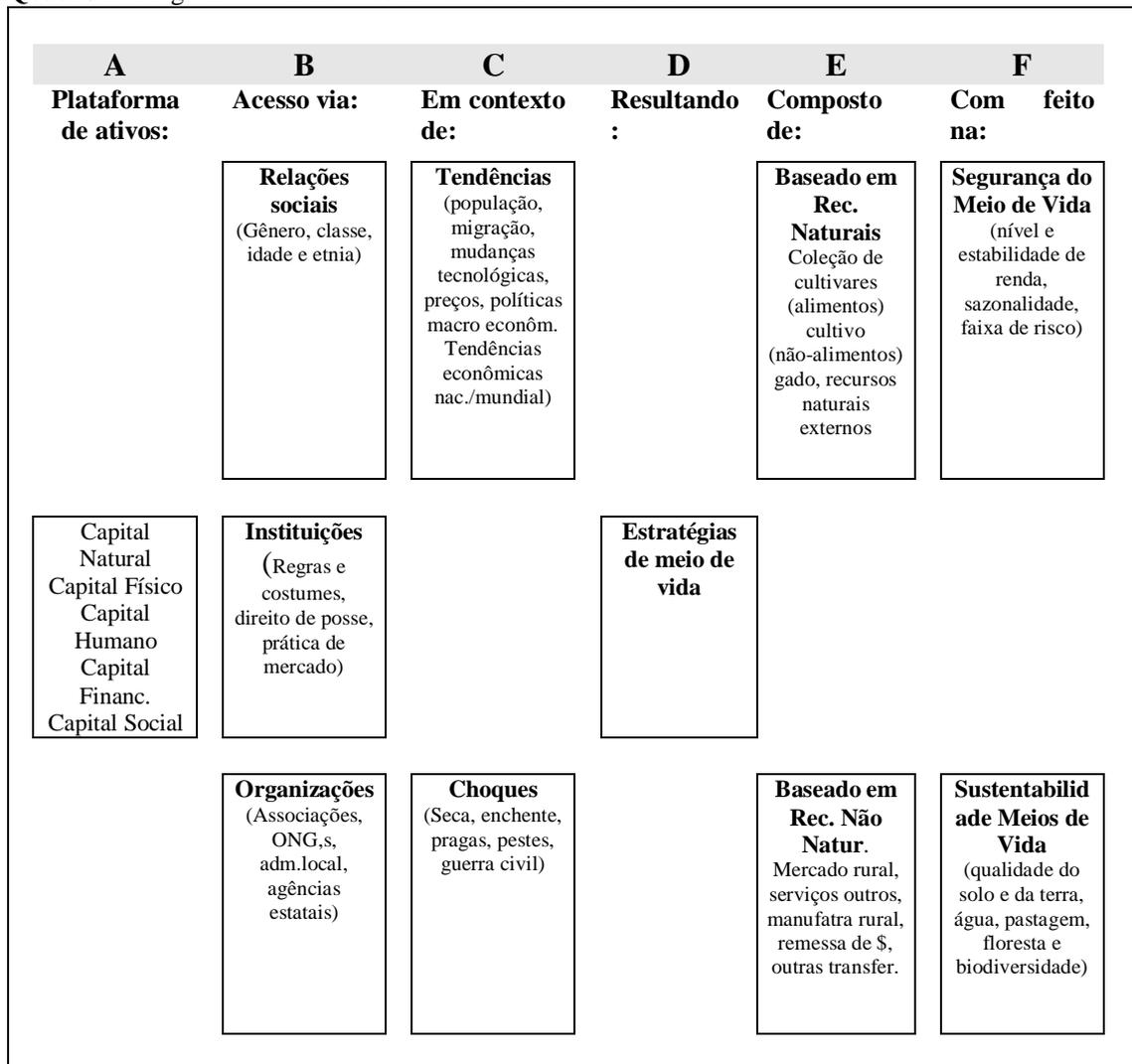
A diversidade humana, neste contexto, é um aspecto da abordagem das capacitações que procura dar fundamentação ao fato de que existem diferentes taxas de conversão de bens primários em funcionamentos por parte dos indivíduos; devendo, portanto, ser levado em consideração quando da operacionalização desta abordagem. No caso da abordagem dos meios de vida, este elemento se transforma na capacidade de avaliação das condições de acesso (entitamentos) dos produtores rurais a determinados recursos.

Já os aspectos relacionados ao contrafactual, dizem respeito a uma das principais dificuldades em se utilizar diretamente “capacitações” como instrumento de avaliação, pois sua natureza representa um elemento não diretamente observável empiricamente, sendo, portanto, de difícil operacionalização. Em nível prático, a existência de dados: de demanda de mercado; de respostas a questionários; e de características pessoais não adquiridas por observações via mercado, seriam, segundo Sen (1985), os mais importantes recursos disponíveis para a

aplicação da abordagem das capacitações de modo direto (COMIM, 2001, p. 9). Neste aspecto, a indicação do leque de capitais (capital natural, humano, financeiro, físico e social), disponíveis como ativos, não necessariamente explorados, seria uma expressão dessa dimensão do problema, tal como enfrentada pela abordagem dos meios de vida.

De acordo com Perondi (2014), a aplicação da abordagem das capacitações a partir da noção de meios de vida, implica na consideração explícita de que a sua tentativa de operacionalização passe necessariamente pela aceitação de que em suas análises serão utilizados métodos qualitativos (embora se considere que alguns indicadores possam ser empregados), tendo em vista que “a interpretação sobre os condicionantes da vulnerabilidade num certo contexto institucional, organizacional e de relações sociais sob o ambiente econômico, social, político e ambiental é próprio de cada estudo”. (PERONDI, 2014, p. 107). Sendo assim, as metodologias utilizadas para a operacionalização da abordagem dos meios de vida buscam utilizar métricas que expressem graus de restrição ou de alternativas que permitam aos agentes em estudo serem representados como dispendo, ou não, de determinadas alternativas de funcionamentos, ao mesmo tempo em que revelam as decisões e estratégias que são utilizadas para superar estas restrições e/ou fazer uso das alternativas disponíveis.

Entre as formas utilizadas por vários de seus autores (PERONDI, 2014; CARNEY, 1998; ELLIS, 2000), está o diagrama de análise dos meios de vida (Ver Quadro 1) e a figura de um pentágono, onde se apresenta o conjunto de capitais (financeiro, social, físico, natural e humano) e seus níveis de utilização ou acesso, que são utilizados como medidas do grau de liberdade de acesso disponíveis, mediados por componentes institucionais, que influenciam por sua vez nas estratégias de manutenção dos meios de vida dos agentes econômicos.

**Quadro 1-** Diagrama de análise dos meios de vida no meio rural

**Fonte:** Ellis (2000, p. 30) tradução Perondi (2014, p. 100).

Uma outra forma e método muito acionado pelos autores que seguem e se utilizam desta abordagem, é a estratégia de mensuração do grau de diversidade ou diversificação dos meios de vida e rendimento que caracterizam o resultado das estratégias dos agentes.

Nesse sentido, há autores que defendem a ideia de que estratégias como investimentos em agroindustrialização no setor rural, por exemplo, podem servir para que famílias rurais ampliem seus leques de atividades, o que por sua vez, possibilita não só a sobrevivência e a autonomia, como também pode propiciar melhoras no padrão de vida dessas unidades familiares de produção. (WESZ JUNIOR; NIEDERLE, 2007; NIEDERLE; WESZ JUNIOR, 2009; PELEGRINI; GAZOLLA, 2008).

Ainda nesse escopo, compreender o contexto e as estratégias de meios de vida da agricultura familiar, consiste não só em levar em consideração como os agricultores desenvolvem estratégias de modo a acessar maiores níveis de renda, seja visando apenas a

sobrevivência ou a acumulação de capital, mas também como as famílias diante das condições adversas do meio em que vivem conseguem utilizar suas capacidades de modo a mitigar privações. Nesse sentido, estudos foram desenvolvidos pautados na verificação de como a diversificação dos meios de vida pode estar correlacionada com a formação nos níveis de renda das famílias rurais, ou melhor, como as práticas de diversificação e/ou pluriatividade na produção provocam variações nas fontes de renda ao mesmo tempo em que espalham os riscos sobre essas diferentes fontes. (TERNOSKI; PERONDI, 2014; NIEDERLE; GRISA, 2008).

Assentado em aspectos da Abordagem das Capacitações de Amartya Sen e da Abordagem dos Meios de Vida de Frank Ellis, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul juntamente com a professora Angela Kageyama da Universidade Estadual de Campinas, desenvolveram o Índice de Condições de Vida (ICV), cujo intuito seria exatamente concatenar as idiossincrasias das capacitações de Amartya Sen com os vários capitais propostos por Ellis (2000). A ideia que permeia essa interligação é a de que a posse de diferentes capitais pode facilitar ou até mesmo estimular o acesso dos indivíduos ou famílias à diversificação de seus meios de vida, e essa diversidade, por sua vez, pode propiciar aos indivíduos a capacidade/liberdade de elevar seu nível de qualidade de vida e bem-estar, de modo que possam se distanciar de certas privações e vulnerabilidades. (TOIGO; CONTERATO, 2017).

O ICV dado seus aspectos multidimensionais consegue captar, por esse motivo, elementos relacionados as condições de vida e desenvolvimento humano com base na percepção dos próprios agentes pesquisados. Toigo e Conterato (2017), realizaram uma pesquisa aplicando o ICV no Território Rural Zona Sul do Rio Grande do Sul, o objetivo do estudo era avaliar possíveis condições de vulnerabilidade e pobreza das famílias residentes nesses territórios rurais. Apesar dos resultados sinalizarem que as famílias não estavam de certa forma expostas a situações de vulnerabilidade e pobreza, os autores apontaram que a detecção de privações das famílias em conseguir melhorar seu bem-estar, pode estar relacionada com uma possível acomodação resignada dos residentes da área de estudo.

Percebe-se, neste sentido, o conjunto de possibilidades metodológicas que podem ser exploradas tendo em vista a riqueza de análise que combinam observações de contexto, captadas através de pesquisa de campo, com estudos analíticos, mais direcionados à caracterização e construção de índices que expressem a diversidade de situações e/ou alternativas disponíveis para as populações avaliadas em termos do seu grau de vulnerabilidade na manutenção dos seus meios de vida.

### 2.3 A dimensão urbano-rural e a questão da pobreza territorial na Amazônia

Tendo em vista o debate teórico e metodológico apresentado anteriormente em relação à existência de diferentes alternativas para a operacionalização da abordagem das capacitações de Amartya Sen, quando avaliada a partir de sua dimensão territorial, empurra a análise rumo a um aprofundamento da questão sobre as especificidades dos espaços rurais e sua complexa relação com o contexto atual do processo de urbanização que tem sido objeto de análise em diferentes frentes de pesquisa na Amazônia.

Neste contexto, se faz necessário aventar uma aproximação entre os debates sobre pobreza e sua relação com o amplo processo de urbanização da Amazônia, com o intuito de se aplicar uma perspectiva de análise que incorpore a dimensão territorial do problema da pobreza e/ou vulnerabilidade das populações rurais na Amazônia tendo em vista o avanço do processo de urbanização na região.

A questão sobre as diferentes metodologias as quais a dimensão da pobreza rural e urbana na Amazônia – seguindo aqui o amplo debate sobre a mudança da noção de fronteira como espaço homogêneo – insere-se atualmente, portanto, entre as principais questões no debate sobre desenvolvimento territorial na região. Visto que suas cidades concentram a maioria absoluta da população regional e passam por processos de crescimento desordenado desde o início da década de 60; momento em que – com base no apoio governamental e nas políticas de desenvolvimento da época – se constituiu um grande esforço estatal com o objetivo da consolidação de uma fronteira agropecuária e mineral (ao mesmo tempo em que se implantava uma estratégia de integração territorial da região ao restante do país)<sup>22</sup>.

Para Becker (1982) a urbanização na Amazônia durante este período teria servido originalmente à estratégia do Estado na organização do mercado de trabalho regional e expansão da fronteira de exploração de recursos naturais, com grandes impactos também sobre as áreas rurais no seu entorno. Nesta perspectiva, a cidade era considerada como componente fundamental para a circulação de mercadorias, de informação, da força de trabalho, assim como para ressocialização dos emigrantes que vinham para a Amazônia e que se deslocavam dentro da própria região em busca de oportunidades de trabalho.

Isso assegura à urbanização e seus impactos diretos e indiretos sobre as condições de vida das populações da cidade e do campo, elementos de diferenciação o qual podem ser

---

<sup>22</sup> Movimento o qual mais tarde viria a ser reforçado com a implementação da estratégia dos Grandes Projetos e com a consolidação definitiva do apoio das cidades como base logística para a expansão do capital nacional e internacional em busca da consolidação da Amazônia como fronteira de exploração de recursos naturais.

compreendidos como resultado de um processo induzido de urbanização acelerada por políticas de desenvolvimento do Estado brasileiro. O que acaba por construir na região de fronteira da Amazônia, um território com diversos focos de conflitos e de amplo movimento migratório no sentido da busca, por parte dos migrantes, por melhores condições de vida. O que marcará tanto as populações que migram para áreas rurais e urbanas, vindo de outras regiões do país, como as que se deslocam internamente na região.

Historicamente, portanto, a dinâmica de expansão da fronteira amazônica se dá a partir de diferenciações internas reveladoras de processos, ou padrões de urbanização, e trajetórias da dinâmica agrária e urbana que representam a forma concreta de inserção dos lugares na fronteira econômica regional e nacional, de maneira bastante explícita. Modelos variados de urbanização e expansão da fronteira ou frentes agropecuárias, minerais e madeireiras que vão surgindo, como movimentos espontâneos e/ou induzidos, que acompanha o curso das novas estradas e que vão sendo abertas ou asfaltadas enquanto novos atores se deslocam (tanto de regiões distantes ou internas à Amazônia) e migram de regiões rurais para os centros urbanos mais promissores. Ao mesmo tempo estratégias governamentais vão sendo desenhadas com o objetivo de acelerar o processo de implementação de grandes projetos para a exploração dos recursos naturais. Impondo sobre a mesma, como síntese, modelos de urbanização induzidos por dinâmicas dos mais variados tipos. Ou seja, um leque bem variado de fenômenos revelando o que Browder e Godfrey (2006) consideraram como uma espécie de modelo de *urbanização desarticulada*.

Neste contexto, estudos sobre a natureza do urbano na Amazônia contemporânea têm se desenvolvido de maneira bastante importante e diversa, baseadas em trilhas teóricas e metodológicas deixadas por abordagens de geógrafos, antropólogos, economistas e cientistas sociais em geral que se debruçaram sobre o problema da fronteira amazônica, seja pelo seu ponto de vista urbano ou tendo em vista de maneira específica questões agrárias ou dinâmica rurais ligadas ao problema das formas de assentamento precários induzidos pelo estado ou constituídas de maneira espontânea na região nas últimas décadas. (BECKER, 2013, 1990; CASTRO, 2008; RIBEIRO, 2001; OLIVEIRA, 2000; CORREA, 1987; CARDOSO, 2007; TRINDADE JUNIOR, 1998).

Do ponto de vista do trato da questão da expansão urbana, debates sobre planejamento urbano, *stricto sensu*, nos últimos anos, vêm ganhando importância para a compreensão dos processos de produção e organização do espaço urbano-regional, na medida em que as dinâmicas extensivas de urbanização são consideradas como irreversíveis e avançando sobre o território. (MONTE-MÓR, 1994). Neste contexto, entende-se que todas essas questões se

articulam à dinâmica urbano-regional de um Brasil em rápida e intensa transformação, que hoje se apresenta com características de transição bastante complexas e distintas daquelas supostas dualidades (entre o moderno e o atrasado) que se apregoava no início do processo de industrialização.

Hoje, de maneira definitiva, o campo e a cidade, o campesinato e o trabalhador assalariado, o agricultor familiar e a agroindústria, o estado e a sociedade civil, parecem todos estar inseridos em uma mesma dinâmica em que diferentes territórios vão se desenhando com seus diferentes graus de autonomia. Dar-se-á assim, seguindo essas transformações e observando seus movimentos do ponto de vista das pesquisas científicas, um amplo debate teórico em diversas frentes, e que teriam em comum entre si, a percepção da necessidade de superação definitiva da dicotomia de análise que separa o urbano e o rural. Consensualmente apregoa-se, neste sentido, a necessidade de tratamento dos efeitos do processo de urbanização na região a partir de uma leitura territorial que englobe estas duas dimensões; onde a interação e as transformações nos espaços rurais e urbanos sejam compreendidas de maneira complementar.

Atualmente, portanto, o conceito de “urbanização”, tal como entendido pela literatura que debate o seu processo de expansão na Amazônia ultrapassa, em muito, e supera (no sentido dialético), a relação entre campo e cidade, no sentido da aproximação nos dois campos de discussão, fazendo uso do conceito de território como sua nova categoria de análise. As pesquisas mais recentes neste sentido têm como pressuposto, portanto, a importância do processo extensivo de urbanização e as transformações no meio rural como fenômenos simultâneos.

A partir da realidade também do rural, compreende-se os processos de transformação urbana que impõem padrões de mudança nos espaços rurais que levam a ampliação do grau de pluriatividade das unidades de produção familiar. Ambos os movimentos – do urbano ao rural, e do rural ao urbano – se constituindo, portanto, como o resultado amplo do processo de urbanização em curso que tem no seu elemento sistêmico, e integrado ao território, as suas novas características. Sendo assim, compreende-se como um todo o processo de transformação do espaço regional atual da Amazônia como fruto de um amplo e praticamente irreversível movimento de urbanização em escala planetária.

Esse urbano que se estende para além das cidades e envolve todo o espaço territorial; fornece, por fim, as bases sobre a qual operam, e da qual dependem, numerosas formas de incorporação de recursos naturais e das populações camponesas, ribeirinhas, caboclas, indígenas e quilombolas na região. Sem que, no entanto, esses espaços possam ser considerados

como já totalmente subsumidos pelo processo de acumulação de capital e/ou de urbanização como fenômenos de natureza estritamente capitalista. Em suas atuais limitações e supostas precariedades, estes espaços permanecem, apesar das pressões, em grande parte ainda fora do radar do grande “mercado” capitalista que se impõe cada vez mais, no entanto, em escala crescente sobre a região.

Esta manutenção de espaços relativamente isolados e/ou com auto grau de autonomia tem permitido preservar, por outro lado, a organização e as possibilidades de desenvolvimento de outras formas de integração destas realidades remanescentes aos mercados locais, nacionais e internacionais; mantendo um terreno fértil e o caminho aberto para a inovação institucional sobre velhas práticas em moldes alternativos aos empreendimentos capitalistas em grande escala. Os quais têm tensionado no sentido da constituição de um modelo de urbanização que implica de maneira muito clara em um processo de devastação dos recursos naturais e culturais da região.

Sob esse “guarda-chuva” e proteção de áreas ainda remanescentes nos espaços rurais da região, um outro padrão urbano parece ainda se sustentar como possibilidade capaz de oferecer, ademais, chaves novas para a compreensão e articulação de um outro modelo de urbanização que possa ser menos destrutivo, e que articule de maneira mais adequada os dois polos do urbano e do rural de maneira mais compatível com os ideais de sustentabilidade e justiça social.

Tal articulação e seu potencial de sustentabilidade, por sua vez, parece ser uma questão ainda em cheque, e cada vez mais importante de ser debatida, na medida em que os modelos tradicionais de articulação urbano-rural que se impuseram historicamente na Amazônia têm, ao contrário, se baseado em padrões de mobilização (exogenamente induzida) dos abundantes recursos naturais presentes na região, tendendo a determinar ciclos brutais de crescimento da produção e exportação de produtos primários em grande escala, acompanhado de crises e desarticulação de potencialidades locais. Dinâmica que ocorre, em geral, de maneira simultânea ao enrijecimento e agravamento das precariedades socioeconômicas e ambientais regionais. Processo este já largamente relatado na literatura sobre o impacto dos grandes projetos na Amazônia. (TRINDADE JUNIOR; ROCHA, 2002; COELHO *et al.*, 2001; ROCHA, 1999; CASTRO, *et al.*, 1995; TOURINHO, 1991; VALVERDE, 1989).

Neste sentido, considera-se que estudos que venham contribuir com a explicitação destas características e especificidades da questão territorial da Amazônia, devem ser estimulados e aprofundados no intuito de se buscar revelar, de maneira cada vez mais precisa, a complexidade e a multidimensionalidade dos efeitos do processo de urbanização e mercantilização do território vivido na Amazônia.

Dentro desse enorme leque de possibilidades, buscar-se-á neste estudo de tese aprofundar a investigação sobre as características territoriais das áreas de várzea remanescente de populações ribeirinhas próximas a grandes centros urbanos, dando ênfase para uma análise sobre as condições de pobreza multidimensional as quais têm sido fruto do processo de urbanização nesse território. Para isso, será utilizado como foco específico um estudo sobre a região das ilhas localizadas nas proximidades da Região Metropolitana de Belém. Como objeto de estudo específico, portanto, dar-se-á ênfase nesta pesquisa para a Ilha das Onças, uma das maiores ilhas no entorno da Região Metropolitana de Belém, área que tem sofrido com uma grande e intensa transformação territorial movida pelo ritmo do processo de urbanização, como um todo, nas últimas décadas. Tema este que será tratado em seguida.

#### **2.4 Pobreza como objeto de análise para o estudo das perspectivas de desenvolvimento territorial na Amazônia: um estudo sobre a região das ilhas do entorno da Região Metropolitana de Belém**

Os estudos sobre a relação entre pobreza multidimensional e questão territorial no Brasil e na Amazônia, se encontram ainda em estágio inicial. Em verdade, esforços têm sido feitos no estudo da pobreza multidimensional, mas sem levar em conta de maneira explícita a dimensão territorial. Apesar de já existirem contribuições significativas que têm incorporado estudos sobre os aspectos multidimensionais da pobreza, tais como Kageyama e Hoffman (2006), Diniz, M. B e Diniz, M. M. (2009), Comim *et al.*, (2009), Caldas e Sampaio (2012), entre outros, o debate sobre pobreza multidimensional ainda não contempla, em geral, as particularidades territoriais que influenciam nas condições de agência dos indivíduos. No entanto, apesar destas limitações, acredita-se que a Abordagem das Capacitações (AC) represente ainda uma referência e um ferramental teórico fundamental para auxiliar a análise sobre pobreza quando avaliada a partir de condições territoriais específicas.

Acredita-se que todos estes componentes teóricos do debate sobre pobreza multidimensional poderão, por sua vez, ter uma vazão das mais interessantes quando colocados de maneira convergentes em relação ao debate sobre desenvolvimento territorial e sobre a noção de diversidade estrutural de regiões rurais e urbanas na Amazônia. O que poderá estimular diversos estudos de natureza específica, na medida em que se pretende abordar o problema da pobreza por uma perspectiva territorial e em íntimo processo de articulação com a dinâmica urbana e rural em determinados ambientes territoriais como pano de fundo de sua avaliação.

É nesse sentido que o objeto de análise desta pesquisa se concentra em estudos com abordagens e metodologias diversas; todas baseadas, em última instância, e tendo como elo

comum entre si, dados empíricos observados e coletados em pesquisa de campo realizada com indivíduos e famílias residentes em domicílios rurais da Ilha das Onças, município de Barcarena; nas proximidades do centro da RMB.

Segue-se que, entre os enfoques teóricos para além das análises de pobreza multidimensional que serão utilizados para a melhor caracterização territorial deste objeto de estudo, destaca-se a literatura sobre o papel dos processos de urbanização recente e seus efeitos diretos e indiretos em relação aos meios de vida das populações ribeirinhas residentes na região das ilhas de Belém.

Neste sentido, pode-se abordar a dinâmica territorial em curso no território, a partir de uma combinação de um enfoque interno, voltado para um campo de análise da racionalidade própria à alocação de recursos por parte dos agentes; e um enfoque externo, onde observa-se as estratégias desses mesmos agentes, tendo em vista o ambiente externo a qual os mesmos estão submetidos.

No primeiro ponto, ganha relevância a literatura que tem apontado o papel e as formas de organização interna das famílias que têm no domicílio rural sua base de sobrevivência e estratégias de manutenção dos seus meios de vida. Neste contexto, o debate clássico sobre as formas e integração do campesinato às dinâmicas de mercado, sua transição para leituras que destacam o papel da pluriatividade na manutenção das suas formas de autonomia em um contexto de fortes transformações no mundo rural, são alguns dos principais destaques.

No segundo ponto, destaca-se o papel das transformações estruturais e os impactos do forte processo de urbanização que têm modificado de maneira substantiva, e a partir de fora, as estratégias de sobrevivência no meio rural e permitido uma maior integração entre dinâmicas rurais e urbanas na Amazônia nas últimas décadas.

Ligando estes dois pontos, será dada ênfase nos artigos que se seguem, à identificação das diversas dimensões de busca e auto avaliação da pobreza das comunidades locais, assim como no mapeamento de suas estratégias de manutenção dos meios de vida, que têm sido observados como características dos territórios onde se localizam a região das ilhas próximas à região Metropolitana de Belém. Área fortemente impactada pelas transformações estruturais e pelo forte dinamismo econômico gerado pelo crescimento do mercado de açaí nas últimas décadas.

Assim, tendo em vista o objetivo de fazer uma análise mais rica e aprofundada possível sobre a relação entre pobreza multidimensional e seus aspectos relacionados aos resultados que derivam de sua condição territorial específica, buscar-se-á utilizar neste trabalho de pesquisa, diferentes metodologias teóricas e empíricas que utilizam uma combinação de dados primários

e secundários coletados a partir de visitas de campo e aplicação de questionário, os quais foram coletados com entrevistas com membros moradores de 80 famílias que vivem na Ilha das Onças, município de Barcarena, Pará. O objetivo foi avaliar de maneira mais clara, e metodologicamente consistente, os diversos aspectos (dimensões) da pobreza e sua relação com o ambiente territorial em seu processo de transformação recente.

Neste sentido, o objetivo geral da tese será analisar a configuração da pobreza multidimensional em relação a observação dos processos de mudanças na dinâmica territorial em curso e impactadas a partir das transformações e crescimento recente da Região Metropolitana de Belém. Ao mesmo tempo, o estudo visa fazer uma análise com levantamento de dados primários em uma comunidade ribeirinha que tem sofrido mudanças territoriais bastantes significativas nos últimos anos; tendo em vista suas características físicas e territoriais que a colocam em proximidade tanto com a dinâmica de urbanização crescente da Região Metropolitana de Belém; como em relação aos impactos negativos da atividade mineradora de grande porte localizada, bem ao lado, próximo da sede do município de Barcarena.

Procura-se assim, de maneira conjunta, avaliar em que condições territoriais concretas as dinâmicas recentes de expansão da urbanização e da articulação destas regiões com os mercados externos de produtos regionais, por exemplo, têm permitido uma melhoria nos níveis de bem-estar das populações residentes em comunidades ribeirinhas, como a da Ilhas das Onças? Ou se, pelo contrário (apesar do crescimento visível nos níveis de consumo e renda de parte destas comunidades) se esse processo de crescimento econômico e de melhoria nos seus níveis de renda têm compensado, ou não, os possíveis efeitos negativos causados pelo processo de transformação dos modos de vida tradicionais destas comunidades?

Para isso, será utilizado, como visto anteriormente, o referencial teórico da *abordagem das capacitações* de Sen (1985, 2000) e seus desdobramentos no campo da construção de indicadores para a avaliação dos níveis de pobreza multidimensional dos indivíduos e/ou núcleos familiares que vivem nestas regiões. Expandindo sua análise para que se leve em consideração uma abordagem territorial ampla sobre uma avaliação do fenômeno da pobreza, visto por sua perspectiva multidimensional, considerada neste trabalho como fortemente influenciada por fatores territoriais.

No entanto, como pretende-se ir além da abordagem restrita ao campo da tradicional ciência econômica (quando aqui se utiliza a categoria território), buscar-se-á apoio também em referenciais teóricos no campo da geografia humana e do urbanismo, assim como na abordagem teórica dos meios de vida, que tem servido como base de diversos estudos no âmbito das teorias do desenvolvimento rural. Para isso, busca-se compreender o papel das dinâmicas territoriais e

do espaço como ambiente que influencia de modo substantivo na construção dos níveis de liberdades substantivas das populações ribeirinhas diretamente afetadas por processos de transformação territoriais intensos; como acredita-se ser o caso desta região específica que é objeto de análise neste estudo.

### **3 URBANIZAÇÃO E DINÂMICA TERRITORIAL NAS ILHAS DO ENTORNO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM: UM ESTUDO SOBRE A POPULAÇÃO RESIDENTE NA ILHA DAS ONÇAS, MUNICÍPIO DE BARCACENA, PARÁ.**

#### **3.1 Introdução**

A Região Metropolitana de Belém apresenta características territoriais bastante específicas, e que têm raízes históricas na sua longa trajetória e formação como núcleo urbano principal de uma rede dendrítica<sup>23</sup> de vasto alcance territorial na região da Amazônia Oriental Brasileira.

Fundada originalmente em 1616, como Forte Militar com localização geográfica privilegiada na foz do rio Amazonas, a cidade de Belém se transforma ao passar dos séculos em importante base de apoio para incursões de navegadores estrangeiros que à utilizavam como entreposto e base de suprimentos para lucrativas expedições em busca de drogas do sertão pelos rios do interior da Amazônia.

Durante o século XVIII, no período pombalino, Belém se transforma na capital do Estado do Grão-Pará e Maranhão, o que irá ampliar de maneira significativa o domínio político e territorial da cidade sobre as regiões ribeirinhas no imenso *hinterland* que se forma a partir da foz do rio Amazonas. Momento em que a política pombalina irá organizar uma ampla rede de pequenos centros urbanos entremeados por milhares de famílias ribeirinhas nucleadas em extensas margens de rios. Frutos de um amplo e bem-sucedido programa de miscigenação e expansão demográfica e controle político do estado português sobre o território amazônico. (COSTA, 2012, 2019).

Meio século após o final do período pombalino, uma guerra civil de proporções gigantescas (a Cabanagem) – que dizimou cerca de um terço da população da Amazônia – viria a afetar de maneira significativa a vida das populações ribeirinhas locais. Belém, neste momento, se torna palco de imensos conflitos e *locus* principal novamente da disputa pelo controle político e territorial da região. Décadas depois do fim do armistício, já em meados do século XIX, a região como um todo começa a experimentar um novo momento. Neste contexto, a cidade de Belém volta a ter um crescimento populacional e urbano bastante expressivo, impulsionado pelo forte crescimento das exportações de borracha. (SANTOS, 1980; COSTA, 2019).

---

<sup>23</sup> A rede dendrítica corresponde à localização excêntrica do centro nodal como numa rede fluvial. Um exemplo é a rede de cidades coloniais brasileiras. (BRAGA, 2008).

Entre os principais fornecedores de borracha na primeira fase do ciclo de crescimento das exportações, que vai de 1850 a 1880, estão as populações ribeirinhas de diversas áreas das ilhas próximas à Belém (COSTA, 2019; WEINSTEIN, 1983). Seguindo o leito do Rio Amazonas, passando pela cidade de Santarém e indo ao encontro do Rio Negro – às margens da nova e pujante cidade de Manaus – a rota da economia da borracha segue, nas décadas seguintes, por caminhos que vão pelos rios Juruá e Purus até o interior do Acre, na fronteira com a Bolívia. Impulsionando um conflito que levaria à incorporação definitiva do Estado do Acre ao domínio territorial do Império brasileiro no início do século XX.

Com a crise dos mercados externos da borracha, em 1912, no entanto, inicia-se na Amazônia uma nova fase de seu processo de organização territorial. No caso específico da região sob influência mais direta de Belém, inicia-se, neste período, um forte processo de emigração de populações (principalmente de nordestinos) antes destinados para os seringais e regiões mais longínquas; que agora retornam, em grande medida, e se direcionam em boa parte para a proximidade do centro urbano de Belém e Manaus. Nesse momento, parte significativa dessa população, irá ocupar uma longa faixa de terra que se localiza na influência da estrada de ferro Belém-Bragança (no nordeste do estado do Pará). Região que tem nesse período um crescimento demográfico bastante expressivo. (COSTA, 2019).

Do ponto de vista do mercado externo, por outro lado, ao mesmo tempo em que a crise da borracha se aprofunda na primeira metade do século XX, novos produtos como a castanha têm seu momento de auge a partir dos anos de 1930, com o crescimento da sua produção na Região de Marabá no médio rio Tocantins (afluente do rio Amazonas ao sul de Belém) (EMMI, 1988). Com o crescimento da economia da Castanha, Belém expande mais uma vez seu poder de comando sob o território<sup>24</sup>, só que agora de maneira mais intensa no sentido sul, beirando as margens do rio Tocantins na confluência do rio Araguaia, antiga região produtora de caucho na fronteira com os estados de Tocantins e Mato Grosso (IANNI, 1978). O que amplia ainda mais a intensidade do leque de influência da cidade de Belém em relação ao território mais ao sul do estado do Pará.

Sendo assim, a medida em que a economia da exportação da borracha busca se recuperar da enorme crise, Belém se reorganiza em algumas décadas, mantendo-se como principal centro urbano exportador, com influência sobre toda a Amazônia Oriental brasileira. Neste instante, a

---

<sup>24</sup> Isso se deve muito à localização geográfica estratégica do porto de Belém, que passa a ser o principal porto de exportação de diversos produtos da Amazônia, ao mesmo tempo em que transforma a cidade de Marabá, ao sul do Pará, em capital nacional da Castanha.

centralidade antes organizada mais no sentido da foz do rio Amazonas e suas populações ribeirinhas localizadas entre a região do baixo rio Tocantins e as ilhas do Marajó, ao norte; agora começa a se direcionar de maneira mais intensa também para o interior do continente (nordeste do estado do Pará até o estado do Maranhão), assim como mais para o sul, seguindo o leito do rio Tocantins até a região do Araguaia.

Ao longo da primeira metade do século XX, portanto, uma importante transformação estrutural e territorial se inicia lentamente, com o espraiamento da economia e da população da antiga região do Grão-Pará, no sentido de uma maior complexificação da rede urbana regional e na expansão da economia tanto do nordeste paraense, como do baixo, médio e alto rio Tocantins. Com destaque para o processo de expansão dos municípios localizados nas áreas agrícolas ao longo do caminho da ferrovia Belém-Bragança, e do crescimento da região de Marabá, ambas no Estado do Pará. Forma-se assim, uma nova rede urbana que integra populações ribeirinhas, áreas de castanhais, áreas industriais próximas ao centro da cidade de Belém, comércio, camponeses e agricultores de beira de estrada no nordeste do estado, articulando tentáculos cada vez mais importantes e de alcance territorial bastante expressivo. (COSTA, 2019).

Na sequência, ao longo das décadas de 1960 e 1970, uma nova dinâmica se impõe de maneira bastante profunda, atravessando esse longo processo de formação territorial. O marco principal deste novo momento é a construção da rodovia Belém-Brasília, que irá transformar de maneira definitiva os rumos territoriais da região, ameaçando o padrão de centralidade da cidade de Belém em relação às áreas mais ao sul e sudeste do estado do Pará. Transformação que se explica tendo em vista o longo e profundo processo de integração rodoviária que todo esse território passa a ter em relação às áreas mais ao centro-sul do Brasil, aumentando o grau de complexidade da rede urbana em toda a região. O que, ainda hoje, deixa suas marcas em relação ao acelerado processo de urbanização e expansão territorial que advém impulsionados pelas estradas e rodovias federais e estaduais construídas durante esse período. (BROWDER; GODFREY, 2006; TRINDADE JUNIOR, 1998; CARDOSO, *et al.*, 2015).

Na sequência, um forte processo de migração e estímulo à implantação de grandes projetos, com o apoio e intervenção estatal, irão impulsionar o crescimento das atividades madeireiras e agropecuárias em todo o sul e sudeste do Pará; transformando para sempre a estrutura de rede dendrítica tradicional, e os ares de cidades fluviais e ribeirinhas que se tinha como perfil hegemônico em toda a região Amazônica até então. (CORRÊA, 2006; BROWDER; GODFREY, 2006; TRINDADE JUNIOR, 1998; CARDOSO, *et al.*, 2015).

A partir deste momento, cidades de beira de estrada, fronteiras agrícolas, de mineração, garimpo, atividades madeireiras, entre diversos outros empreendimentos importantes, irão atrair um fluxo migratório de grandes proporções do restante do país para a região, transformando de maneira definitiva a dinâmica e o perfil urbano e territorial da Amazônia Oriental brasileira. Conflitos de terra, desmatamento e precarização de populações tradicionais de ribeirinhos, indígenas e quilombolas, são algumas das consequências negativas desse profundo e recente processo de transformação territorial.

É de surpreender, portanto, que ao longo dessa complexa trajetória histórica de crescimento e intensificação do processo de urbanização, a cidade de Belém tenha se mantido ainda sob a influência relativamente importante de suas áreas ribeirinhas mais tradicionais, apesar do crescente processo de transformação territorial que deriva do movimento amplo e contínuo de integração das estradas e, com ele, do processo de consolidação e complexificação da estrutura urbana e da rede de cidades que se articulam mais ao sul do estado do Pará. O que remete a uma discussão mais ampla sobre o sentido e características específicas do processo de urbanização da Amazônia como um todo<sup>25</sup>. (BECKER, 2013; MONTE-MÓR, 1994; CARDOSO *et al.*, 2015).

Sendo assim, apesar das importantes transformações territoriais derivadas da nova relação de Belém com a economia da beira da estrada e o amplo processo de urbanização e aprofundamento das relações comerciais e de serviços da cidade com as diversas outras regiões do estado, a mesma se mantém com uma forte conexão com as ilhas próximas ao estuário do rio Amazonas, as quais parecem se reorganizar, impulsionando e mantendo a estrutura da rede urbana fluvial em torno da cidade de Belém. Dinâmica territorial que confirma o papel contemporâneo da cidade e RMB como elo principal das diversas áreas ribeirinhas com os mercados nacionais e internacionais de produtos e serviços da Amazônia.

Dessa forma, a área das ilhas não só se manteve em forte relação com a cidade de Belém, durante todo esse período, como essas relações parecem ter se aprofundado, apesar das transformações que empurravam o crescimento do município e a Região Metropolitana de Belém no sentido contrário, na direção do continente (CARDOSO, *et al.*, 2015). O resultado tem sido uma maior integração e complexificação do centro urbano de Belém, interligando as novas e antigas áreas do centro da cidade com a população ribeirinha do seu entorno; assim

---

<sup>25</sup> O processo de urbanização da Amazônia, e de maneira específica da cidade de Belém, longe de significar uma tendência para uma desconexão completa com a realidade ribeirinha do seu entorno, tem fortalecido seus nexos e elos históricos mais profundos, num movimento de integração territorial campo-cidade que se complexifica com o passar do tempo, aumentando o grau de centralidade ribeirinha da cidade de Belém.

como fortalecendo a relação e os seus tentáculos tanto com os municípios que compõem a nova área de influência das estradas, como com as antigas redes de municípios ribeirinhos em toda a região do estuário do rio Amazonas. (CARDOSO, *et al.*, 2015).

Entender de maneira específica esse processo aparentemente contraditório de transformação e permanência da relação da RMB com o rio e suas populações de várzea do entorno, assim como observar as consequências e características que derivam dessa trajetória história, apesar do avanço e complexificação do processo de urbanização em toda a Amazônia Oriental brasileira, é o objetivo principal deste artigo.

Para isso, ter-se-á como foco de análise principal, a área das ilhas do entorno da Região Metropolitana de Belém. Região que comporta hoje algo em torno de 39 ilhas – somente entre aquelas vinculadas diretamente à RMB – e que têm se transformado de maneira bastante variada nas últimas décadas, a depender do grau de integração de cada uma dessas ilhas em relação à rede de comércio e serviços da cidade de Belém e demais municípios da RMB.

De uma maneira geral, observa-se um profundo processo de transformação recente nas condições de vida das populações ribeirinhas residentes nas proximidades do centro da cidade ou localizada no eixo de expansão territorial da RMB. O que indica a necessidade de avaliação dos diferentes perfis e variedades no processo de urbanização em curso na região.

Este trabalho será iniciado avaliando os impactos desse processo de urbanização mais amplo, através de uma análise sobre a diversidade de formas de urbanização que ocorreram na Amazônia nas últimas décadas, assim como se buscará analisar as especificidades da dinâmica territorial e do processo de integração urbano-rural que tem se desenvolvido no entorno da RMB. Em seguida, será feito uma análise sobre o papel e atuação do Estado no sentido de um esforço que tem sido desenvolvido para a regularização fundiária das regiões de várzea, avaliando os seus efeitos sobre as áreas que servem hoje em dia como suporte e elo importante de fornecimento de alimentos e produtos extrativos para consumo urbano da cidade e para o setor de exportação de produtos florestais. Por fim, será apresentado os resultados de pesquisa de campo realizada numa das maiores ilhas da região: a Ilha das Onças. Onde se desenvolveu uma pesquisa de campo com o intuito de avaliar os efeitos do processo de urbanização recente e seus impactos sobre as condições de vida das comunidades ribeirinhas locais. Por fim, será tratada as considerações finais do estudo.

### **3.2 Dinâmica territorial e processo de integração urbano-rural na Região Metropolitana de Belém: características e especificidades**

Em vários trabalhos realizados recentemente em relação ao processo histórico de urbanização da Amazônia, diversas categorias teóricas e ferramentas empíricas de disciplinas diferentes têm sido utilizadas com o intuito de expressar um movimento de evolução territorial que tem na leitura do fenômeno urbano e suas especificidades na Amazônia, parte significativa da explicação para a natureza peculiar da formação territorial da região, quando comparada a outras regiões do país. (CORREA, 2006; RIBEIRO, 2001; VICENTINI, 2004; BECKER, 2013; CARDOSO *et al.*, 2015).

Na Amazônia, diversos padrões e processos de urbanização já estiveram presentes, e de maneira as mais variadas ao longo da história. Mais recentemente, arqueólogos descobriram, por exemplo, a existência de diversos núcleos urbanos a cerca de 12 mil anos, com alguns contendo algo e torno de 50 mil habitantes, e um total de 8 milhões de populações indígenas que viviam na Amazônia antes da chegada dos europeus. O que indica que o fenômeno urbano na Amazônia tem uma longa história, e que a floresta amazônica está longe de poder ser considerada como uma área intocada e, por definição, originalmente “desurbanizada” até a chegada dos europeus. (SILVA, 2017).

Antes dessa descoberta recente da arqueologia, diversas abordagens teóricas no campo da geografia, da história e do desenvolvimento urbano, buscavam uma explicação para a especificidade do fenômeno urbano na Amazônia em comparação ao restante do país. (CORRÊA, 2006; BECKER, 2013; BROWDER; GODFREY, 2006). Para isso, faziam uso de diversos conceitos e categorias teóricas no sentido de tentar descrever as formas urbanas antigas e contemporâneas, suas especificidades históricas e seus avanços recentes. Neste sentido, categorias como redes dendríticas (CORRÊA, 2006), circuitos espaciais produtivos (SANTOS, 1988) e outros, foram utilizados nas últimas décadas com o intuito de desvendar os processos de adaptações recentes pelo qual têm passado a formação territorial e urbana de diversas regiões e sub-regiões da Amazônia. Em comum, a percepção de que o fenômeno urbano tem sido impulsionado de maneira bastante intensa; principalmente no que diz respeito a porção oriental da Amazônia brasileira. (BECKER, 1982; BROWDER; GODFREY, 2006; TRINDADE JUNIOR, 1998; CARDOSO, 2015).

Para além do já conhecido movimento de crescimento urbano nas proximidades das grandes estradas e empreendimentos industriais e hidrelétrico que avançam a partir principalmente da década de 1970 e 1980, pode-se dizer que o fenômeno urbano avançou

também de maneira diferente em relação a áreas relativamente isoladas e aparentemente imunes aos efeitos da pujança econômica da economia da fronteira da beira da estrada e da proximidade em relação a grandes empreendimentos industriais e agropecuários. Claro que, neste caso, o processo de urbanização assume outras características, e se intensifica de maneira bastante peculiar; a depender do grau de proximidade em relação aos grandes centros urbanos e empreendimentos industriais e hidrelétricos; em geral irradiadores de valores, costumes e tecnologias modernas geradoras de devastação e/ou de apropriação e integração à novas redes de conhecimento e potenciais de conectividade global. (SANTOS, 1994, 2002).

No que diz respeito de maneira específica às regiões de várzea e ilhas sob o controle territorial de comunidades tradicionais, o processo de urbanização e seus efeitos diretos e indiretos apresenta uma natureza bastante diversa. Em regiões de colonização mais antiga, por exemplo, e/ou com a presença de comunidades tradicionais em locais mais distantes do impacto da expansão da economia de mercado, o processo de urbanização tem sido movido a partir do contato mais distante em relação à rede de cidades de menor porte, e através do comércio e produção de serviços que se instalam nas pequenas vilas ou sede de pequenos municípios no entorno de áreas ribeirinhas e de populações tradicionais.

Já em região de ilhas próximas a grandes centros urbanos, ou metropolitanos, como Belém, o processo de urbanização acompanha um desenho mais agressivo, com transformações nos meios de vida das populações rurais/ribeirinhas de maneira mais acentuada; e, combinado à isso, um profundo processo de mudança nos padrões de consumo e modelo de atividade produtiva, que tende cada vez mais a se transformar no sentido do aumento do grau de alternativas econômicas e o envolvimento das camadas mais jovem da população com diversas atividades de comércio e serviços oferecidos nos grandes centros urbanos em seu entorno<sup>26</sup>.

Em todas estas situações, o que se tem em comum, portanto, é um processo de urbanização e/ou transformação da dinâmica territorial que – independente das situações específicas mais ou menos impulsionada pelo crescimento do processo industrial e/ou de grandes empreendimentos agropecuários, minerais e hidroelétrico, ou mercados consumidores de produtos extrativos – atinge de maneira bastante clara; e, em ritmos variados, áreas as mais diversas e distantes dos principais centros urbanos da região. Sendo, no entanto, um fenômeno

---

<sup>26</sup> Em regiões com grande potencial de comércio de produtos extrativos e/ou com mercados urbanos bem delimitados e em expansão de produtos da floresta, a tendência à especialização produtiva também tem sido uma constante; o que, combinada com a expansão do consumo urbano, representa uma outra característica bastante presente na região.

merecedor de estudos cada vez mais aprofundados, que abranjam e deem conta do seu alto grau de complexidade e especificidade em cada um dos casos.

Neste contexto, estudos sobre a diversidade de formas do processo de urbanização da floresta, podem representar uma agenda de pesquisa da maior relevância, tendo em vista os efeitos específicos que se pode derivar em relação as transformações dos meios de vida das populações locais (ELLIS, 2000), assim como às formas, mais ou menos sustentáveis, de manejos dos recursos florestas e aquíferos da região. O que pode vir a representar um importante passo no sentido da construção de uma estratégia mais efetiva de desenvolvimento sustentável para a Amazônia.

Sendo assim, buscar-se-á aprofundar esta discussão tratando de maneira específica de uma análise sobre os impactos do processo de urbanização e metropolização recente em relação a um território historicamente mais isolado e, de certa forma, afetado de maneira menos intensa, até então, pelo lento e gradual processo histórico de urbanização em curso. Realidade que, aparentemente, tem se transformado de maneira bastante intensa a partir do processo de metropolização da cidade de Belém nas últimas décadas.

Desta maneira, buscar-se-á analisar de modo mais direto neste trabalho os efeitos desse processo mais recente e intenso de urbanização sobre as condições de vida de determinadas populações ribeirinhas residentes nas ilhas localizadas nas proximidades da RMB. Região a qual tem se transformado nos últimos anos, combinando a explosão da demanda pela rede de serviços urbanos da cidade e os efeitos diretos e indiretos do crescimento do comércio de produtos da floresta; os quais têm se expandido na velocidade em que novos produtos são descobertos e explorados como mercadorias de valor, uso e interesse dos mercados locais e, a partir deles, para o setor de exportação em escala nacional e internacional.

Transformações estruturais que seguem o crescimento do fluxo desses produtos de apelo mercadológico crescente, e que se expandem e se difundem para o mercado mundial, estimulando um processo de transformação dos centros urbanos em cidades cada vez mais globalizadas e integradas a mercados e cadeias produtivas globais. Recebendo, por isso, aportes de logística e elos de comercialização e serviços dos mais variados, que acabam por servir de suporte mais geral para o processo de integração de suas cadeias de valor ao fluxo de comércio global. Ao mesmo tempo em que turistas interessados no conhecimento sobre o modo de vida das populações que vivem na floresta, também impulsionam o crescimento do processo de internacionalização dos centros urbanos regionais.

No caso das ilhas no entorno da Região Metropolitana de Belém, objeto de estudo específico deste trabalho, esse movimento pode ser observado de maneira bastante clara. O

crescimento do fluxo de comércio de produtos orgânicos típicos da Amazônia, como o açaí, o cacau, entre outros, a partir dos anos 1990, tem transformado os meios de vida das populações ribeirinhas locais e impulsionado a especialização da produção nesses itens de maior valor de mercado (BRONDIZIO, 2004). Ao mesmo tempo, a luta política pelo reconhecimento da identidade das populações agroextrativistas e a garantia da posse e exploração de suas terras, tem sido outro aspecto de transformação da dinâmica territorial e urbana em relação às ilhas, que deve ser ressaltado como mudança institucional recente e também importante. (PAULINO, 2019).

De um modo geral, pode-se dizer que a Região Metropolitana de Belém, neste sentido, representa hoje uma expressão viva do processo de urbanização diferenciado que tem se expandido também para o interior da floresta amazônica; principalmente na porção oriental da Amazônia brasileira e, de maneira específica, nesta região da foz e/ou estuário do rio Amazonas, na margem sul do arquipélago da Ilha do Marajó. Região com topografia dominada por ilhas, furos<sup>27</sup> e igarapés, e que se encontram hoje em dia atravessada por inúmeros núcleos urbanos, que têm na RMB o seu principal eixo de centralidade<sup>28</sup> (TRINDADE JUNIOR, 1998; CARDOSO *et al.*, 2015).

Do ponto de vista mais localizado, e focado nos elos territoriais de interlocução mais direta com as ilhas do entorno da RMB, pode-se dizer que a consolidação dos mercados associados à atividades urbanas inseridas em um fluxo fluvial, e a gradativa ocupação da orla belenense, também têm direcionado o processo recente de urbanização das baixadas da cidade de Belém no sentido de sua maior integração com a região das ilhas; resultando também na concentração de uma dinâmica econômica e a formação de mercados populares nas extensões dos bairros da cidade que ficam à beira dos rios Guamá e da Baía do Guajará.

Este movimento de ocupação populacional e criação de mercados que em última instância teve seu momento de maior intensidade a partir dos anos de 1970 – gerando um forte fluxo migratório incompatível com a capacidade de absorção do mercado de trabalho local – culminou no crescimento das feiras da cidade e na ocupação majoritária destas populações com pequenas atividades informais, assim como com a expansão da ocupação das áreas de moradia nas baixadas da cidade. (TRINDADE JUNIOR, 1998; MITSCHHEIN, 1989).

---

<sup>27</sup> Pequenos cursos de água que ligam um rio a outro e que não permitem ou dificultam a navegação de embarcações maiores.

<sup>28</sup> A Região Metropolitana de Belém concentra hoje algo em torno de 30% da população do Estado do Pará, com uma população de aproximadamente 2,5 milhões de habitantes. Sendo a segunda maior Região metropolitana da Amazônia brasileira, perdendo em termos de população apenas para a Região Metropolitana de Manaus que possui hoje, segundo estimativa do IBGE, 2,6 milhões de habitantes.

Combinado a esse processo, nos anos de 1980, houve um intensivo movimento de crescimento das atividades de serviços oferecidos pelo Estado, assim como o crescimento de atividades urbanas e de serviços privados de saúde, educação, entre outros; que impulsionaram e foram impulsionados pelo dinamismo e crescimento da demanda por produtos regionais, consolidando um perfil de integração urbano-rural bastante específico.

Durante esta fase de metropolização recente da cidade de Belém, portanto, ocorreu, por um lado, um forte processo de migração e concentração da população de diversas regiões ribeirinhas da Amazônia nas áreas alagadas das baixadas de Belém e sem infraestrutura nas margens dos rios; por outro, expandiu-se ao mesmo tempo a rede de comércio e serviços de produtos relacionados às ilhas, em meio ao crescimento explosivo do mercado consumidor da RMB.

Dessa forma, em geral, bairros localizados às margens do rio Pará e da Baía do Guajará se transformaram em importantes elos de interligação entre a cidade e o meio rural das ilhas do entorno da cidade de Belém. Localidades onde se consolidaram algumas das maiores e mais populosas feiras de produtos regionais da Amazônia (como é o caso da feira do ver-o-peso).

Com essa dinâmica territorial, estabeleceram-se, portanto, mercados urbanos dependentes e integrados às atividades extrativistas orientadas ao fluxo de produtos florestais, os quais passam a ser abastecidos pelo trabalho tanto das populações migrantes de outras regiões (e entre elas diversas outras populações também ribeirinhas do baixo Tocantins e da ilha do Marajó); assim como por parte das próprias populações do entorno que se transferem de maneira definitiva para a cidade de Belém. Passando a movimentar volume significativo de produtos extrativo e um fluxo monetário que alimenta importante base da economia e do comércio popular da cidade.

Por outro lado, esse intenso desenvolvimento do comércio de produtos extrativos motiva – nas décadas seguintes ao início do processo de metropolização da cidade – o aparecimento de diversas empresas exportadoras, assim como a sofisticação de um mercado local de consumo, o que acaba por intensificar ainda mais a demanda por matérias primas e por produtos do setor agroextrativista da economia ribeirinha das ilhas do entorno de Belém. Todo esse movimento acaba, em definitivo, a transformar a região das ilhas de Belém em importante elo da cadeia de produtos que abastecem diferentes setores de artesanato, feiras, restaurantes, sorveterias, mercados populares e cadeia de comercialização de produtos da floresta. O que tem aumentado de maneira significativa a complexidade do mercado popular e sua associação ao padrão de serviços urbanos e base exportadora hoje existentes na cidade de Belém.

Sendo assim, no transcorrer de um aparente, incompleto e caótico, processo de modernização e metropolização da cidade de Belém nas últimas décadas, a região das ilhas de seu entorno vem, de modo crescente, assumindo um papel de área rural (antes quase completamente isolada) que se transforma em área crescentemente integrada ao processo de urbanização em curso na região metropolitana de Belém.

Isso, no entanto, não quer dizer que ela tenha deixado de manter suas características de ruralidade e um certo isolamento em relação à forte dinâmica urbana da cidade. Essa é uma questão importante, que irá orientar em grande medida as discussões que seguem este trabalho.

Neste sentido, elementos como o isolamento, a dificuldade de acesso a serviços públicos e a precária condição de mobilidade, permanecem como características ainda muito presentes em diversas ilhas do entorno de Belém, apesar do crescente e visível processo de urbanização e complexificação das interações urbano-rurais que alimenta o fluxo das ilhas com o centro da cidade.

### **3.3 Regularização fundiária e os efeitos do processo de urbanização recente nas ilhas próximas à Região Metropolitana de Belém**

A região metropolitana de Belém compõe o estuário oriental amazônico, o qual se constitui a partir da confluência entre o Rio Amazonas e a Baía do Guajará, constituída esta última pelo encontro dos rios Guamá e Acará. A Baía do Guajará situa-se a frente da cidade de Belém, constituindo-se como uma das suas principais paisagens. Na extensão esquerda da Baía do Guajará, estão diversos canais e ilhas que também podem ser avistadas do centro da cidade, e dentre as principais estão a Ilha das Onças, Jararaca, Mirim, Paquetá-Açu e Cotijuba. Já na extensão da margem direita da Baía encontra-se a Belém, e ao norte estão as ilhas de Outeiro e Mosqueiro (PINHEIRO, 1987 *apud* SCHALLENBERGER, 2010). Ao todo são 39 ilhas, consideradas densamente florestadas e de baixa densidade populacional, com à exceção de Mosqueiro, Caratateua (Outeiro) e Cotijuba, que possuem áreas mais urbanizadas e maior população. (SILVA, 2010, p. 36).

Os ribeirinhos que vivem nas ilhas mais às proximidades do centro da cidade de Belém desenvolvem atividades especialmente no extrativismo do açaí (*Euterpe oleracea*), e da pesca de camarão e peixes. Sendo assim, estas ilhas seguem tendo o papel de fornecer produtos florestais para o consumo urbano da cidade, ao mesmo tempo em que preservam um relativo distanciamento físico e cultural em relação aos modos de vida urbano-industrial modernos da

cidade. Os quais são limitados, em parte, pela barreira territorial que representa os imensos rios e baías da região.

Em ilhas localizadas bem nas proximidades do centro da cidade de Belém, como a Ilha das Onças e do Combu, as atividades econômicas principais são o extrativismo vegetal, principalmente o açaí, o cacau (*Theobroma cacao*) e o palmito (*Euterpe oleracea*) (SCHALLENBERGER, 2010). No entanto, nos últimos anos, as mesmas vêm sofrendo um processo gradativo de transformação nas suas condições de vida e acesso a renda, motivados pelo crescimento bastante significativo do mercado pelo consumo urbano e da exportação do açaí, entre outras transformações geradas pelo efeito do intenso processo de urbanização em curso.

Dentro da RMB, a região das ilhas pode ser distribuída em quatro blocos (destacando as ilhas acima de 10 hectares): a) ao Norte, estão as ilhas de Mosqueiro, Papagaio, Cunuari, São Pedro e Conceição, a, b) ao Centro-Leste, Caratateua (Outeiro); c) no Extremo Oeste, Cotijuba, Ilha Nova (Coroinha), Jutuba, Tatuoca, Urubuoca, Patos/Mirim, Paquetá-açú; e, d) ao Sul, Cintra (Maracujá), Murutucã, Ilhinha, Combu (Marineira) e Grande. Em Ananindeua (junto às Ilhas Norte de Belém) estão as ilhas de João Pilatos, Viçosa, Sassunema, Mutá, Guajarina, São José da Sororoca, Sororoca, Arauari e Santa Rosa (INSTITUTO PEABIRU, 2014). Alcançando o município de Barcarena, duas ilhas se destacam: a Ilha das Onças e a Ilha da Trambioca.

A organização e gestão territorial da quase totalidade destas ilhas passou nos últimos anos por um processo importante de regularização fundiária, na qual se formalizou a criação de um conjunto de assentamentos rurais recentemente regularizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. (INCRA)<sup>29</sup>. Na dinâmica de funcionamento dos assentamentos, os trabalhadores rurais/extrativistas que recebem o lote comprometem-se a morar na parcela de terra e a explorá-la para seu sustento, utilizando exclusivamente a mão de obra familiar. Até que possuam a escritura do lote, os assentados e a terra recebida estarão vinculados ao Incra. Portanto, sem portar a escritura do lote em seu nome, os beneficiários não poderão vender, alugar, doar, arrendar ou emprestar sua terra a terceiros. Os assentados pagam pela terra que receberam do Incra e pelos créditos contratados. O principal perfil de assentamentos rurais da região do entorno de ilhas de Belém, Ananindeua e Barcarena está

---

<sup>29</sup> O assentamento rural é um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo Incra onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário. Cada uma dessas unidades, chamadas de parcelas, lotes ou glebas é entregue pelo Incra a uma família sem condições econômicas para adquirir e manter um imóvel rural por outras vias. A quantidade de glebas num assentamento depende da capacidade da terra de comportar e sustentar as famílias assentadas. O tamanho e a localização de cada lote são determinados pela geografia do terreno e pelas condições produtivas que o local oferece.

regido pelo Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE)<sup>30</sup>, no qual cerca de 3698 famílias hoje já possuem lotes cadastrados, num total de aproximadamente 36248.691 hectares (Ver Tabela 1).

**Tabela 1-** Relações de PAE's de Belém, Ananindeua e Barcarena (1997- 2015)

Nome PAE	Município	Famílias Assentadas	%	Área PA	%	Dt Criação
PAE João Pilatos	Ananindeua	199	5.38	3854.714	10.63	2005
PAE Ilha Santa Rosa	Ananindeua	25	0.68	405.993	1.12	2005
PAE Ilha Viçosa	Ananindeua	18	0.49	380.249	1.05	2005
PAE Ilha das Onças	Barcarena	822	22.23	8072.6571	22.27	2005
PAE Ilha Arapiranga	Barcarena	354	9.57	3796.3673	10.47	2005
PAE Ilha do Cumbu	Belém	205	5.54	1508.7929	4.16	2006
PAE Ilha Paquetá	Belém	103	2.79	802.259	2.21	2006
PAE Complexo Maracujá	Belém	143	3.87	824.805	2.28	2006
PAE Ilha Grande Belém	Belém	99	2.68	922.836	2.55	2006
PAE Ilha Murucutu	Belém	121	3.27	877.483	2.42	2006
PAE Ilha Jutuba	Belém	72	1.95	513.504	1.42	2006
PAE Ilha Longa	Barcarena	15	0.41	195.806	0.54	2006
PAE Ilha Mucura	Barcarena	71	1.92	483.811	1.33	2006
PAE Ilha Arapari	Barcarena	95	2.57	3017.24	8.32	2006
PAE Ilha Urubuoca	Barcarena	44	1.19	357.168	0.99	2006
PAE Ilha São Matheus	Barcarena	216	5.84	1793.0599	4.95	2006
PAE Ilha Trambioca	Barcarena	1059	28.64	7594.321	20.95	2008
PAE Ilha Nova	Belém	28	0.76	273.888	0.76	2009
PAE Ilha Sororoca	Ananindeua	9	0.24	573.734	1.58	2010
<b>Total</b>		<b>3698</b>	<b>100.00</b>	<b>36248.691</b>	<b>100.00</b>	

**Fonte:** INCRA- Acervo fundiário (2015). Elaboração própria

<sup>30</sup> Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do INCRA; Aporte de recursos de crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção de responsabilidade da união; Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; Titulação (Concessão de Uso) de responsabilidade da União; Os beneficiários são geralmente oriundos de comunidades extrativistas; Atividades ambientalmente diferenciadas. O PAE foi regulamentado no Brasil pela Portaria/INCRA nº 268/1996, para substituir os Projetos de Assentamentos Extrativistas. Essa modalidade de Assentamento é destinada à exploração de área dotadas de riquezas extrativas, através de atividades economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente sustentáveis, a serem executadas pelas populações oriundos de comunidades extrativistas. A obtenção da terra, criação do Projeto, a seleção dos beneficiários, aporte de recursos de crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção (PRONAF A), Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) e a Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) são de responsabilidade do INCRA.

Das áreas de assentamento regularizadas pelo Incra, pode-se observar a imensa distribuição de ilhas localizadas, principalmente entre os municípios de Belém, Ananindeua e Barcarena. As quais são objetos de estudo mais específico neste trabalho (Tabela 1). Dentro do total de 3698 famílias assentadas na última década nestes três municípios, destacam-se as ilhas de Trambioca (1059) e das Onças (822), ambas vinculadas ao município de Barcarena. Que, em conjunto, representam mais da metade das famílias assentadas em toda a região.

Do ponto de vista histórico e cultural, Guerra (2003) mostra o papel de periferia e isolamento que as ilhas do entorno de Belém desempenharam durante décadas, inclusive a partir da apropriação eleitoral e administrativa de algumas delas por municípios como Barcarena e Acará. Segundo Guerra (2003), mesmo tendo seu potencial, volume e valor produtivo reconhecidos pela população da cidade, grande parte das ilhas do entorno de Belém continuavam há um pouco mais de uma década sem ter um plano de desenvolvimento de políticas públicas adequados para as suas necessidades. Realidade que se mantém ainda hoje. Ou seja, apesar de seu crescimento econômico e dinâmica de integração crescente em relação ao processo de urbanização em curso, boa parte destas áreas ainda são consideradas como regiões tipicamente rurais e fornecedoras de produtos primários para a cidade, o que têm mantido a sua condição de precariedade inclusive no acesso a serviços públicos básicos, como: saúde, educação e energia.

Para Guerra (2003), algumas ilhas como Mosqueiro, Caratateua e Cotijuba, no entanto, passaram a assumir nos últimos anos um papel importante também como fornecedoras de atividades de comércio e turismo, isso tudo devido a seu processo de urbanização mais intenso, o que tem permitido o fornecimento de uma maior infraestrutura urbana de serviços para estas ilhas. Em compensação, as ilhas com menor nível de acesso, mas com potencial turístico também significativo, tem recebido um fluxo de atividades de turismo e serviços, só que em um nível mais lento do que as áreas anteriores. Nas outras ilhas, mais isoladas, preponderam as atividades extrativas e do manejo na coleta de frutos, palmito, seringa, e outros produtos florestais, além do extrativismo da pesca do peixe e do camarão, os quais são desenvolvidos a partir de atividades familiares.

Pesquisas recentes, no entanto, apontam uma série de transformações estruturais, hábitos de consumo e impactos ambientais – diretos e indiretos – que têm se desenvolvido de maneira crescente em relação a estas regiões mais isoladas do ponto de vista territorial. A diminuição da variedade de peixes derivados da poluição e do aumento no fluxo de embarcações nos rios, são exemplos de impactos socioambientais – ou externalidades negativas – reflexos do amplo movimento de urbanização que começa a atingir como um todo as

condições de vida das populações ribeirinhas que vivem no entorno da região metropolitana de Belém. Por outro lado, o crescimento do mercado para os produtos extrativistas como o açaí e o camarão, são reflexos do mesmo movimento, fortalecendo em parte a economia mercantil ribeirinha que passa a intensificar o seu grau de integração aos mercados.

O que parece, de maneira geral, ser importante destacar, neste sentido, é atentar para o fato de que grande parte do crescimento do mercado para produtos extrativos e do próprio fluxo de comércio entre a cidade de Belém e as ilhas mais próximas, são derivados do mesmo movimento de urbanização que impulsiona o crescimento do mercado consumidor interno na cidade de Belém. No caso do açaí, por exemplo, o seu crescimento para atender o setor de exportação é fenômeno recente. O processo de expansão e integração ao mercado urbano da cidade, tais como se pode verificar em relação à Ilha das Onças e Combu, já é um fenômeno que vêm ocorrendo há várias décadas e impulsionando o dinamismo mercantil da economia extrativa local, que acompanha o crescimento da Região Metropolitana de Belém; para além do crescimento dos mercados de exportação de açaí, por exemplo, para fora do estado do Pará.

Tentar compreender de maneira mais direta, a partir de uma pesquisa de campo, este processo recente de transformação qualitativa e estrutural mais amplo da dinâmica de urbanização da região – assim como os seus efeitos sobre o território, de modo a avaliar a forma como o mesmo tem afetado as condições de vida das populações ribeirinhas da Região Metropolitana de Belém – será o objetivo da próxima seção, que tratará de uma pesquisa empírica primária que foi desenvolvida na Ilha das Onças, município de Barcarena, nas proximidades da Região Metropolitana de Belém.

### **3.4 Dinâmica de urbanização e transformações das condições de vida da população ribeirinha residente na região da Ilha das Onças, Barcarena, Pará.**

Como ressaltado no tópico anterior, o processo de urbanização da Amazônia tem avançado de maneira bastante intensa nas últimas décadas. Neste sentido, a questão de interesse dessa seção será avaliar de maneira específica a forma como essa dinâmica territorial mais ampla pode ser observada a partir de uma análise de uma realidade típica, ou seja, de uma ilha localizada nas proximidades da RMB. A saber, a Ilha das Onças.

Com base em aplicação de questionário e observações qualitativas e quantitativas de pesquisa de campo, buscou-se observar o ritmo das mudanças e transformações estruturais nas condições de vida da população ribeirinha residente na Ilha das Onças, município de Barcarena.

Atendendo-se para as mudanças de hábitos e processos de transformação nos meios de vida direta ou indiretamente relacionados ao processo de urbanização.

Para o cálculo estatístico da amostra, utilizou-se da técnica estatística de amostragem aleatória estratificada por distribuição espacial.

De um total de 122.294 habitantes do município de Barcarena, 4.801 vivem na Ilha das Onças, segundo o IBGE, compondo um total de aproximadamente 980 famílias. Com essas informações, foi utilizado o cálculo amostral, que contou com o uso do cálculo da proporção da amostra ( $p$ ) - da ilha (980) em relação ao universo de 24.833 residências identificadas no município de Barcarena. Isso significa que o total de domicílios da Ilha das Onças corresponde a 3,94% dos domicílios existentes em Barcarena, portanto, com  $p$  igual a 0,0394 e utilizando uma margem de erro de 5% e um nível de confiança de 95%, a amostra indicada foi de, no mínimo, 58 questionários para serem aplicados em toda a extensão territorial da ilha<sup>31</sup>.

O plano amostral foi elaborado levando-se em conta a distribuição espacial do universo da população identificada. Para isso, através de imagens de satélite disponibilizadas pelo Google Maps, Google Earth e Apple Maps (Ver Figura 1), foram identificados em torno de 980 domicílios em toda a extensão da ilha, os quais foram marcados de acordo com sua latitude e longitude. Essas referências foram posteriormente plotadas em um banco de dados e submetidas a uma rotina de seleção que, através do software R, sorteou-se 80 domicílios de maneira aleatória. As partes (a) e (b) da Figura 1, mostram os alfinetes das marcações, respectivamente, do universo e da amostra dos domicílios entrevistados.

**Figura 1-** Mapa da área de estudo com o universo e amostra de residências identificadas



**Fonte:** Google Maps. Elaboração própria

<sup>31</sup> A fórmula utilizada para o cálculo amostral foi  $n = \frac{NZ^2p(1-p)}{Z^2p(1-p)+e^2(N-1)}$

Para a coleta de informações da pesquisa, foi elaborado um questionário semiestruturado cujo intuito era captar as características e condições de vida local, assim como as transformações recentes nos padrões de consumo e hábitos da população, bem como o acesso a rede de serviços urbanos das pessoas residentes na Ilha das Onças.

As entrevistas foram realizadas entre os meses de novembro e dezembro de 2018. No total foram aplicados 80 questionários semiestruturados com os moradores das residências selecionadas pelo método de amostragem<sup>32</sup>. Após a tabulação dos questionários e a organização final do banco de dados, foram desenvolvidos procedimentos de programação no software R para a leitura e sistematização das informações disponíveis.

Entre as características gerais que se pode observar na pesquisa sobre a população residente na Ilha das Onças, está a natureza de organização das comunidades locais com base na produção familiar e no extrativismo. Entre os principais produtos, o açaí e a pesca do camarão são os mais regulares. Ambas atividades extremamente dependentes das condições do meio natural e da força de trabalho familiar.

De acordo com os dados levantados pela pesquisa, a maior parte dos 80 entrevistados é do gênero feminino (72,5%), e 27,5% do gênero masculino. Possuem idade entre 15 e 78 anos, sendo a média de idade em torno de 40 anos. Quase a totalidade dos entrevistados (87,5%) se considera da cor parda, seguido da cor preta (6,25%). A maioria das pessoas entrevistadas são chefes (as) de família, sendo que 51,25% delas vivem como casados e 33,75% são casados ou têm união estável.

No que tange a composição de membros familiares, no total dos 80 domicílios residem 335 pessoas, o que dá uma média de aproximadamente 4 pessoas por domicílio. Vale ressaltar que as famílias amostradas são constituídas em maior parte por homens 178 (53,13%) e 157 mulheres (46,87%). Quanto ao nível de escolaridade, constatou-se que quase 60% dos entrevistados possuem apenas o ensino fundamental incompleto, sendo que boa parte sabe apenas assinar o nome. Do total de entrevistados, 90% consideram a sua escolaridade insuficiente. Quando indagado qual seria o mais alto nível educacional que seria suficiente a maioria respondeu entre ensino médio completo (37,5%) e ensino superior completo (36,25%).

De acordo com os dados levantados, as atividades produtivas das famílias basicamente se concentram em torno do extrativismo (91%). Sendo o açaí, a principal atividade econômica das famílias residentes na ilha. Os rendimentos mensais das famílias não são considerados

---

<sup>32</sup> A média de pessoas por residência é quatro.

baixos comparado aos padrões de regiões de várzea, ficando a renda média per capita das famílias em torno de mil e quinhentos reais mensais.

A proximidade da Ilhas das Onças da capital do estado do Pará - Belém, facilita e propicia uma maior interação em termos de produção e comercialização de produtos extrativos entre os moradores da ilha e o centro da cidade de Belém. Isso se mostrou bastante perceptível, quando se foi indagado o destino da produção da extração do açaí que predomina como atividade principal de geração de renda para os moradores (aproximadamente 70%). Segundo os ribeirinhos, grande parte da produção é vendida nas feiras de Belém e região metropolitana e o principal ponto de venda se localiza na chamada “feira do açaí” no complexo da feira do ver-o-peso.

Os moradores são unânimes em ressaltar a qualidade do açaí da ilha superior à de outras localidades, pelo cuidado na extração e transporte e principalmente pela distância da ilha até a capital, permitindo assim, a venda do açaí logo após a colheita. Dinâmica essa, que leva a uma movimentação de um volume significativo de produtos extrativos, já que além do açaí, outras frutas produzidas - em menor escala - na região, da mesma forma abastecem o mercado do ver-o-peso, o que ajuda na movimentação também de um fluxo monetário que alimenta tanto a economia da ilha como importante base da economia e do comércio popular de Belém.

Ao longo dos anos, segundo os entrevistados de maior idade, o consumo de peixe foi diminuindo entre as gerações mais novas. A pesquisa verificou que as famílias ribeirinhas amostradas em sua totalidade se alimentam pelo menos duas vezes na semana de carne, frango ou peixe, o que é um fator positivo em termos nutricionais. Todavia, chama atenção que a carne foi a proteína consumida com maior frequência pelas famílias (53,75%), seguido do frango (30%) e mesmo sendo uma área ribeirinha, o consumo de peixe foi a proteína menos consumida na ilha.

Ao se perguntar se gostariam de comer alguma dessas proteínas acima citadas mais vezes durante a semana, 62,5% dos entrevistados responderam que sim. Destes, 68% informaram que essa proteína seria o peixe, o que soa contraditório, já que a ilha é uma região com muitos rios e, portanto, teoricamente com alta produção de peixes. Segundo alguns ribeirinhos vários são os motivos de não se alimentarem mais da proteína do peixe mesmo morando à beira do rio. Dentre eles, disseram que a quantidade de peixe vem diminuindo ao longo dos anos, seja pelo aumento da quantidade de embarcações de grande porte que fazem linha para outras cidades do Marajó que pelo barulho e ondas formadas quando passam, não só afugentam os peixes como causam erosões no solo, seja pelo aumento da poluição nos rios,

furos e igarapés que entrecortam a ilha, poluição proveniente de Belém e mais recentemente de alguns vazamentos de empresa mineradora em Barcarena.

Outro motivo seria o aumento da demanda e o valor do preço do açaí, que faz com que os moradores dediquem parte maior do seu tempo para colher açaí e não para pescar (já que com a diminuição gasta-se ainda mais tempo para capturar os peixes), além disso, alguns informaram que muitos dos seus filhos têm preferência mais pela carne bovina e pelo frango que são mais fáceis de comprar na cidade (Belém) e armazenar. O que caracteriza uma transformação nos hábitos de consumo alimentar que parece ser bem significativo e derivados do intenso processo de urbanização a qual foi submetida a região nas últimas décadas.

Outra preocupação relatada pelos entrevistados com relação a poluição dos rios está relacionada a possível contaminação do solo quando a maré sobe. Segundo eles, além dos açazais<sup>33</sup>, o solo também é usado para plantar ervas medicinais. A pesquisa levantou dados no que tange a forma como as doenças são tratadas pelos moradores da ilha, ao serem questionados sobre que atitude tomavam quando ficavam doentes, 50% disse procurar médico tradicional e 48,75% afirmou primeiro tratar em casa. Destes que tratam em casa, a maioria (65%) disse tratar com remédio alternativo, ou seja, recorrem a plantas medicinais e receitas caseiras, já apenas 32,5% disse tratar com remédio tradicional (de farmácia). O tratamento alternativo é característica típica da região e se mantém como principal meio de busca por saúde entre a população ribeirinha da Ilha das Onças.

Outra dimensão relacionada as condições de vida, diz respeito à ocupação e emprego. Ao serem perguntados sobre algo que desejam realizar e que ainda não conseguiram<sup>34</sup>, cerca de 14% respondeu que gostaria de montar um comércio e fazer curso de técnico em enfermagem. Vale ressaltar que a maioria dos entrevistados foram mulheres que sentem falta de uma expansão de rede de serviços urbanos que propiciem fonte de renda a elas, ou seja, boa parte das mulheres entrevistadas vislumbram uma fonte de renda e emprego para além do extrativismo, visto que, grande parte fica em casa e se dedica quase em tempo integral aos cuidados com os filhos. No caso do desejo por cursar enfermagem está relacionado ao fato de que os postos de saúde são uma forma de tentar conseguir emprego na própria ilha.

A precariedade no fornecimento de serviços básicos ou menor infraestrutura urbana de serviços se reflete principalmente no que tange a mobilidade e segurança. A pesquisa buscou saber se a população tinha algum problema nas condições de acesso e mobilidade. Neste

---

<sup>33</sup> Alguns moradores relataram observar nos últimos anos que seus açazais estavam secando mais rapidamente que o normal, boa parte deles atribuem esse fato a contaminação dos rios que banham o solo.

<sup>34</sup> A maioria dos entrevistados, cerca de 70%, informou desejar realizar algo que ainda não fez.

sentido, 57,5% dos entrevistados alegaram se sentir impedidos de sair ou voltar para a sua residência normalmente, enquanto 42,5% disseram não ter nenhum impedimento. A maior parte dos motivos alegados para a locomoção - através de resposta espontânea - se refere a condição das marés, isto é, na vazante da maré muitos igarapés secam completamente isolando a população que mora ao longo do mesmo. Segundo os moradores, a prefeitura de Barcarena não fornece infraestrutura básica para auxiliá-los como, por exemplo, a construção de passarelas de madeira na parte mais crítica do rio na vazante da maré.

Outro motivo bastante alegado diz respeito aos horários que os barcos que fazem linha<sup>35</sup> saem e retornam para a ilha. A maioria deles só oferece expediente pela manhã e até às 12:00 h, o que limita os passageiros de resolverem suas pendências em Belém ou Barcarena. Por esse motivo, muitos ficam “ilhados” necessitando procurar “carona” para retornar. Quase 87% dos entrevistados informou sofrer com esse tipo de problema com alguma frequência.

**Tabela 2-** Total de entrevistados que identificaram restrições de mobilidade e a indicação dos seus principais motivos

<b>Motivo do impedimento/mobilidade</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Rio seca	21	41.18
Horário barco de linha	13	25.49
Não tem barco	6	11.76
Gasolina caro	1	1.96
Segurança	3	5.88
Só tem um barco	7	13.73
<b>Total</b>	<b>51</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo (2018).

No que tange a segurança, a proximidade da capital Belém parece representar um fator importante, o que viria a acrescentar o aumento da venda e comercialização de produtos extrativos, principalmente o açaí, o qual têm levado ao aumento da violência, assaltos e uso de drogas, tendo em vista que a região se transformou em ponto de esconderijo para traficantes e alvo de quadrilhas especializadas em roubo de embarcações.

A pesquisa mostrou que os ribeirinhos moradores da ilha, possuem forte sensação de insegurança principalmente durante a noite. Segundo eles, ultimamente tem ocorrido uma série de assaltos, furtos e violência com forte atuação de “piratas”<sup>36</sup> tanto nos rios quanto nas residências no período noturno, principalmente no rio Piramanha<sup>37</sup>; que, por ser mais largo e

<sup>35</sup> Barcos de passageiros.

<sup>36</sup> “Pirata” é o nome atribuído pelos moradores a assaltantes que agem em regiões de rios.

<sup>37</sup> O rio Piramanha é o maior rio que entrecorta a Ilha das Onças de ponta a ponta.

com vários braços, facilita a fuga dos malfeitores. Já durante o dia, a maior parte dos entrevistados se sente seguro, embora 31,25% afirme sentir certa insegurança.

Nesse sentido, pode-se acrescentar que a dificuldade de acesso aos rios e furos facilita sobremaneira a atuação de “piratas”, assim como dificulta a atuação do policiamento mais ostensivo ao longo dos rios.

**Tabela 3-** Total de entrevistados que identificaram restrições de segurança e seu grau de intensidade, por turno.

<b>Quão seguro você se sente durante</b>	<b>DIA (%)</b>	<b>NOITE (%)</b>
Muito seguro	63.75	16
Razoavelmente seguro	31.25	15
Nem seguro nem inseguro	-	-
Muito inseguro	5	69
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo (2018).

De um modo geral, portanto, pode-se perceber a importância que a dimensão mobilidade ainda tem no sentido da privação do acesso da população da ilha aos serviços urbanos básicos como educação, saúde e segurança. Neste sentido, enquanto algumas externalidades negativas podem ser verificadas com bastante intensidade (como a poluição e a violência), os efeitos positivos que poderiam advir da melhoria dos serviços urbanos para suprir a carência e os efeitos negativos do processo de urbanização, ainda não podem ser visualizados de maneira clara. Serviços como saúde, educação, energia, acesso a água potável são claramente insatisfatórios.

Já os efeitos do rápido processo de urbanização em sentido mais amplo, tem resultado de maneira negativa também no aumento da poluição e no crescimento da insegurança e violência como resultado das externalidades negativas que derivam da grande proximidade da ilha em relação à Região Metropolitana de Belém. Entre os efeitos positivos do processo de urbanização, por outro lado, está principalmente a melhoria nos níveis de renda decorrente da venda do açaí o qual, como visto, se deve em grande parte ao crescimento do mercado da região metropolitana de Belém, de onde deriva a maior parte do mercado consumidor do açaí da ilha.

### **3.5 Considerações Finais**

De uma forma geral, este artigo buscou trazer à tona, de maneira sintética, o longo período de formação territorial do estuário do rio Amazonas, com ênfase para o processo de formação urbana e territorial da região sob a influência da RMB. Com isso, pretendia-se

demonstrar o processo histórico de transformação e interação sistêmica da cidade de Belém com a região ribeirinha do seu entorno, no sentido de revelar o processo crescente de integração urbano-rural que têm transformado a estrutura e o perfil territorial da região nas últimas décadas. Entre estes novos processos e dinâmicas territoriais, destaca-se o novo papel da RMB como elo estruturador no desencadeamento da urbanização em grande parte da Amazônia Oriental Brasileira. Movimento que tem sido impulsionado pelo recente processo de complexificação da rede urbana estimulada pelo avanço da fronteira agropecuária e mineral (principalmente nas regiões sul e sudeste do Pará).

Entre um e outro movimento, percebe-se uma tendência para a complexificação da rede urbana, o que poderia vir a representar uma tendência a descentralização do poder de articulação do território a partir da RMB. Fato este que não parece estar ocorrendo de maneira tão evidente (TRINDADE JUNIOR, 1998; CARDOSO, *et al.*, 2015), tendo em vista o fortalecimento e interconexão entre a área ribeirinha e a continental, as quais têm servido como polos que alimentam a região metropolitana de Belém de redes de conexão para a prestação de serviços e comercialização de diversos produtos oriundos da floresta amazônica.

Neste sentido, pode-se afirmar que longe de representar uma dinâmica de diminuição do poder de centralidade da RMB, o processo recente de urbanização das regiões nordeste, sul e sudeste paraense, tem revelado um aumento do grau de conexão das regiões ribeirinhas do estuário do rio Amazonas com o aproveitamento do potencial de crescimento do mercado urbano derivado do processo de urbanização da região metropolitana de Belém, assim como de suas conexões com as diversas redes de cidades no interior do estado do Pará.

Estas observações de caráter mais geral e de natureza histórico-estrutural tem o sentido de ajudar no processo de avaliação em relação à ampla rede de interconexões e características sociais, demográficas e ambientais, que transformaram ao longo dos séculos a Região Metropolitana de Belém (RMB) em um amplo centro irradiador de um processo de urbanização que ao mesmo tempo alimenta um mercado para o consumo de produtos extrativos da floresta e estimula a integração setorial entre agricultura, indústria e diversas áreas do setor de serviços. Movimento este que acabou por transformar a região em um dos principais polos propulsores do processo de crescimento urbano das ilhas durante as últimas décadas. Impactando de maneira direta e indireta também os hábitos e meios de vida das populações ribeirinhas que vivem no entorno da Região Metropolitana.

Deste modo, defende-se neste trabalho, portanto, o argumento de que a intensificação mais recente do processo de urbanização da Região Metropolitana de Belém (RMB), representa um fenômeno que se desenvolveu nas últimas décadas pressionando o mercado por produtos

extrativos, sempre em forte integração com a vida das populações ribeirinhas do seu entorno. Essa dinâmica pode ser observada a partir do funcionamento das feiras, mercados populares e setores de comércio e serviços em geral, os quais representam o espaço de conexão entre o rural e o urbano na cidade de Belém. Território onde existe um intenso abastecimento de produtos oriundos da região das ilhas de Belém. Fonte inesgotável de interação urbano-rural, de natureza tipicamente amazônica.

Argumenta-se ainda que, nas últimas décadas, este processo de estreitamento ainda mais intenso e regular, vem introduzindo hábitos de consumo que se mesclam ao cotidiano urbano e aos meios de vida da população ribeirinha no entorno do centro da cidade de Belém. Movimento que acompanha a materialização da relação da metropolização da região das ilhas, estimulando inclusive a ocupação das áreas de baixadas localizadas no entorno da orla de Belém. Um processo de estreitamento e transformação dos meios de vida e produção ribeirinha que acaba por influenciar nos hábitos de consumo também dos habitantes da cidade, na medida em que interfere nos hábitos de vida e consumo, trazendo para as baixadas e o centro da cidade de Belém o hábito de consumo do açaí, da farinha e demais produtos e características do meio ribeirinho. Realidade que pode ser observada no cotidiano das feiras, ruas e bairros do centro e das periferias e baixadas da cidade.

Tendo em vista estas questões mais gerais, e para que se pudesse observar de maneira mais específica estes processos de transformação em curso, a partir de uma realidade empírica específica, foi desenvolvida uma pesquisa exploratória com dados primários e entrevistas de campo, com o objetivo de avaliar as características do processo de transformação nos padrões e hábitos de consumo e meios de vida de uma população ribeirinha que pudessem ser identificadas com as transformações territoriais impulsionadas pelo processo de urbanização de Belém.

A região da Ilha das Onças, foi escolhida como objeto privilegiado de estudo com este objetivo, tendo em vista algumas de suas características peculiares, tais como a proximidade em relação à Região Metropolitana de Belém, à cidade industrial de Barcarena e a magnitude de sua complexa extensão territorial, assim como sua difícil condição de acessibilidade. Os resultados indicaram a dificuldade de acesso como um dos principais empecilhos para o desenvolvimento de diversas possibilidades de melhor aproveitamento das externalidades positivas do processo de urbanização na região da Ilha das Onças. Do lado positivo, pode-se ressaltar o crescimento do mercado de açaí na RMB, que tem permitido uma melhoria dos níveis de renda gerada pelas comunidades ribeirinhas. Questões relacionadas à problemas de saúde,

segurança e educação, também são considerados elementos que identificam as dificuldades e limites do processo de urbanização em curso.

De uma forma geral, portanto, pode-se afirmar que profundos e complexos processos de transformação dos meios de vida da população ribeirinha da Ilha das Onças têm se feito presente nas últimas décadas, a partir de uma intensificação da dinâmica de urbanização irradiada pelo crescimento da RMB. O que tem forçado um processo de adaptação e construção de novas estratégias de sobrevivência para as populações ribeirinhas que vivem no entorno e sob o efeito do crescimento da urbanização em toda a região. Realidade que deve ser pensada e compreendida à luz das contradições inerentes do processo recente de urbanização da Amazônia.

## Referências

- ACERVO FUNDIÁRIO. INCRA, 2016. Disponível em:  
[Http://acervofundiario.incra.gov.br/i3geo/ interface/incra.htm](http://acervofundiario.incra.gov.br/i3geo/interface/incra.htm). Acesso em: 29 jan. 2019.
- BECKER, B. **Geopolítica da Amazônia**: a nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- BECKER, Bertha K. **A urbe Amazônica**: a floresta e a cidade. Garamond Universitária. 1. ed. Rio de Janeiro:[s.n.], 2013.
- BRAGA, Rhalf Magalhães. Tendências e perspectivas das teorias locacionais no capitalismo contemporâneo. **GEOGRAFARES**, n. 6, 2008
- BRONDÍZIO, Eduardo S. Artigo: de alimentação básica para alimentação de moda. Ciclos e oportunidades de mudanças no desenvolvimento da economia do açaí no estuário amazônico. *In*: ZARIN, Daniel J. *et al.* **As florestas produtivas nos neotrópicos**: conservação por meio de manejo sustentável? São Paulo: IEB, 2004.
- BROWDER, John O.; GODFREY, Brian J. **Cidades da floresta**: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia Brasileira. 1.º ed. em português. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2006.
- CARDOSO, Ana Cláudia D.; FERNANDES, Danilo Araújo; LIMA, José Júlio Ferreira. Região Metropolitana de Belém: um balanço de quatro décadas. *In*: CARDOSO, Ana Cláudia D. *et al.* (Org.) **Belém**: transformações na ordem urbana. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: observatório das Metrôpoles, 2015.
- CORREA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- COSTA, F.A. **Formação rural extrativista na Amazônia**: os desafios do desenvolvimento capitalista (1720-1970). Belém: NAEA, 2012.

COSTA, Francisco de Assis. **A brief economic history of the Amazon (1720-1970)**. [S.l.]: Cambridge Scholars Publishing, 2019.

ELLIS, Frank. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University, 2000.

EMMI, M. F. A. **Oligarquia do Tocantins e o domínio os castanhais**. Belém: UFPA, 1988.

GUERRA, Gutemberg A. D. A expansão do território de Belém para as ilhas. *In*: SIMPÓSIO AMAZÔNIA, CIDADES E GEOPOLÍTICA DAS ÁGUAS, 2003, Belém. Anais[...] Belém: Amazônia, Cidades e Geopolítica das Águas, 2003.

IANNI, O. **A luta pela terra**. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.

INSTITUTO PEABIRU. Belém Ribeirinha-Marco Contextual 2014. Disponível: <https://institutopeabiru.files.wordpress.com/2014/08/belemribeirinha-marcocontextual.pdf>  
Acesso em: 29 abr. 2018

MITSCHEIN, T., MIRANDA, H.: PARAENSE, M. **A urbanização selvagem e a proletarianização passiva na Amazônia**: o caso de Belém. Belém: CEJUP, 1989.

MONTE-MÓR, Roberto LM. Urbanização e modernidade na Amazônia contemporânea. *In*: **Brasil no século XXI, por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas**. [S.l.; s.n], 2004.

PAULINO, G. S. **Economia, sociedade e natureza**: estudo sobre o Projeto de Assentamento Agroextrativista João Pilatos. Ananindeua, PA: [s.n.], 2019.

RIBEIRO, M. Â. A rede urbana amazônica: da rede dendrítica à configuração de uma rede complexa. *In*: SPOSITO, Maria Encarnação. Cidades: urbanização e perspectivas geográficas. São Paulo: Gaspar; EDUSP: 2001. p. 369-389.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo. Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS, R. **História econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SCHALLENBERGER, Barbara Heck. **A atividade pesqueira nas ilhas do entorno de Belém**. Belém: UFPA, 2010.

SILVA, Harley. **Socialização da natureza e alternativas de desenvolvimento na Amazônia Brasileira**. Orientador: Roberto Luís de Melo Monte-Mor 2017. 266 f. Tese (Doutorado em economia) CEDEPLAR- UFMG, 2017. Disponível em: [http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/FACE-AP8RH2/harley\\_silva\\_\\_\\_tese\\_doutorado.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/FACE-AP8RH2/harley_silva___tese_doutorado.pdf?sequence=1). Acesso em: 29 abr. 2018

TRINDADE JUNIOR, S. **A cidade dispersa: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana**. Orientadora: Sandra Lencioni 1998. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

VICENTINI Y. **Cidade e história na Amazônia**. Curitiba, Editora da Universidade Federal do Paraná: 2004.

WEINSTEIN, Bárbara. **The Amazon Rubber Boom: 1850-1920**. Stanford: Stanford University Press, 1983.

## 4 IDENTIFICANDO E AVALIANDO FUNCIONAMENTOS E PRIVAÇÕES EM UMA AMOSTRA DE DOMICÍLIOS DA ILHA DAS ONÇAS, PARÁ, AMAZÔNIA, BRASIL

### 4.1 Introdução

Entre as várias especificidades territoriais encontradas na região ao sul do estuário do rio Amazonas, mais especificamente no entorno da Região Metropolitana de Belém (RMB), está a confluência de uma enorme e complexa rede de ilhas, furos<sup>38</sup> e igarapés em meio às proximidades de uma cidade industrial (Barcarena) e um grande centro metropolitano (Belém)<sup>39</sup>. Uma região que preserva uma identidade cultural especificamente ligada aos rios e florestas da Amazônia, ao mesmo tempo que sofre os efeitos diretos e indiretos do processo de urbanização que têm se intensificado nas últimas décadas em toda a região<sup>40</sup>.

Dessa forma, só no entorno da cidade de Belém, em sua imensa área insular, pode-se encontrar aproximadamente 39 ilhas, abrangendo 65% do total da área do município. Característica que se reproduz para os demais municípios da região metropolitana, conformando um vasto território insular disperso, cada vez mais urbanizado, e ocupado por uma população extrativista e ribeirinha que, no caso de Belém, abrange 10% da população do município.

De acordo com Guerra (2003), por muito tempo as ilhas no entorno de Belém foram consideradas zonas periféricas da cidade, destinadas ao confinamento de pessoas que possuíssem alguma doença contagiosa. Atualmente, mesmo com a expansão urbana e a diversificação produtiva crescente em diversas ilhas da região, muitas delas ainda continuam sendo vistas como áreas marginais fornecedoras de alimentos para as feiras e mercados da cidade. O que contribui sobremaneira para que se mantenham com um baixo nível de visibilidade social e, por isso, restrito direito de acesso à serviços públicos urbanos de qualidade<sup>41</sup>.

---

<sup>38</sup> Pequenos cursos de água que ligam um rio a outro e que não permitem ou dificultam a navegação de embarcações maiores.

<sup>39</sup> A cidade industrial de Barcarena e a Região Metropolitana de Belém, no estado do Pará, representam uma expressão viva do processo de urbanização em escala planetária que tem se expandido também para o interior da floresta amazônica; principalmente na porção ocidental da Amazônia brasileira e, de maneira específica, nesta região da foz do rio Amazonas, na margem sul do arquipélago da Ilha do Marajó. Região com topografia dominada por ilhas, furos e igarapés, e que se encontra hoje em dia atravessada por inúmeros núcleos urbanos que têm na Região Metropolitana de Belém o seu principal eixo de centralidade (SAINT-CLAIR, 1998; CARDOSO *et al.*, 2015).

<sup>40</sup> A Região Metropolitana de Belém é considerada umas das regiões com maiores níveis de densidade populacional em toda a Amazônia brasileira. Concentrando hoje cerca de 30% da população do Estado do Pará, com uma população de aproximadamente 2,5 milhões de habitantes.

<sup>41</sup> Apesar da condição de precariedade ainda hoje existente na oferta de serviços públicos na região das ilhas, como um todo, estudos recentes têm demonstrado o crescimento e a relativa diversificação das atividades econômicas

De uma forma geral, a região da “Belém Insular” (principalmente aquela localizada nas proximidades do centro da cidade), é habitada majoritariamente por uma população cuja atividade principal é a extração do açaí e a pesca do camarão e do peixe, tanto para fins comerciais como para consumo próprio. Atividades como o comércio e os serviços ligados ao turismo, por sua vez, representam algumas das alternativas que têm crescido nos últimos anos<sup>42</sup>.

Por outro lado, devido à dinâmica e lógica de transformação territorial a qual foi submetida essa ampla e extensa região do estuário amazônico nas últimas décadas, algumas dessas ilhas passaram a fazer parte de municípios que foram se emancipando da cidade de Belém: como Barcarena e Acará (GUERRA, 2003). Entre essas ilhas, pode-se destacar para este estudo de caso específico, a maior delas: a Ilha das Onças, que hoje faz parte do município de Barcarena, região onde estão instalados alguns dos maiores empreendimentos da região no ramo de processamento da bauxita: Projeto Albrás-Alunorte. Representando, por isso, objeto de análise muito peculiar, no sentido de se avaliar as condições de vida das populações que vivem em áreas de confluência entre a pressão por um intenso processo de urbanização e estímulo à migração para a cidade, e a estratégia de resistência e busca de alternativas de manutenção da autonomia por parte das populações ribeirinhas da região.

Neste sentido, a Ilha das Onças apresenta a característica específica de ser uma região rural-extrativista próxima a um grande centro metropolitano, servindo como objeto de estudo de caso importante para análises sobre pobreza multidimensional. Tendo em vista a sua relação e proximidade com ambas as dimensões (rural e urbana) que caracterizam o espaço territorial da região, o que configura o ambiente de grande complexidade e especificidade. Pois, ao mesmo tempo em que preserva algumas características culturais típicas dos espaços rurais e de áreas ribeirinhas tradicionais da Amazônia, apresenta uma população com aspirações por um estilo de vida cada vez mais urbano. Podendo, por isso, usufruir da transição entre os benefícios e malefícios – de externalidades positivas e negativas – derivados de seu processo de urbanização recente.

Levando-se em consideração estas especificidades como linha de observação privilegiada do estudo, objetiva-se fazer uma avaliação das condições de pobreza multidimensional da população ribeirinha que vive na região da Ilha das Onças, tendo em vista o objetivo de se avaliar as próprias aspirações e percepção da sua população residente em

---

em várias das ilhas situadas nas proximidades do centro da cidade de Belém, tendo em vista sua forte interação com os mercados locais, feiras e demais redes de relações comerciais e de serviços da cidade.

<sup>42</sup> Com exceção da atividade de produção e comercialização do açaí, que atingem praticamente todas as ilhas da região, a atividade do comércio e do serviço turístico, no entanto, tem se desenvolvido principalmente nas ilhas de Mosqueiro, Outeiro e, mais recentemente, Cotijuba e Combu.

relação à sua condição de pobreza. Para isso, seguir-se-á neste estudo as reflexões teóricas e metodológicas inspiradas na abordagem das capacitações de Sen (2000), o qual tem proposto nas últimas décadas metodologias de avaliação de pobreza que levam em consideração a valorização das dimensões ou funcionamentos considerados prioritários pelas próprias populações avaliadas, e não a partir da observação e prioridades definidas de maneira exógena. Tendo em vista o objetivo último de se avaliar o desenvolvimento das capacidades humanas consideradas, pelas próprias pessoas, como relevantes para se ter uma vida boa naquela região específica.

Para isso, buscou-se desenvolver um exercício qualitativo e quantitativo com base em observações de campo, as quais se alimentaram de um questionário elaborado com o objetivo de avaliar as condições territoriais que permitem ou limitam de maneira efetiva a ampliação das liberdades substantivas que as pessoas conseguem obter a partir do lugar onde vivem (SEN, 2000). Em vários trabalhos desenvolvidos seguindo a perspectiva da pobreza multidimensional de Sen (2000), têm-se procurado avaliar o nível de pobreza por meio de indicadores sintéticos, construído a partir de dimensões rígidas. Neste trabalho, de maneira suplementar, buscar-se-á compará-las com as dimensões, funcionamentos e escolhas feitas (e efetivamente realizadas) pelas pessoas em seus próprios ambientes de vida. A hipótese principal que permeia o estudo, portanto, é a de que as privações de condições básicas de existência dependem muito das condições efetivas que as pessoas encontram nos territórios e locais onde vivem (como energia elétrica, água potável, escolas, segurança, etc). Podendo vir a caracterizar uma situação de pobreza multidimensional que são específicas deste território, e que muitas vezes acabam por se amplificar, e até suplantar, a predominância das condições de privações de renda ou atributos pessoais relacionados aos níveis de capital humano dos indivíduos.

Com esse objetivo, uma metodologia empírica específica foi desenvolvida baseada na ideia de adaptação de um índice sintético multidimensional bastante conhecido na literatura, o Índice de Pobreza Multidimensional, IPM, proposto por Alkire e Santos (2010). O qual foi utilizado originalmente como inspiração para a busca de uma medida global de avaliação de pobreza, mas que neste estudo será utilizado de maneira adaptada, tendo em vista o objetivo da observância das condições territoriais e específicas de acesso a meios e recursos necessários ao desenvolvimento humano da população ribeirinha da Ilha das Onças.

Nesse sentido, o presente trabalho se propõe a construir um índice de pobreza multidimensional ajustado ( $IPM_{ilha}$ ) para uma região específica do estuário amazônico, que possui uma série de características territoriais bastante peculiares. Para isso, será levado em consideração, da forma mais rigorosa possível, a abordagem das capacitações de Amartya Sen

e suas sugestões de avaliação dos funcionamentos de valor considerados relevantes para a população que será objeto de análise no estudo.

Vale ressaltar neste sentido as diferenças de metodologia, tendo em vista que, a priori, a estratégia da pesquisa não será afirmar ou definir quantas e quais serão as dimensões e indicadores que irão compor o índice. Ao contrário, partir-se-á de uma metodologia que visa a construção de processos de uso da razão pública que auxiliará a definição e identificação de dimensões, pesos e privações a partir do que as pessoas que residem no local avaliado consideram importante. Convém salientar que os procedimentos de cálculo são inspirados em Alkire e Foster (2009), todavia, as demais etapas do processo de construção do índice serão realizadas e definidas ao longo do processo de coleta de dados com base nos elementos apontados nas entrevistas com a população local.

Portanto, neste artigo, em específico, busca-se ser o mais rigoroso possível com a proposição teórica original de Sen (1985, 1987, 1992, 1993, 2000) em termos de mensuração da pobreza. Busca-se com isso ajudar a construir um instrumento mais efetivo de avaliação de pobreza, que ao mesmo tempo contribua para a identificação das dimensões, dos pesos e das privações da população localizada na região da Ilha das Onças<sup>43</sup>. Com isso, pretende-se alcançar de maneira mais ampla possível uma descrição das dimensões mais fortemente afetadas pela dinâmica territorial da região, assim como sobre aquelas que são priorizadas como as mais importantes pela população local.

Para dar conta desses objetivos, numa primeira parte do artigo, discute-se os aspectos teóricos centrais que têm alimentado o debate sobre as condições de pobreza multidimensional a partir da abordagem das capacitações de Amartya Sen. Na segunda parte, é feita uma revisão da literatura sobre as características territoriais da região objeto de estudo. Em seguida, apresenta-se a metodologia empírica de pesquisa utilizada. E, por fim, apresenta-se os resultados da pesquisa e as considerações finais do trabalho.

## **4.2 Referencial Teórico-Metodológico**

Pela ótica da assim chamada “*abordagem das capacitações*” proposta por Sen (1981, 1985, 1987, 1992, 1993, 2000), a pobreza representa um estado de privação dos indivíduos no qual se leva em consideração o que os indivíduos são capazes de ser e fazer. Ou seja, não

---

<sup>43</sup> O universo de pessoas que vivem nessas famílias compreende o total de 335 pessoas que foram amostradas com o objetivo de se investigar a influência da dimensão territorial e o grau de privação e escolha das dimensões prioritárias que as pessoas da ilha valorizam.

representa apenas um estado de privação de meios (como a renda), e sim é constituído por um estado de privação de “capacitações” (liberdades substantivas) e “funcionamentos” (fins) os quais as pessoas têm razão para valorizar.

O termo “funcionamentos”, no entanto, apresenta duas conotações importantes para a abordagem das capacitações, e que devem ser explicitadas para efeitos de compreensão teórica do problema aqui colocado. Primeiramente, tem o sentido de avaliar o estado efetivo de coisas que as pessoas podem ter, ser ou fazer (por exemplo: ter saúde, educação, segurança, emprego; ou ser economista, advogado, médico; ou ainda, andar de bicicleta, fazer esportes, cozinhar). Num segundo sentido, têm o significado de identificação dos chamados “funcionamentos de valor”, ou aquilo que as pessoas desejam ou consideram como prioritários ou relevantes para as suas vidas. Sendo assim, o termo “funcionamentos”, neste último sentido, tem o objetivo, bastante explorado nesse trabalho, de representar estados de coisas os quais as pessoas considerem importantes, para além da avaliação se elas são, ou não, capazes efetivamente de alcançá-las (SEN, 1981, 1992, 1993).

Em consonância com essa abordagem, buscar-se-á seguir também a estratégia de explicitação do chamado *espaço informacional de avaliação da igualdade* proposto pela abordagem das capacitações de Sen (1992, 1993), o qual busca dar ênfase a avaliação do estado de privação dos indivíduos e de seus níveis de qualidade de vida e funcionamentos mais amplos. Tendo em vista ainda a avaliação do resultado absoluto não apenas da posse dos meios necessários para a realização dos funcionamentos; mas sim, combinando várias dimensões do problema da pobreza e ampliando seu espaço informacional para atender a avaliação direta do grau de liberdade substantiva (capacitações) e os fins (funcionamentos) considerados como prioritários pelos indivíduos.

Sendo assim, para se avaliar a real e/ou substantiva condição de pobreza de uma população, de acordo com Sen (1981, 1992, 1993), deve-se observar todos aqueles aspectos que possuem importância (tanto constitutivamente, quanto instrumentalmente) para as pessoas; assim como as condições institucionais do meio local que influenciam no direito de acesso aos recursos (entitamentos), os quais as mesmas necessitam para a manutenção dos seus meios de vida fundamentais (SEN, 1981). O conjunto desses elementos e conceitos – desenvolvidos ao longo da trajetória de elaboração teórica da abordagem das capacitações –, e as escolhas metodológicas disponíveis e desenvolvidas a partir de então, devem ser capazes de avaliar, portanto, o quanto as pessoas estão realmente capacitadas individual e socialmente para realizar os funcionamentos que elas desejam ou tenham razão para valorizar (SEN, 1987; NUSSBAUM, 2000). Dessa forma, pode ser que pessoas com os mesmos níveis de funcionamentos realizados,

possam ter diferentes níveis de liberdades de escolha em relação ao alcance destes mesmos funcionamentos; o que, do ponto de vista da abordagem utilizada, pode representar diferentes níveis de pobreza ou condições de liberdade substantiva.

Neste sentido, por outro lado, é preciso ter sempre em mente que a renda e os demais meios disponíveis, para Amartya Sen, se acoplam a uma noção instrumental de bem estar de modo que a potencialidade real de utilização desses meios, e o interesse em executá-lo, possa ser avaliada como uma dimensão importante a ser observada como uma medida do grau de liberdade substantiva que os indivíduos têm condições de exercer a partir da posse efetiva e direito de acesso a estes meios. Neste contexto, a disponibilidade dos meios, em si, tem que ser avaliada considerando sempre a conversão dos mesmos em funcionamentos realizados que as pessoas valorizam ou que possam ser consideradas universalmente como componentes básicos de seu nível de bem-estar (NUSSBAUM, 2000). Isto expande a noção de pobreza, tal que não fique dependente apenas da renda ou dos meios, em geral, como geradora de capacidades. O que também implica num tratamento da questão da abordagem entre os aspectos absolutos e relativos da pobreza, a qual deve ser enfrentada com bastante cuidado.

De acordo com Nussbaum (2000), a abordagem das capacitações tem o mérito, por isso, de focar nas reais oportunidades e liberdades que os indivíduos têm para realizar os seus funcionamentos básicos e desejáveis. Neste sentido, sua versão da abordagem das capacitações envolve discussões de funções que seriam particularmente centrais na vida humana, procurando sempre enfatizar questões relacionadas a sua dignidade. Dessa forma, a essência da abordagem de Nussbaum (2000) seria a de que o ser humano deva ser visto como um ser livre que molda a sua própria vida, e não apenas como um ser passivamente moldado por diversas circunstâncias, a qual elas não têm o menor controle.

Por outro lado, Nussbaum defende a ideia de que seja possível ainda, através de um vasto consenso transcultural, levantar informações sobre funcionamentos que poderiam ser considerados universalmente como básicos a partir de várias visões diferentes do que seria uma vida boa. E, assim, formar uma lista elencando capacidades e funcionamentos centrais que as diferentes pessoas, em diferentes sociedades e contextos, busquem como condição de interesse fundamental de existência. Reforçando, portanto, a defesa da possibilidade de aspectos absolutos para a pobreza, mesmo a partir da abordagem das capacitações.

A lista apresentada por Nussbaum (2000) decorre de anos de discussão transcultural e, segundo ela, está sempre aberta à novas contribuições e/ou contestações. Vale ressaltar que o intuito é que parte da ideia da lista seja mais bem definida ou especificada de acordo com cada contexto. Nesse sentido, a abordagem das “capacidades humanas”, na visão de Nussbaum,

reflete a ideia de um mínimo social básico para que as pessoas sejam realmente capazes de ser o que elas acharem importante; mas, para tanto, as pessoas precisam de alguma forma ter acesso a informações para compreender o que seria ter uma vida minimamente digna. Condição nem sempre presente na maioria das comunidades que vivem em regiões periféricas, como será a região analisada neste estudo.

Neste sentido, a partir do debate teórico proposto originalmente por Amartya Sen, a agenda de pesquisa neste campo tem avançado no sentido da busca pela construção de medidas qualitativas e quantitativas, absolutas e relativas, que sejam capazes de criar condições para a operacionalização de indicadores que deem respostas aos desafios teórico-metodológicos impostos por essa nova perspectiva de análise sobre pobreza e desenvolvimento. É sobre essa perspectiva que este trabalho se insere.

Do ponto de vista mais específico da busca por meios de operacionalização de um índice sintético que leve em consideração tanto componentes da pobreza relativa quanto absoluta, tal como proposto por Nussbaum (2000), várias abordagens têm sido propostas. De acordo com Alkire e Foster (2009) e Alkire e Santos (2010), as possibilidades de escolha de dimensões capazes de refletir a pobreza são bastante amplas. Várias dimensões: como saúde, educação, padrão de vida, empoderamento, condições de emprego e trabalho, meio ambiente, proteção contra a violência, relacionamentos sociais e culturais, entre outras, são em geral levadas em consideração quando se debate os possíveis aspectos a serem considerados em uma avaliação dos funcionamentos básicos inspirados em uma perspectiva de pobreza multidimensional.

Para o exercício proposto neste trabalho, será utilizado como ponto de partida a metodologia proposta por Alkire e Santos (2010), que foi utilizada em um primeiro exercício para se estimar a pobreza multidimensional para 100 países em desenvolvimento. Essa metodologia, chamada de IPM (Índice de Pobreza Multidimensional) apresenta a mesma estrutura matemática baseada no método proposto originalmente por Alkire e Foster (2007, 2009), e que foi utilizada pela primeira vez pelo PNUD, no relatório de Desenvolvimento Humano de 2013 (PNUD, 2013). No caso específico desse trabalho, buscar-se-á adaptar a metodologia proposta por Alkire e Foster (2007, 2009), tendo em vista o objetivo de se avaliar as dimensões de funcionamentos de valor – proposto originalmente por Amartya Sen – e compará-los com o estado de funcionamentos efetivamente alcançados pela população ribeirinha que vive nas proximidades de uma importante região metropolitana na Amazônia Brasileira: a região da Ilha das Onças nas proximidades da RMB.

O objetivo mais específico da pesquisa, neste sentido, será identificar, do ponto de vista teórico e empírico, quais dimensões parecem influenciar nos níveis de pobreza e qualidade de

vida dessa população, quando avaliados por diferentes sistemas de pesos e escolha de dimensões como prioritárias. Avaliar também de que maneira suas especificidades territoriais influem nos seus níveis de pobreza, quando orientada para uma análise das especificidades e prioridades apontadas pela própria população local.

### **4.3 Materiais e métodos**

#### **4.3.1 Características territoriais do objeto de estudo: Ilha das Onças**

A Ilha das Onças pertence ao município de Barcarena, que está localizado na região estuarina do Rio Amazonas, nas proximidades da Região Metropolitana de Belém. De acordo com o Censo do IBGE de 2010, o município possuía 122.294 habitantes, e é considerado um importante polo industrial do Estado do Pará. Possui ainda o maior porto do estado: o “Porto da Vila do Conde”<sup>44</sup>, localizado a alguns quilômetros do centro da cidade de Belém.

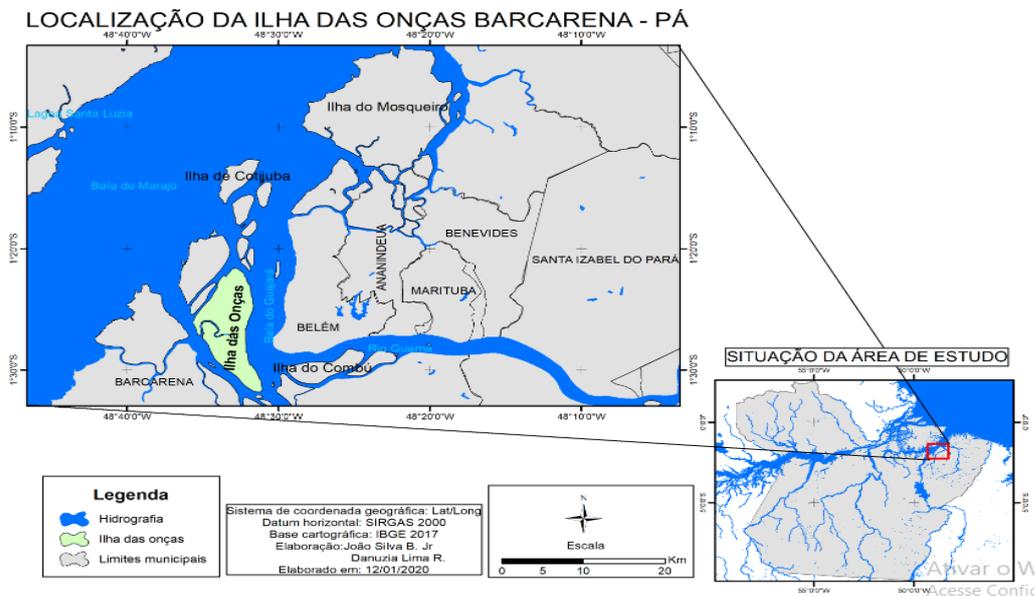
Para além dessas características demográficas, econômicas e territoriais mais gerais, Barcarena possui ainda um território dividido em várias ilhas, dentre elas a Ilha das Onças, objeto deste estudo (Ver Figura 2). A região da Ilha das Onças, com 96 km<sup>2</sup>, é a terceira maior região insular localizada nas proximidades da Região Metropolitana de Belém (SCHALLENBERGUER, 2010). Situada à margem esquerda da baía do Guajará e em frente à margem noroeste do centro da cidade, seu acesso se dá exclusivamente por via de transporte fluvial, o que garante à mesma características territoriais bastante específicas, com predominância de uma vasta população ribeirinha, assim como as condições de difícil acesso em relação à oferta de serviços públicos, tais como: sistema de energia via rede geral, rede de abastecimento de água e esgoto, coleta de lixo, sistema de transporte, acesso amplo ao sistema público de saúde e educação.

De acordo com o último censo do IBGE (2010), a população residente na Ilha das Onças estava estimada em 4.801 habitantes. Desses, a maioria era formada por uma população ribeirinha que tem na atividade de extração e manejo do açaí, sua principal atividade econômica. Segundo estudos recentes, a atividade da pesca do camarão se mantém como a segunda atividade extrativa de maior importância na região. (SCHALLENBERGER, 2010).

---

<sup>44</sup> Nas proximidades do Porto de Vila do Conde, localiza-se um dos maiores empreendimentos industriais do setor de mineração da Amazônia: o projeto Albrás-Alunorte.

**Figura 2-** Mapa do entorno da área de estudo: Ilha das Onças, Município de Barcarena, PA.



**Fonte:** Elaboração própria

Do ponto de vista das condições de infraestrutura, moradia e qualidade da água, destacam-se os problemas relacionados a falta de rede de distribuição de energia elétrica e problemas generalizados de falta de esgotamento sanitário e contaminação das águas dos rios que banham a região (ROCHA; ALMEIDA, 2003; ALMEIDA, *et al.*, 2003; SILVEIRA *et al.*, 2003). No que diz respeito ao nível específico de qualidade da água, estudo realizado por Almeida *et al.* (2003) para avaliar as condições de qualidade das águas subterrâneas nas ilhas de Belém e Barcarena, já indicavam a forte presença de altos índices de coliformes fecais e a presença da bactéria *Escherichia coli* na bacia hidrográfica dos rios Tucunduba (próxima ao rio Guamá) e Paracuri (próxima a baía do Guajará), ambos com forte influência nos rios que entrecortam a Ilha das Onças e o distrito de Icoarací em Belém. (ALMEIDA *et al.*, 2003).

Do ponto de vista da diversidade biológica e da disponibilidade de recursos pesqueiros e florestais, destaca-se a característica da região como grande variedade de espécies de vegetação de várzea e de ampla diversidade de peixes. Realidade que, nos últimos anos, no entanto, vem se transformando de maneira bastante rápida, com a perda de diversidade florestal e, principalmente, na queda da variedade de peixes presentes nos rios da região.

De uma forma geral, pode-se dizer que a região da Ilha das Onças representa uma área insular, nas proximidades de uma grande região metropolitana, com características de grande diversidade de flora e fauna marinha que, por mais que venham sofrendo nos últimos anos com fortes ameaças, ainda se mantém como um espaço de grande diversidade ecológica às

proximidades de um grande centro metropolitano na Amazônia. Por outro lado, sua população ainda se mantém sofrendo com graves problemas do ponto de vista de falta de infraestrutura e logística de mobilidade e transporte. Condicionantes territoriais bastante específicos que influem sensivelmente nas condições de vida de sua população. Objeto que será melhor investigado a seguir.

#### 4.3.2 Identificação do universo geral da pesquisa, método de cálculo amostral e estratégias de aplicação dos questionários

Para o cálculo amostral, utilizou-se como critério para o (p) - a proporção da amostra domiciliar da ilha (980) em relação ao universo de 24.833 residências identificadas no município de Barcarena. Isso significa que o total de domicílios da Ilha das Onças corresponde a 3,94% dos domicílios existentes em Barcarena, portanto, com (p) igual a 0,0394 e utilizando uma margem de erro de 5% e um nível de confiança de 95%, a amostra indicada foi de, no mínimo, 58 questionários para serem aplicados em toda a extensão territorial da ilha<sup>45</sup>.

O plano amostral foi elaborado levando-se em conta a distribuição espacial do universo da população identificada. Para isso, através de imagens de satélite disponibilizadas pelo Google Maps, Google Earth e Apple Maps (Ver Figura 3), foram identificados 980 domicílios em toda a extensão da ilha, os quais foram marcados de acordo com sua latitude e longitude. Essas referências foram posteriormente plotadas em um banco de dados e submetidas a uma rotina de seleção que, através do software R, sorteou 80 domicílios de maneira aleatória. As partes (a) e (b) da Figura 3, mostram os alfinetes das marcações, respectivamente, do universo e da amostra dos domicílios entrevistados.

---

<sup>45</sup> A fórmula utilizada para o cálculo amostral foi  $n = \frac{NZ^2p(1-p)}{Z^2p(1-p)+e^2(N-1)}$

**Figura 3-** Mapa da área de estudo com o universo e amostra de residências identificadas



**Fonte:** Google Maps. Elaboração própria

#### 4.3.3 Coleta de dados

Para a coleta de informações da pesquisa, foi elaborado um questionário semiestruturado cujo intuito era definir três aspectos fundamentais para a construção do índice: os funcionamentos de valor, os pesos e as privações das pessoas residentes na Ilha das Onças. Isso possibilitou identificar a ordem de prioridade atribuída pelos entrevistados em relação as diferentes dimensões identificadas e consideradas como relevantes no estudo. O objetivo foi buscar um critério de hierarquização, e do grau de prioridade atribuídos pelas populações residentes na ilha, em relação ao que eles consideram como importante para se levar uma vida boa, assim como garantir um futuro adequado para seus filhos.

As entrevistas e aplicação do questionário foram realizadas entre os meses de novembro e dezembro de 2018. No total foram aplicados 80 questionários semiestruturados com os moradores das residências selecionadas pelo método de amostragem<sup>46</sup>. Após a tabulação dos questionários e a organização final do banco de dados, foram desenvolvidos procedimentos de programação no software R para a leitura e sistematização das informações disponíveis, assim como a aplicação da metodologia do índice de Pobreza Multidimensional ajustado para avaliação das condições de pobreza da população residente na Ilha das Onças (IPM<sub>ilha</sub>). Método que será apresentado na próxima seção.

<sup>46</sup> A média de pessoas por residência é quatro.

#### 4.4 Metodologia de cálculo do Índice de Pobreza Multidimensional ajustado para a Ilha das Onças (IPM<sub>ilha</sub>)

No contexto deste estudo, como dito anteriormente, o que se propõe é adotar como ponto de partida a metodologia desenvolvida por Alkire e Foster (2009) e Alkire e Santos (2010), tendo como escopo a abordagem das capacitações de Amartya Sen. Segundo os autores, do ponto de vista técnico e funcional, esse método possibilita o cálculo tanto da incidência quanto da intensidade da pobreza, capturando uma distribuição conjunta de privações, visto que a família de medidas Alkire e Foster (AF) são axiomáticas e satisfazem várias propriedades desejáveis. Além disso, é funcional, uma vez que utiliza a contagem intuitiva e leva em consideração a maneira como se distribuem as privações para identificar os pobres em termos multidimensionais.

Em termos formais, tem-se uma função de identificação  $\rho_k: R_+^d \times R_{++}^d \rightarrow [0,1]$  que mapeia as realizações da unidade de análise  $i$  no vetor  $Y_i \in R_+^d$  e o corte vetorial  $z$  em  $R_{++}^d$  para cada variável indicada. Sendo que  $\rho_k$  assume valor 1 quando  $c_i \geq k$  e  $\rho_k(Y_i, z) = 0$  quando  $c_i < k$ . Dessa forma, o cálculo do índice focará apenas nas unidades que forem classificadas como pobres (1), censurando as demais. Depois segue-se a etapa de agregação.

Após todos os passos de identificação já elaborados, aqui se calcula o *headcount*, ou seja, a proporção de pessoas que foram identificadas como multidimensionalmente pobres na população (H) <sup>47</sup>

$$H = \frac{q}{n}$$

Onde:

$q$  é o número de pessoas multidimensionalmente pobres.

$n$  é a população total.

A intensidade da pobreza média compartilhada entre pobres, que implica em somar os escores de privação dos pobres e dividir pelo número total de pessoas pobres

$$A = \frac{\sum_1^q c}{q}$$

Onde:

$c$  é a contagem de carências experimentadas pelos pobres.

O passo seguinte, é calcular a medida *MO* que resume a informação sobre a incidência de pobreza e a sua intensidade. Daí o nome de índice de incidência ajustado. O *Adjusted*

---

<sup>47</sup> Alkire e Santos (2010) salientam que o *Headcount* não é sensível com o número de privações que o pobre enfrenta.

*Headcount Ratio (MO)*, “reflete a proporção de privações ponderadas que os pobres experimentam em relação ao número total de privações que a população poderia experimentar se todas as pessoas fossem pobres e fossem privada em todas as dimensões consideradas na análise.”

$$IPM = A \times H$$

A contribuição de cada dimensão  $j$  à pobreza multidimensional é:

$$Contrib_j = \frac{(\sum_1^q c_j)/n}{IPM}$$

O indicador construído para análise da pobreza multidimensional na Ilha das Onças, objeto deste estudo, baseia-se na estrutura matemática de Alkire e Foster (2009), porém, a composição de todas as dimensões e variáveis que compõem o índice foram selecionadas e construídas mediante coleta de dados primários, cujos itens buscam refletir o que as pessoas mencionaram considerar importante ser ou fazer para ter uma vida boa. A partir dessas questões os funcionamentos foram indicados de forma espontânea e hierarquizados pelos próprios entrevistados.

#### 4.4.1 Definição das dimensões

Visando compreender o modo de vida singular e os aspectos das dimensões e funcionamentos que são importantes para as populações residentes na localidade, buscou-se perceber a partir dos entrevistados suas avaliações e o que eles valorizam como prioridade em termos de funcionamentos.

Ao se observar os funcionamentos elencados pelos entrevistados como prioritários, numa ordem de 1 a 4, o total das indicações apontaram como sendo o funcionamento mais citado o que se refere a dimensão saúde, o qual foi considerada como sendo o aspecto mais importante por 44% das pessoas, em seguida 24% mencionaram a educação, 14% o emprego e 11% a segurança. Da mesma forma foi-se avaliando as respostas apontadas como a segunda dimensão mais importante, e assim sucessivamente (Ver Tabela 1). Percebeu-se que a dimensão saúde aparece com 25% também como segundo funcionamento mais importante, ou seja, a saúde pode ser considerada como a primeira e a segunda dimensão mais importante para os entrevistados. O que acaba por reforçar a ideia de que a saúde representa um funcionamento básico e prioritário para a população local. No caso da população residente na Ilha das Onças,

os dados indicam que essa dimensão estaria indicada entre as 4 dimensões mais importantes para 89% da população local.

Para as outras dimensões algo semelhante acontece, mas em escala menor. Depois da saúde, aparecem a educação, segurança e emprego, representando as dimensões indicadas como prioritárias para fins de avaliação do nível de qualidade de vida das pessoas. Neste sentido, vale a pena ainda atentar para o fato de que apenas 14% do total de todas as respostas apontaram a dimensão renda como sendo importante para garantir uma vida boa. Observação empírica que se mostra extremamente relevante para análises mais detalhadas em relação a perspectiva multidimensional da pobreza, na medida em que reforça a ideia de que a renda não pode ser considerada como único atributo para a avaliação das condições para se ter uma vida boa, conforme a perspectiva das pessoas entrevistadas. Além disso, deixa evidente que ter renda acima da linha de pobreza não significa necessariamente que o indivíduo automaticamente seja capaz ou irá ter condições de converter essa renda em fins que ela deseja ou valoriza.

**Tabela 4-** Hierarquização da escolha dos funcionamentos e dimensões considerados como mais relevantes pela população entrevistada, conforme amostra de população residente na Ilha das Onças, Pará, Brasil.

<b>Demandas</b>	<b>1 Ordem</b>	<b>2 Ordem</b>	<b>3 Ordem</b>	<b>4 Ordem</b>	<b>Σ%</b>
Saúde	35	20	12	4	89
Educação	19	17	20	3	74
Energia	3	10	9	25	59
Segurança	11	10	8	17	58
Emprego	9	10	13	8	50
Água	1	6	6	6	24
Renda	1	3	2	5	14
Casa boa	-	2	2	2	8
Transporte	-	1	2	3	8
Alimentação	-	-	2	1	4
Paz	1	-	-	2	3
Harmonia familiar	-	-	2	-	3
Saneamento	-	-	1	1	3
Casa própria	-	-	-	2	3
Terreno	-	1	-	-	1
Microempresário	-	-	1	-	1
Infraestrutura	-	-	-	1	1
Total	80	80	80	80	-

**Fonte:** Pesquisa de campo (2018).

#### 4.4.2 Definição dos pesos

Uma limitação recorrente nos índices multidimensionais agregados resulta da impossibilidade de discriminar os pesos de acordo com a importância que as dimensões têm na vida das pessoas e seus contextos específicos. De posse da hierarquização de preferências indicadas pelas pessoas de acordo com suas prioridades, foi possível construir um índice de pobreza multidimensional específico para a Ilha das Onças, aqui denominado de IPMi\_SCV\_pes. Vale ressaltar que este indicador supera esta limitação e permite um avanço na literatura por ter sido calculado com base nas dimensões elencadas como endógenas, com pesos atribuídos pelos próprios entrevistados.

Para fins de comparação em termos metodológicos do processo de construção do IPMi\_SCV\_pes, bem como apontar a validação da sua robustez no sentido de mostrar os diferenciais que isso implica, o índice foi também replicado utilizando pesos homogêneos, tais quais a maior parte dos trabalhos utilizam. Esse procedimento permitiu a identificação e comparação dos diferentes índices em relação as vantagens da hierarquização de acordo com cada um dos contextos específicos em que os mesmos foram aplicados.

Além dos pesos, outra diferença entre os índices se pauta na adição de uma dimensão “secundária” que, a priori, não aparece listada entre as dimensões escolhidas como prioritárias pelos entrevistados. Mas, no decorrer das entrevistas foi possível perceber que esta dimensão aparece de forma indireta na percepção do que as pessoas vivem e sentem, ou seja, a inclusão de uma sexta dimensão decorreu através da percepção e da sensibilidade do pesquisador às manifestações das pessoas. Sendo assim, apesar da dimensão que foi chamada de “Condições de vida” (CV) não aparecer na lista de demandas importantes e não ter sido ranqueada (conforme tabela 4), ela permeia a discussão como uma privação decorrente dos funcionamentos que os entrevistados mencionaram como importante, a exemplo do funcionamento de valor “energia elétrica”.

Dessa forma, optou-se por construir dois cenários, sendo o primeiro deles constituído pelos IPMi's compostos apenas pelas dimensões valoradas pelos entrevistados (1-A e 1-B) e o segundo cenário constituído pelos IPMi's ampliados, onde se incluiu a dimensão “condições de vida” (2-A e 2-B). Destaca-se também que deliberou-se por estabelecer dois sistemas de pesos entre as dimensões para os dois cenários. Nesses dois cenários, foi colocado duas estruturas de pesos: A) uma baseada na distribuição homogênea dos pesos entre as dimensões; e B) uma baseada na estrutura de pesos definida a partir da escolha das pessoas entrevistadas na amostra.

Como mostra a Tabela 5, o primeiro cenário apontou duas estruturas de resultados, conforme a variação dos pesos escolhida levando em consideração 5 dimensões para o IPMi: Cenário (1-A), cujo os pesos do *IPMi\_SCV* (*sem condições de vida*) foram distribuídos de forma igual entre as várias dimensões; e o Cenário (1-B) cujos pesos do *IPMi\_SCV\_pes* foram distribuídos de acordo com a indicação da preferência dos entrevistados.

O mesmo ocorreu em relação ao segundo cenário, com a diferença que agora passou-se a considerar além das 5 dimensões mais citadas e ranqueadas pelos entrevistados, uma sexta dimensão, apontada por eles, de maneira indireta e captada através da entrevista.

**Tabela 5-** Cenários de construção dos  $IPM_{ilha}$ , com base em diferentes pesos e dimensões consideradas relevantes pelos entrevistados.

Cenário	Tipo	Nº de dimensões	Pesos
1	(1-A) <i>IPMi_SCV</i>	5	Homogêneos
	<b>(1-B) <i>IPMi_SCV_pes</i></b>	<b>5</b>	<b>Endógenos</b>
2	(2-A) <i>IPMi</i>	6	Homogêneos
	(2-B) <i>IPMi_pes</i>	6	Endógenos

**Fonte:** Elaborado pela autora.

Os índices finais escolhidos (aqui chamado de *IPMi\_SCV*<sup>48</sup> e o *IPMi\_SCV\_pes*<sup>49</sup>), incluem assim 5 dimensões, seriam elas: saúde, educação, segurança, energia e emprego. Os chamados *IPMi*<sup>50</sup> e *IPMi\_pes*<sup>51</sup> contém as mesmas dimensões acrescida da dimensão condições de vida, ambos variando de acordo com os pesos atribuídos a cada uma das dimensões.

Identificando os pesos, a unidade de análise considerada será o agregado familiar, sendo possível também identificar o número de indivíduos que vivem em agregados familiares multidimensionalmente pobres. As Tabelas 6 e 7, a seguir, sintetizam o que está sendo chamado de estrutura de dimensões, indicadores, pontos de corte e ponderações dos IPM's em todos os cenários.

<sup>48</sup> Índice de pobreza multidimensional ilha sem “condições de vida” e com pesos homogêneos.

<sup>49</sup> Índice de pobreza multidimensional ilha sem “condições de vida” e com pesos endógenos.

<sup>50</sup> Índice de pobreza multidimensional ilha com “condições de vida” e com pesos homogêneos.

<sup>51</sup> Índice de pobreza multidimensional ilha com “condições de vida” e com pesos endógenos.

**Tabela 6** – Estrutura de dimensões, indicadores, pontos de corte e ponderações do IPM's cenário 1

<b>Dimensão**</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Ponto de corte</b>	<b>Ponder.1</b>	<b>Ponder2</b>
<b>Educação</b>	Ensino Fundamental incompleto	Existência de indivíduos acima de 18 anos que não estudaram ou não indivíduos o ensino fundamental	5%	5,5%
	Curso técnico, treinamento e assessoria	Existência de indivíduos que já fizeram algum curso técnico ou recebeu algum treinamento ou assessoria	5%	5,5%
	Crianças em idade escolar que não frequentam a escola	Existência de crianças de 4 a 14 anos que não estão sendo expostas a um ambiente de aprendizagem	5%	5,5%
	Conhecimento tácito	Existência de indivíduos que se consideram especialistas na atividade que desenvolvem	5%	5,5%
<b>Saúde</b>	Problema de saúde limitador de realização de atividades	Existência de indivíduos que tem algum problema de saúde que de alguma forma limita suas atividades diárias em comparação com a maioria das pessoas de sua idade	4%	5,3%
	Nutrição	Se há pessoas no agregado familiar que comem carne, frango ou peixe pelo menos duas vezes por semana e que consomem no mínimo 3 opções de outros alimentos	4%	5,3%
	Idas ao médico com regularidade para exames de rotina ou só quando há doença grave	Se no agregado familiar há indivíduos que só vão ao médico quando estão doentes	4%	5,3%
	Após o atendimento médico segue o tratamento recomendado	Existência de pessoas que não seguem ou só seguem às vezes o tratamento recomendado pelo médico	4%	5,3%
	Acesso a água potável	Se vier direto do rio ou se distribuída pela prefeitura através de barqueiros e não vier em condições de consumo	4%	5,3%
<b>Segurança</b>	Segurança ao andar sozinho na área perto de sua casa durante o dia	Se se sente muito inseguro	10%	9,52%
	Segurança ao andar sozinho na área perto de sua casa durante a noite	Se se sente muito inseguro	10%	9,52%
<b>Energia</b>	Eletricidade	Se não tem acesso à energia via rede geral	20%	17,54%
<b>Emprego</b>	Condição no trabalho	Se há no agregado familiar indivíduos desempregados ou que trabalham com atividades fora da atividade extrativa na propriedade familiar.	20%	14,93%

**Resultados**

Contagens de carências do indivíduo, C (soma de cada carência multiplicada por sua ponderação)

É considerado pobre o indivíduo ( $C > 33\%$ )

\*  $1/5 \div 4 = 5\%$ ; \*\* Sem a dimensão Condições de Vida

**Fonte:** Questionário da Pesquisa de campo (2018). Baseado em Nussbam (2000), Sen (2000) e Alkire e Foster (2010).

Tabela 7 – Estrutura de dimensões, indicadores, pontos de corte e ponderações dos IPM's cenário 2

Dimensão	Indicadores	Ponto de corte	Ponder.1	Ponder.2
<b>Educação</b>	Ensino fundamental incompleto	Existência indivíduos acima de 18 anos que não estudaram ou não concluíram o ensino fundamental	4,17% *	4,97%
	Curso técnico, treinamento e assessoria	Existência de indivíduos que já fizeram algum curso técnico ou recebeu algum treinamento ou assessoria	4,17%	4,97%
	Crianças em idade escolar que não frequentam a escola	Existência de crianças de 4 a 14 anos que não estão sendo expostas a um ambiente de aprendizagem	4,17%	4,97%
	Conhecimento tácito	Existência de indivíduos que se consideram especialistas na atividade que desenvolvem	4,17%	4,97%
<b>Saúde</b>	Problema de saúde limitador de realização de atividades	Existência de indivíduos que tem algum problema de saúde que de alguma forma limita suas atividades diárias em comparação com a maioria das pessoas de sua idade	3,33 %	4,78%
	Idas ao médico com regularidade para exames de rotina ou só quando há doença grave	Se no agregado familiar há indivíduos que só vão ao médico quando estão doentes	3,33 %	4,78%
	Após o atendimento médico segue o tratamento recomendado	Existência de pessoas que não seguem ou só seguem às vezes o tratamento recomendado pelo médico	3,33 %	4,78%
	Acesso a água potável	Se vier direto do rio ou se distribuída pela prefeitura através de barqueiros e não vier em condições de consumo	3,33 %	4,78%
<b>Condições de vida</b>	Destino do lixo	Inexistência de coleta de lixo por serviço de limpeza	2,78 %	1,63%
	Acesso à internet	Se não tem acesso à internet	2,78 %	1,63%
	Água encanada	Existência de domicílios que não possuem água encanada	2,78 %	1,63%
	Esgotamento sanitário	Domicílios desprovidos de esgotamento sanitário via fossa	2,78 %	1,63%
	Moradia	Se a acomodação é inadequada, os quartos não são suficientes e se dormem mais de 2 pessoas num cômodo	2,78 %	1,63%
	Consumo de bens duráveis	Se não tem acesso a pelo menos três desses bens: Geladeira, freezer, Fogão a gás, Fogão a lenha, Televisão, Telefone/celular, Rádio, Embarcação a motor, Máquina de lavar roupa	2,78 %	1,63%
<b>Segurança</b>	Segurança ao andar sozinho na área perto de sua casa durante o dia	Se se sente muito inseguro	8,33 %	8,59%

	Segurança ao andar sozinho na área perto de sua casa durante a noite	Se se sente muito inseguro	8,33 %	8,59%
<b>Energia</b>	Eletricidade	Se não tem acesso à energia via rede geral	16,67 %	15,82%
<b>Emprego</b>	Condição no trabalho	Se há no agregado familiar indivíduos desempregados ou que trabalham com atividades fora da atividade extrativa na propriedade familiar.	16,67 %	13,47%

#### Resultados

Contagens de carências do indivíduo, C (soma de cada carência multiplicada por sua ponderação)

É considerado pobre o indivíduo ( $C > 33\%$ )

\*  $1/6 \div 4 = 4,17\%$ ; \*\* Ponder. 1= considera pesos iguais, tal qual IPM global; \*\*\*Ponder. 2= considera pesos atribuídos pelos próprios entrevistados

**Fonte:** Questionário da Pesquisa de campo (2018). Baseado em Nussbam (2000), Sen (2000) e Alkire e Foster (2010).

Com base na metodologia apontada para o cálculo do  $IPM_{ilha}$ , segue-se alguns resultados que serão utilizados para análises sobre as condições de vida e pobreza de uma população ribeirinha específica da Amazônia, quando avaliadas por uma perspectiva onde as dimensões podem ser consideradas como variável interna de controle e medida relativa de pobreza por parte das escolhas da população entrevistada.

#### 4.5 Resultados

De posse dos dados primários coletados foi possível construir e estimar o indicador de pobreza multidimensional para a Ilha das Onças ( $IPMi\_SCV\_pes^{52}$ ). O valor do  $IPMi\_SCV\_pes$  médio foi de 0.308. Ou seja, a pobreza multidimensional ajustada pela sua intensidade indicou cerca de 30% da população vivendo em situação de múltiplas privações. Observe que este panorama vai se modificando a partir dos cenários estabelecidos (tabela 8). Ainda no primeiro cenário, considerando apenas os funcionamentos de valor elencados pelos entrevistados, porém, agora com os pesos distribuídos de forma homogênea, o índice de pobreza multidimensional ( $IPMi\_SCV$ ) apontou um aumento no percentual de pobres ajustados pela intensidade da pobreza que passou para 37%.

Essa mudança vai ficando mais evidente à medida em que se incorpora indicadores não apontados diretamente pelas pessoas, mas captados de maneira indireta pela percepção do pesquisador, a partir do aprofundamento nos diálogos ao longo das entrevistas. No segundo

<sup>52</sup> Esse  $IPMi\_SCV\_pes$  é o índice referência que foi denominado de  $IPM_{ilha}$ .

cenário, quando se atribui às dimensões o nível de importância captados endogenamente na pesquisa, o indicador aponta cerca de 35% da população amostrada vivendo em condições de pobreza múltipla. No entanto, essa condição parece piorar quando dentro dessa mesma perspectiva se distribui os pesos de forma homogênea entre as dimensões, o número de famílias pobres em termos multidimensionais aumenta neste caso para 38%.

Esses resultados deixam claro a importância de levar em consideração, ao mensurar pobreza, o que as pessoas valorizam quando se trata de garantir uma vida boa para elas. As evidências mostram que ao se aproximar da abordagem das capacitações de Sen (2000), os índices cujas dimensões levaram em conta o peso captado endogenamente, tende a diminuir os níveis de avaliação de pobreza, o que parece refletir mais adequadamente a forma como as pessoas se sentem<sup>53</sup>.

Nesse sentido, outra evidência pode ser percebida quando se desagrega os índices. Observe que a incidência da pobreza (H\_Méd) diminui em todos os cenários quando se compara a proporção de pobres multidimensionais que são trabalhados com pesos homogêneos e os que são trabalhados com pesos endógenos. Por exemplo, no primeiro cenário, a variação na proporção média de pobres multidimensionais foi de 20%; ou seja, a quantidade de pobres em termos multidimensionais diminui de 75% (pesos homogêneos) para 55% (pesos endógenos). O que significa dizer que quando se leva em consideração o que as pessoas valorizam ou consideram importante para garantir uma vida boa – de acordo inclusive com o nível de importância que cada uma delas atribuiu a cada uma das dimensões – o número de pessoas consideradas pobres em termos multidimensionais diminuiu (no caso da amostra utilizada, este número passa de 252 para 184 pessoas). No segundo cenário, quando se inclui uma nova dimensão definida pelos pesquisadores, a diferença na atribuição dos pesos também se mostra evidente, a variação foi de 10% e o percentual de pobres multidimensionais reduziu de 75% para aproximadamente 65%.

Dessa forma, sinteticamente, os resultados mostram que quanto mais o índice se aproxima da estrutura de pesos e dimensões espontaneamente escolhidos pelas pessoas, a proporção de pobres multidimensionais cai. Diferente de quando se opta por distribuir os pesos de forma homogênea e/ou colocar na composição do índice variáveis que eles não citaram diretamente como importantes para a composição do bem-estar (mesmo eles apresentando carências nestas dimensões), é como se acabássemos considerando-os mais pobres do que eles realmente se sentem.

---

<sup>53</sup> Nas entrevistas, poucas pessoas se diziam considerar pobres.

**Tabela 8-** Resultados por IPM<sub>ilha</sub>

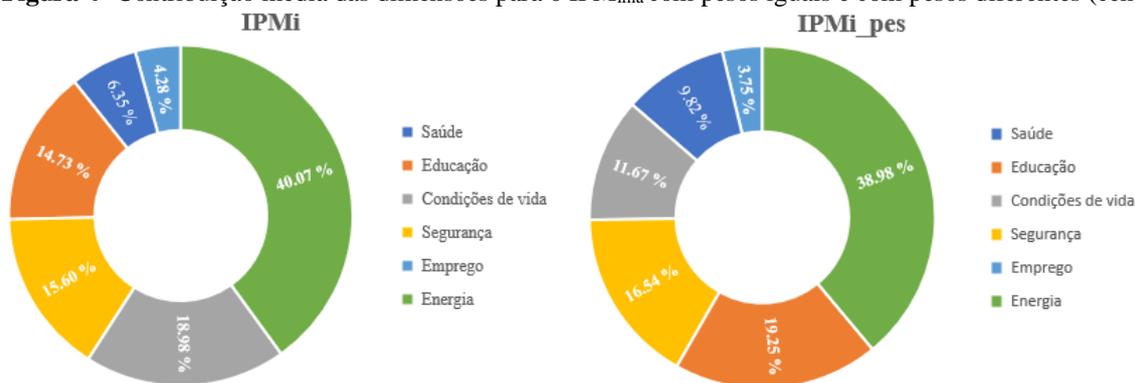
TIPO	IPMi_Méd	Nº famílias	N_Pob	H_Méd (%)
IPMi	0.382	10		0,75
IPMi_pes	0.348	13		0,65
IPMi_SCV	0.370	10		0,75
IPMi_SCV_pes	0.308	14		0,55

**Fonte:** Pesquisa de campo (2018).

A variação da intensidade, por outro lado, pode ser medida pelo nível “A” de intensidade. Para todos os cenários a intensidade média da pobreza apresentou-se significativa (aproximadamente 42%), isto é, o nível médio da pobreza entre a maioria dos pobres é intenso e relativamente concentrado em um número alto de dimensões.

Com a decomposição do índice, de acordo com a observação das variáveis e dimensões que representam maior peso em cada um dos cenários, pode-se afirmar que, a dimensão que mais contribuiu na formação de todos os índices foi energia elétrica.

Levando em consideração o segundo cenário, vale atentar para o fato de que os resultados apontam ainda que, para além das respostas espontâneas, outras dimensões não citadas como prioritárias pelos entrevistados mostraram-se bastante importantes na determinação do valor do primeiro índice, o IPMi. A dimensão “condições de vida”, por exemplo, foi aquela que apresentou a segunda maior contribuição relativa, com quase 19% de peso no índice final, apesar de não ter tido suas variáveis apontadas como prioritária pelos entrevistados no questionamento espontâneo. Neste caso, vale lembrar que para este índice em específico, os pesos entre as dimensões foram distribuídos de forma homogênea e, portanto, não refletindo precisamente o nível de importância que os entrevistados atribuíram a cada dimensão.

**Figura 4-** Contribuição média das dimensões para o IPM<sub>ilha</sub> com pesos iguais e com pesos diferentes (cenário 2)

**Fonte:** Pesquisa de campo (2018).

A figura 4 exibe a decomposição dos índices nas suas respectivas dimensões. Neste sentido, vale ressaltar mais uma vez que as variáveis que compõem a dimensão “Condições de Vida”, apesar de não terem sido citadas a princípio como prioritárias pelos entrevistados, foram postas na composição destes índices; não apenas pela sensibilidade observacional do pesquisador ao longo dos diálogos mas, também, por conter variáveis comumente usadas na literatura como dimensões básicas e consideradas universalmente relevantes para a garantia de uma condição de vida boa em qualquer condição (NUSSBAUM, 2000). Escolha metodológica que se mostrou importante, tendo em vista a sua incidência e relevância na determinação do valor final do IPMi.

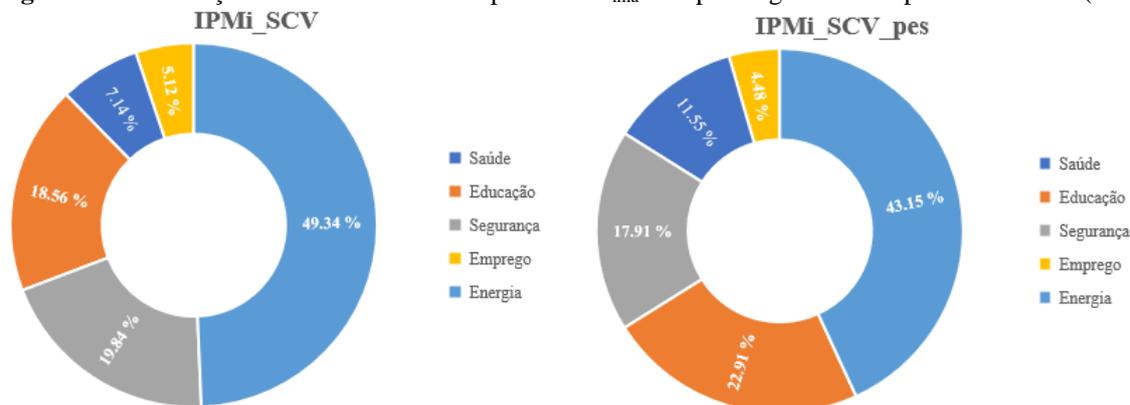
Ao se considerar as mesmas dimensões, porém distribuindo pesos de acordo com as indicações dos entrevistados, a dimensão energia elétrica continua sendo a que mais contribuiu para que as pessoas amostradas se sintam pobres. Vale ressaltar que a falta de energia é apontada pelos moradores como um problema gravíssimo, pois eles não têm sequer onde conservar os alimentos e principalmente armazenar a produção de açaí. Em segundo lugar aparece a educação como a que mais contribuiu na formação do IPMi\_pes, a pesquisa na Ilha das Onças verificou que grande parte dos moradores não possuem o ensino fundamental completo, todavia, vale ressaltar que a pesquisa mostrou que eles valorizam a educação para os filhos.

Dessa forma, levando em conta a avaliação dos indicadores vistos individualmente (pelo nível de contribuição de cada dimensão na formação do IPMi), portanto, pode-se dizer que as dimensões energia e condições de vida (que inclui destino do lixo, acesso à internet, esgotamento sanitário, água encanada, moradia e consumo de bens duráveis) foram as que apresentaram os piores resultados (Energia 0,40 e Condições de Vida 0,19). O que indica uma forte presença e influência das condições territoriais específicas da Ilha das Onças como componentes de maior impacto sobre as condições de pobreza multidimensional de seus moradores, independentemente da posição individual de cada um. No segundo caso, pode-se observar que a dimensão condições de vida que está relacionada a aspectos do território, não se mostrou tão relevante, isso pode significar que os moradores já estão habituados com essas carências que por espontaneidade não apontaram como algo importante para a sua qualidade de vida. Nesse segundo cenário, o resultado de modo geral, foi um Índice de Pobreza Multidimensional ajustado para a região da Ilha das Onças, com indicadores considerados como de alto nível de pobreza multidimensional, alta variação nos níveis de intensidade e grande influência dos fatores territoriais.

Por fim, vale atentar para o fato de que quando se pondera as dimensões de acordo com as indicações apontadas pelos entrevistados, a reorganização das contribuições dimensionais

em termos de peso na composição do índice se modifica e o  $IPMi_{pes}$  ( $IPMi_{ilha}$ ) se aproxima muito mais das valorações feitas por eles.

**Figura 5-** Contribuição média das dimensões para o  $IPMi_{ilha}$  com pesos iguais e com pesos diferentes (cenário 1)

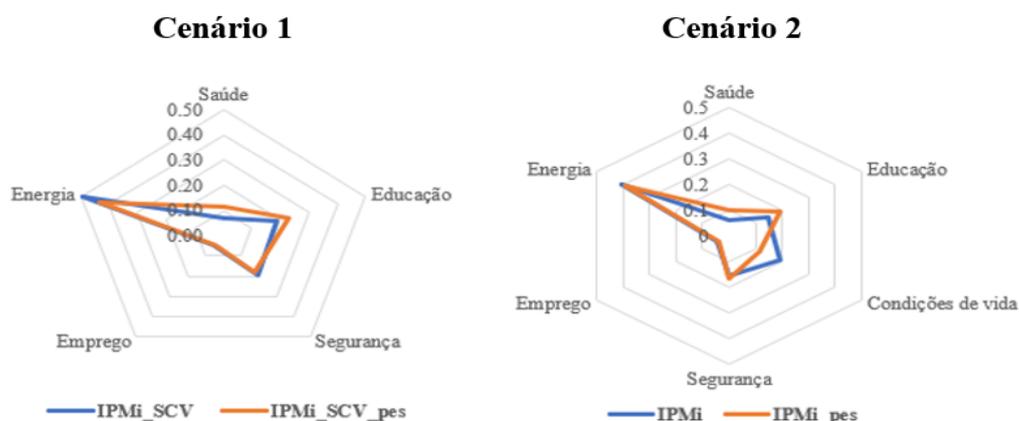


**Fonte:** Pesquisa de campo (2018).

Quando se estabelece um cenário onde apenas as dimensões escolhidas pelos entrevistados entram na composição do índice (cenário 1), os resultados mostram que, quando faz-se a distribuição dos pesos de forma igual entre as dimensões, a dimensão energia continua sendo a que mais contribui na formação do indicador (49,34%), o que se observa é que ao retirar a dimensão condições de vida, passa para o segundo lugar a dimensão segurança. Vale ressaltar que esta é uma preocupação constante entre os moradores da Ilha das Onças, muitos entrevistados relataram que foram ou tiveram familiares vítimas de assalto ou furto. Segundo relatos com o aumento das vendas do açaí e a proximidade da região da capital Belém os moradores tornaram-se visados e vivem constantemente com receio da violência.

Quando se distribui os pesos conforme indicam os participantes da pesquisa, mesmo sem a dimensão condições de vida, as contribuições foram muito parecidas. Energia elétrica continua aparecendo em primeiro lugar. Dos demais funcionamentos de valor e dimensões apontados pelos entrevistados como importantes na garantia de uma vida digna, percebe-se que a dimensão educação aparece como a segunda dimensão que mais veio a contribuir com o índice (22,91%). Segurança (17,91%) e saúde (11,55%) também tiveram peso considerável na formação do  $IPMi_{ilha}$ . Já emprego foi o item priorizado por eles que apresentou uma menor contribuição no indicador (Ver Figura 5).

**Figura 6-** Contribuição dimensional para o  $IPM_{ilha}$  em todos os cenários analisados



**Fonte:** Pesquisa de campo (2018).

A figura 6, por fim, mostra de maneira geral todos os cenários construídos e como cada uma das dimensões contribui individualmente para a formação do índice. O resultado é que, seja qual for o  $IPM_{ilha}$  e o cenário que se utilize para análise, os resultados apontam tendências parecidas.

Entre as dimensões mais valorizadas pela amostra de entrevistados, as que representaram maior peso no indicador de pobreza foram: energia, educação e segurança. No mesmo sentido, entre as que apresentaram menor peso, estão: saúde e emprego. A dimensão condições de vida, praticamente não interfere na estrutura de peso do índice em seus diferentes cenários. A incidência maior no cenário 2 com pesos iguais entre as dimensões (cenário 2-A) significa, na estrutura de incidência geral, apenas uma pequena variação, tendo em vista os baixos níveis de saneamento, coleta de lixo e condições de moradia, os quais podem ser consideradas variáveis de baixo valor para populações ribeirinhas que se sentem pouco afetadas por esses indicadores de condições de vida, normalmente incluídos nos indicadores genéricos.

Por outro lado, a dimensão saúde traz elementos que chamam atenção, pois as indicações espontâneas apontaram esta dimensão como sendo a prioritária ou a que eles mais valorizam para garantir uma vida boa. No entanto, nota-se que mesmo sendo a dimensão com maior peso atribuído pela população entrevistada, os dados revelaram que esta dimensão não foi a que mais contribuiu na formação do índice de pobreza multidimensional da ilha, em todos os cenários. O que pode indicar uma dificuldade na escolha de indicadores que consigam captar as suas restrições em relação à essa dimensão.

#### 4.6 Considerações Finais

Tendo em vista o objetivo de avaliar os aspectos multidimensionais da pobreza em uma região específica da Amazônia: a área da Ilha das Onças, nas proximidades da Região Metropolitana de Belém, no município de Barcarena; esta pesquisa buscou aplicar uma metodologia de cálculo de indicadores sintéticos, baseado na abordagem das capacitações de Amartya Sen, adaptado para a análise dos aspectos da escolha das dimensões e funcionamentos de valor prioritários das populações ribeirinhas residentes na ilha.

Entre as principais questões que puderam ser avaliadas, destacam-se as diferenças significativas entre o cálculo do índice multidimensional com base em cenários que levavam em consideração os pesos homogêneos e/ou escolhidos a partir de padrões universais; e os cenários que se basearam nos pesos definidos endogenamente juntamente com os entrevistados.

As diferenças em vários sentidos se mostraram significativas. Tanto nos valores dos IPM's, quanto nas variações da incidência da pobreza entre 75% e 65%, no caso da escolha de 6 dimensões; e de 75% e 55% no caso da escolha de 5 dimensões e ainda com base no sistema de peso exatamente igual ao escolhido pelos entrevistados.

O que chama atenção também nos resultados apresentados no que concerne ao peso extremamente alto que foi dado a dimensão saúde e que não apareceu na decomposição dos índices como a dimensão que mais contribui para sua formação, é o fato que remete a possibilidade de que as perguntas realizadas no questionário referente a dimensão saúde pode não ter captado de forma precisa o que os entrevistados realmente indicaram como importante. Neste sentido, tudo indica que ao citarem os problemas relacionados a saúde, os entrevistados se referiam à questão dos riscos e de acesso aos serviços, ou seja, se referiam a problemas de emergência, os quais não foram e não são bem captados pelas variáveis e indicadores geralmente utilizados para avaliar este tipo de dimensão. Durante a pesquisa, os entrevistados se referiam sempre a necessidade de uma “ambulancha”<sup>54</sup>, para socorrê-los quando ocorre algum acidente grave ou problema de saúde emergencial, pois na Ilha das Onças não se tem um atendimento rápido e eficaz. Fora isso, ainda tem o problema de que alguns rios e igarapés secam completamente com a vazante da maré, portanto, impossibilitando qualquer forma de atendimento rápido<sup>55</sup>.

---

<sup>54</sup> Modelo de lancha equipada com equipamentos avançados, uma espécie de mini-UTI fluvial móvel.

<sup>55</sup> Segundo os moradores entrevistados, há a demanda de construções de passarelas (de madeira) de forma a facilitar a locomoção das pessoas na vazante até a parte navegável dos rios e igarapés, mas nem sempre a prefeitura de Barcarena responde às solicitações.

Diante deste problema, pode ser que quando eles se referem a problemas de saúde, estejam se referindo mais diretamente a questões de mobilidade e acessibilidade aos serviços de atendimento de emergência em saúde, suas angústias e preocupações, neste sentido, podem estar relacionadas ao risco que correm se algo mais grave ou emergencial acontecer. Esse fato mostra-se importante na medida em que sinaliza como variáveis ou indicadores comumente utilizados de maneira geral para captar privações, talvez possa não captar de forma direta o que realmente os indivíduos valorizam para o seu bem-estar.

Outra questão importante que vale a pena aqui ressaltar, é a ausência de peso relevante, por parte dos entrevistados, em relação a problemas relacionados à dimensão renda. Essa ausência pode ser justificada ou explicada, tendo em vista que a renda per capita média da população da ilha apresenta um nível relativamente elevado (1.500 reais), considerado alto para os padrões de renda média da região. Neste sentido, fica evidente o descolamento entre o critério unidimensional de renda, já que, por qualquer linha de pobreza monetária do Brasil, a população da ilha não seria considerada pobre e o  $IPM_{ilha}$  no sentido da análise das condições de pobreza multidimensional, que por sua vez, acabou revelando que a população da ilha sofre ausência ou privação em funcionamentos de valor considerados básicos como energia elétrica, água potável, etc. O que representa um resultado importante para pesquisas futuras mais amplas e em outras localidades.

## Referências

ALMEIDA, F. M.; MATTA, M. A. S.; DIAS, E. R. F.; FIGUEIREDO, A. B. Qualidades das águas subterrâneas das bacias hidrográficas do Tucunduba e Paracuri, Belem-PA, como base para a Gestão das Águas Urbanas de Belém. *In: SIMPÓSIO AMAZÔNIA, CIDADES E GEOPOLÍTICA DAS ÁGUAS*. 2003, Belém. Anais[...] Belém: Amazônia, Cidades e Geopolítica das Águas, 2003.

ALKIRE, Sabina; FOSTER, James. “**Counting and multidimensional moverty.**” **In the poorest and hungry: assessment, analysis and actions**, edited by Von Braun J. Washington D.C.: International Food Policy Research Institute, 2009.

ALKIRE, Sabina; FOSTER, James. Counting and Multidimensional Poverty Measurement. **OPHI Working Paper**, n. 7. University of Oxford, 2007.

ALKIRE, Sabina, and SANTOS, Maria Emma. Acute multidimensional poverty: a new Index for developing countries. **OPHI Working Papers**, University of Oxford, n. 38, 2010.

ATLAS BRASIL 2013. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. PNUD. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/home/>. Acesso em: 14 abr. 2017.

CARDOSO, A. C. D.; LIMA, J. J. F. (Org.). **Belém**: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

GUERRA, Gutemberg A. D. A Expansão do território de Belém para as ilhas. *In*: SIMPÓSIO AMAZÔNIA, CIDADES E GEOPOLÍTICA DAS ÁGUAS. 2003, Belém. Anais[...] Belém: Amazônia, Cidades e Geopolítica das Águas, 2003.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**: Disponível em: <http://www.ibge.gov.br> Acesso em: 1 mar.2018.

NUSSBAUM, M. Women's capabilities and social justice. **Journal of Human Development**, v.1, n. 2, 2000.

ROCHA, B. R. P; ALMEIDA, A. C. Energia, Desenvolvimento Sustentável e Inclusão Social nas Ilhas do Município de Belém. *In*: SIMPÓSIO AMAZÔNIA, CIDADES E GEOPOLÍTICA DAS ÁGUAS. 2003, Belém. [Anais...] Belém: Amazônia, Cidades e Geopolítica das Águas, 2003.

SCHALLENBERGUER, B. H. **A atividade pesqueira nas ilhas do entorno de Belém**. Orientadora: Flavia Lucena Frédou. 2010. 121 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aquática e Pesca) – Universidade Federal do Pará. Belém, 2010.

SEN, Amartya. **Poverty and famines**: an essay on entitlement and deprivation. Oxford: Oxford University Press, 1981.

SEN, Amartya. **Commodities and capabilities**. Amsterdam: North Holland, 1985.

SEN, Amartya. **The standard of living**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

SEN, Amartya. **Inequality re-examined**. Oxford: Clarendon Press, 1992.

SEN, Amartya. Capability and well-being. *In*: M. Nussbaum, & A. Sen (Ed.). **The quality of life Oxford**, Oxford University Press, p. 30–53, 1993.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de letras, 2000.

SILVEIRA, I. J. M.; SÁ, L. L. C. de; QUARESMA, H. D. B.; SANTOS, E. C. de O. Projeto avaliação dos impactos ambientais e qualidade da água na área insular do município de Belém: Pará. *In*: SIMPÓSIO AMAZÔNIA, CIDADES E GEOPOLÍTICA DAS ÁGUAS. 2003, Belém. [Anais...] Belém: Amazônia, Cidades e Geopolítica das Águas, 2003.

TRINDADE JUNIOR, S. C. C. **A cidade dispersa**: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana. 1998. 395 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Faculdade de Filosofia, São Paulo, 1998.

## **5 DINÂMICA TERRITORIAL, MEIOS DE VIDA E POBREZA RURAL NA REGIÃO DA ILHA DAS ONÇAS, MUNICÍPIO DE BARCARENA, PARÁ, BRASIL**

### **5.1 Introdução**

A partir da contribuição originária de Amartya Sen (1980, 1981, 1985, 1987, 1992, 2000) para o desenvolvimento da abordagem multidimensional da pobreza – em superação aos critérios tradicionais exclusivos baseados apenas em renda – torna-se bastante influente, ao longo dos anos de 1990 e 2000, a percepção de que a mensuração adequada da pobreza deva ir muito além dos atributos pessoais e intransferíveis dos indivíduos. Os quais deveriam passar a ser avaliados também a partir do seu nível de acesso à recursos e à manutenção de seu poder de agência em relação a transformações do ambiente territorial em que as pessoas estão inseridas (SEN, 1981; ELLIS, 1998, 2000). Tornando-se necessário, para isso, portanto, considerar também características sociais, culturais, políticas e institucionais que influenciam nos níveis substantivos de restrição dos indivíduos em relação ao alcance de sua capacidade de escolha sobre os funcionamentos que os mesmos têm razão para valorizar. (ELLIS, 2000).

Na abordagem multidimensional, inspirada na perspectiva de Amartya Sen, a pobreza pode ser definida, assim, no sentido mais amplo, como a privação de “capacitações” ou níveis de acesso e “entitamentos” que são hoje considerados necessários para a manutenção daquilo que cada pessoa, ou grupo familiar, considera importante ser ou fazer. Nesta perspectiva, fatores territoriais podem ser vistos como influenciando também no impacto exercido pela capacidade de conversão dos recursos disponíveis em fins que as pessoas têm razão para valorizar.

Nos trabalhos já desenvolvidos utilizando a abordagem multidimensional, observa-se muitas vezes que as dimensões escolhidas para avaliação de pobreza estão relacionadas a aspectos que dizem muito a respeito do ambiente territorial local (por mais que essa categoria muitas vezes não seja explicitada). A ideia que permeia essa discussão teórica seria a de que as privações de condições básicas de existência e de funcionamentos importantes para as pessoas como, por exemplo: saneamento, energia elétrica, água potável, escolas, saúde, etc; caracterizam uma situação de pobreza que não depende apenas de atributos pessoais dos indivíduos, mas também estariam relacionadas aos atributos territoriais e institucionais que garantem, ou não, as condições de acesso ou capacidade de conversão dos recursos disponíveis em funcionamentos.

Pode-se acrescentar que, muitas vezes, estes componentes territoriais suplantam a predominância das condições de privações de renda, por exemplo, assim como as características pessoais e capacitações dos indivíduos. Devendo, portanto, ser levados em consideração

quando do objetivo de avaliar os níveis de pobreza em uma perspectiva multidimensional voltada para a avaliação dos níveis de funcionamentos realmente disponíveis para os indivíduos em seus ambientes territoriais.

Por dentro desta agenda de discussão, acredita-se que o Brasil ainda precise percorrer um longo caminho na compreensão da multidimensionalidade da pobreza em seu aspecto territorial, explicitando de maneira mais clara a sua relação com o ambiente em que as pessoas estão inseridas. Ou seja, levando em consideração as restrições do ambiente externo e do território em que as pessoas vivem efetivamente.

Nesse sentido, busca-se explorar neste trabalho uma das alternativas teóricas que tem sido utilizada com o objetivo de atender a essa necessidade de avaliar-se a pobreza a partir das restrições de funcionamentos e capacitações derivados das condições territoriais que, recorrentemente, restringem os indivíduos em alcançarem determinados funcionamentos de valor para eles considerados importantes (NUSSBAUN; SEN, 2000). Aqui se está referindo à chamada abordagem dos meios de vida, ou *livelihoods approach*, a qual tem procurado avançar nas discussões em relação à avaliação do ambiente territorial e/ou institucional os quais condicionam as estratégias de manutenção dos meios de vida das pessoas<sup>56</sup> (CHAMBERS; CONWAY, 1992; SCONNES, 1998; CARNEY, 1998; ELLIS, 1998, 2000).

No Brasil, seguindo esta perspectiva, estudos recentes têm sido desenvolvidos com o intuito de avaliar as transformações dos meios de vida de pessoas residentes no meio rural na região sul do Brasil. Por essa perspectiva, tem-se procurado avaliar teoricamente os impactos na transformação dos meios de vida rural sobre as condições de agência e controle das estratégias de adaptação e diversificação dessas populações, assim como de suas condições de evitar uma eminente situação de vulnerabilidade social. (PEÑAFIEL, 2006; PERONDI, 2007; ZOTTI, 2010; NIERDELE; GRISA, 2008; PEREIRA; SOUZA; SCHNEIDER, 2010; PERONDI; SCHNEIDER, 2012; TOIGO, 2016).

De maneira geral, as experiências e aplicações da abordagem dos meios de vida para realidades territoriais no Brasil, tem buscado manter e/ou tornar esta abordagem compatível com a manutenção e alcance da avaliação de determinados funcionamentos de valor que as

---

<sup>56</sup> Partindo da perspectiva inicial proposta por Chambers e Conway (1992), a abordagem dos meios de vida se consolida, a partir do final dos anos de 1990, com as contribuições cruciais de Frank Ellis (1998, 2000). O qual incorpora à abordagem dos meios de vida uma avaliação mais rigorosa do conceito de instituições e capacitações, conforme abordagem de Douglass North e Amartya Sen (PERONDI, 2014; PERONDI; SCHNEIDER, 2012). Seguindo esta linha de discussão teórica, Ellis (2000) propõe como estratégia de combate à pobreza e vulnerabilidade o processo de diversificação de unidades produtivas rurais.

pessoas em seu contexto de vida concreto teriam razão para valorizar<sup>57</sup>. Do ponto de vista teórico, a abordagem parte, portanto, da noção de pobreza e as possibilidades de sua superação, vista pela perspectiva da privação de capacidades, e não a partir da ótica exclusiva da disponibilidade física dos recursos. Mas sim pela capacidade de seu *intitlamento*.

Nesse sentido, se faz necessário – para evitar um crescimento nas condições de pobreza e vulnerabilidade territoriais – conseguir a garantia das condições institucionais formais e informais de acesso aos recursos necessários a sobrevivência. O que implica em que se observe a capacidade de ação e construção de estratégias de autonomia por parte das famílias e indivíduos residentes em espaços rurais considerados em condições de vulnerabilidade. O que somente poderia ser avaliado a partir de uma perspectiva ampla, baseada numa concepção multidimensional de capacidade de agência em relação ao ambiente em que os mesmos estão inseridos territorialmente.

Com o objetivo de avançar nos estudos sobre as possibilidades de avaliação da pobreza territorial na Amazônia, inspirado na perspectiva dos meios de vida de Frank Ellis (1998,2000), busca-se neste artigo um exercício de natureza experimental em relação a um estudo de caso com o objetivo de aplicar o *framework* da abordagem dos meios de vida para uma realidade territorial específica em uma região ribeirinha da Amazônia: a Ilha das Onças, nas proximidades da Região Metropolitana de Belém (RMB), no estado do Pará, Brasil.

Objetiva-se com o trabalho avaliar as estratégias das populações ribeirinhas em relação ao processo de transformação estrutural e territorial pela qual tem passado a região das ilhas sob a influência da RMB. Dinâmicas relacionadas ao crescimento do mercado por produtos extrativos, como o açaí, assim como pelos efeitos diretos e indiretos das alterações do espaço de vida das populações locais no que concerne ao seu direito de acesso (ou entitlamentos) em relação à questão da diversidade ambiental e aos recursos aparentemente disponíveis de maneira abundante na região.

Do ponto de vista de sua estrutura geral, este artigo está composto por mais quatro partes, além desta introdução. Na segunda e terceira seções, serão desenvolvidos de maneira mais aprofundada os referenciais teóricos principais da pesquisa baseada na noção dos meios de vida

---

<sup>57</sup> Essa abordagem, segundo Perondi e Schneider (2012) tem sua origem, mais precisamente, no início dos anos de 1990, em meio a um grande debate que se desenvolveu em relação às condições de adaptação das comunidades rurais em países considerados atrasados (em regiões como a África e Ásia), em meio a processos de transformação e mudanças no contexto socioambiental do planeta. Ou seja, explicar como os produtores rurais faziam para sobreviver em situações de risco e/ou vulnerabilidade ambientais e climáticas eminentes. Seguindo a abordagem teórica proposta originalmente por Amartya Sen, em seu trabalho clássico sobre as condições de pobreza e fome extrema em regiões rurais na África e Ásia (SEN, 1981), estas perspectivas trazem à tona uma nova abordagem teórica para o tratamento da questão da pobreza multidimensional, vista agora por uma perspectiva territorial.

e na abordagem das capacitações de Amartya Sen. Posteriormente, será apresentado os principais materiais e métodos que serão utilizados para o desenvolvimento empírico da pesquisa. Em seguida serão apresentados os resultados e análises sobre os graus de diversificação das atividades produtivas e os níveis de vulnerabilidade das populações ribeirinhas em relação às suas estratégias de manutenção dos seus meios de vida.

## **5.2 Pobreza rural e entitamentos: rumo a perspectiva dos meios de vida**

O debate sobre a relação entre pobreza rural e desenvolvimento, têm uma longa tradição nos estudos de economia (SCHULTZ, 1964; SEN, 1981; HAYAMI; RUTTAN, 1985). De maneira geral, aspectos ligados ao problema da inovação e da produtividade agrícola, e a consideração teórica sobre a necessidade de superação de uma abordagem baseada no suposto tradicionalismo cultural dos pequenos produtores como causa para o problema da pobreza (SCHULTZ, 1964), tem levado a tradição neoclássica dos estudos sobre desenvolvimento agrícola, a uma linha de pesquisa que ressalta as trajetórias de inovação induzidas pela demanda de mercado (HAYAMI; RUTTAN, 1985). Assim como ressaltando também a falta de disponibilidade de insumos e conhecimentos tecnológicos específicos, os quais pudessem ser utilizados para a alavancagem da produção agrícola em áreas pobres em diversas regiões do planeta.

Nessa linha de pesquisa, como já sinalizado, ganha destaque abordagens tradicionais como as de Schultz (1964), assim como de autores como Hayami e Ruttan (1985). Estes últimos os quais desenvolveram um modelo teórico alternativo bastante conhecido para a explicação do processo de desenvolvimento da inovação no setor agrícola, tendo em vista uma perspectiva de mudança tecnológica endógena induzida a partir da variação dos preços relativos dos fatores de produção. Uma abordagem que, seguindo a inspiração inicial de Schultz (1964), volta-se para uma leitura sobre o papel do acesso à tecnologia e ao capital humano que seriam considerados necessários, no sentido do avanço da produtividade agrícola induzida pelo perfil de escassez relativa dos fatores produtivos em regiões consideradas pobres e atrasadas. (ROMEIRO, 1998; FREITAS, 2008).

Dessa forma, estas abordagens tradicionais no campo da economia agrícola exerceram grande influência tanto no meio acadêmico como sobre a atuação de órgãos e agências multilaterais voltadas a políticas de extensão rural entre os anos de 1960 e 1980. Os quais passaram a considerar o problema da falta de capital humano ou a questão da alocação dos fatores relacionados a padrões tecnológicos como uma questão chave, e principal empecilho

para o desenvolvimento e difusão de tecnologias consideradas superiores em relação à realidade agrícola dos países considerados pobres e subdesenvolvidos.

A transição desta hegemonia de uma abordagem “difusionista” – tradicionalmente voltada para a mudança do padrão tecnológico e a disponibilidade de recursos e melhorias nos níveis de produtividade e capital humano das populações rurais – para um movimento mais inclusivo do ponto de vista da percepção da capacidade de agência e utilização dos conhecimentos produzidos de maneira tácita pelos próprios produtores rurais; é um movimento que irá demorar algumas décadas. Vindo somente a se consolidar em termos do padrão de atuação acadêmica e sobre influência do Estado para a elaboração de políticas públicas para a agricultura e o meio rural, a partir dos anos de 1990. (FREITAS, 2008; FAVARETO, 2007).

Após uma longa e difícil transição, será somente, portanto, na década de 1990, que uma nova perspectiva teórica e estratégias de políticas públicas começam a se consolidar através de abordagens teóricas alternativas à perspectivas neoclássicas difusionistas, e que visavam – ao invés de uma perspectiva de desenvolvimento baseado no viés da produtividade agrícola induzida a partir de fora – um foco mais voltado para a observação e valorização da capacidade de agência dos produtores, no que tange ao acesso (entitulação) e construção de estratégias em relação aos meios de vida e/ou recursos aparentemente disponíveis nas próprias realidades desses países e/ou regiões.

Uma realidade que, muitas vezes – apesar de disporem de base agrícola, natural ou física considerada suficiente para o abastecimento de condições mínimas de sobrevivência de sua população – em situações específicas, podem vir a apresentar limitações e assimetrias no campo institucional e político; os quais acabam por transformar uma aparente disponibilidade física e natural de recursos em condições territoriais efetivas de difícil acesso para parcelas significativas da população. (SEN, 1981).

Nesse contexto, o foco teórico mais recente ligado ao debate sobre pobreza rural, tem se voltado para a avaliação concreta das capacidades dos agentes em acessar e converter os recursos já disponíveis (capital humano, físico, financeiro, natural e social) em resultados de seu real interesse, ou de modo a atender a sua condição mínima de sobrevivência e manutenção dos seus meios de vida considerados prioritários pelos próprios indivíduos residentes nas regiões estudadas.

Não importando, assim, as capacidades técnicas exogenamente indicadas como supostamente necessárias para o uso e/ou processamento dos recursos disponíveis (produção de alimentos em níveis maiores ou menores de produtividade física), sem que se tenha garantido os meios institucionais adequados para que determinados grupos vulneráveis consigam, ao

menos, ter o acesso efetivo a esses recursos e/ou conhecimento técnico-organizacional e político que possam gerar as condições de “entitamentos” capazes de garantir os meios de troca, venda ou consumo final do produto do seu próprio trabalho. (SEN, 1981).

Desloca-se assim o enfoque das tecnologias – exogenamente concebidas e propostas, de cima para baixo, como solução para o problema do melhor aproveitamento dos recursos naturais de populações rurais pobres – e volta-se para o desenvolvimento dos “direitos” e/ou “entitamentos” de livre acesso e conhecimentos tácitos de natureza local. Capazes de permitir a transformação dos recursos disponíveis em meios efetivos de acesso, uso e construção de estratégias de manutenção de meios de vida pelas populações rurais em diversas localidades ou ambientes territoriais específicos.

De uma maneira geral, estas novas abordagens irão se inspirar em componentes teóricos e estudos de caso propostos inicialmente por Amartya Sen (1981) ao longo dos anos de 1970 e 1980, no qual ele desenvolveu pesquisas importantes em relação à questão do problema da fome e pobreza coletiva, como visto anteriormente. Uma diferença fundamental, de base teórica e empírica, se estabelece nesse momento, portanto, em relação à existência de recursos (no caso alimentos em quantidade suficiente) e o real acesso das populações residentes em relação a esses recursos fisicamente disponíveis.

De sua obra nesse período, pode-se destacar a consolidação de uma abordagem teórica alternativa em relação ao *mainstream* neoclássico para o tratamento do problema da pobreza e da fome crônica baseada na noção, do que passaria a se chamar a partir de então, de problema de direito e/ou concessão de uso dos recursos (*entitamentos*); em contraposição ao problema da pobreza e da fome tratados como uma questão de limitações físicas em termos de produtividade e de difusão de tecnologias.

Por *entitamento*, portanto, busca-se um conceito mais amplo do que a noção de direitos formais, que visa expressar o nível de acesso real ou substantivo que as pessoas teriam em relação ao nível de recursos ou bens materiais em princípio disponíveis fisicamente; mas que, não poderiam ser tomados como bens, em geral, facilmente acessíveis por determinados segmentos específicos da população. O que acabaria por resultar em problemas críticos de fomes coletivas em diversas ocasiões, tal como analisadas por Amartya Sen em seu livro de 1981. (SEN, 1981).

Do conceito de *entitamentos*, portanto, Sen (1981) caminharia nas décadas seguintes cada vez mais para a construção de uma abordagem teórica inovadora no campo do desenvolvimento em uma perspectiva mais ampla. A qual busca destacar o grau de liberdade substantiva das pessoas para alcançar o que ele viria a nomear, a partir dos anos de 1990 e 2000,

com o conceito de *funcionamentos e capacitações* (SEN, 2000). Ou seja, o acesso efetivo aos recursos realmente disponíveis tendo em vista um fim que as pessoas teriam razão para valorizar.

Nessa perspectiva, os *funcionamentos* (*functionings*) seriam, para Amartya Sen, uma medida dos resultados concretos aos quais as pessoas almejam alcançar quando imaginam uma vida considerada boa. Já as *capacitações*, como conceito, seriam uma medida do grau de liberdade substantiva em si, com o sentido de medir o grau de liberdade para se alcançar os funcionamentos de interesse das pessoas. Isto é, a capacidade ou liberdade que dispõem as pessoas, de modo substantivo, de acesso aos meios necessários para que se possa alcançar os fins desejáveis.

Aplicado aos estudos sobre o meio rural, a abordagem de Sen (2000) passa, a partir dos anos de 1990 e 2000, portanto, a influenciar de maneira significativa um número crescente de pesquisadores e agências internacionais interessadas no desenvolvimento e aplicação da abordagem das capacitações para fins de avaliação de resultados de política de desenvolvimento rural, principalmente em países pobres e subdesenvolvidos. Um modelo que se transformaria em uma abordagem alternativa importante em relação ao modelo produtivista baseado na ideia de indução da tecnologia a partir do mercado, como se via a partir do panorama neoclássico tradicional.

Será com base nessas perspectivas alternativas combinadas (*meios de vida e capacitações*) que se passará a avaliar, nas seções seguintes, o desenvolvimento histórico dos instrumentos teóricos e metodológicos elaborados com o objetivo de se observar de maneira mais precisa o grau de agência de populações rurais que se encontram em algum nível de vulnerabilidade social, econômica e política.

### **5.3 A abordagem dos Meios de Vida: aspectos teóricos e metodológicos**

Sabe-se que a abordagem dos meios de vida foi inaugurada no início dos anos de 1990, a partir de autores como Chambers e Conway (1992), e posteriormente desenvolvido e aprimorado por Scoones (1998) e Ellis (1998, 2000). Autores que, no conjunto da obra, podem ser considerados como os principais responsáveis por uma mudança de perspectiva em relação ao debate sobre desenvolvimento e pobreza no meio rural. Concepções de pobreza então utilizadas em pesquisas e que também orientavam a ação de órgãos multilaterais voltados para questões relacionadas ao desenvolvimento agrícola, como visto anteriormente. (PERONDI, 2014).

Segundo Perondi (2014), esta abordagem, ao apontar com otimismo as possibilidades de transformação do meio rural em meio a adversidades e momentos de crise da agricultura, passou a ser incorporada por organismos internacionais e institutos de pesquisa renomados, como o *Institute of Development Studies (IDS)* e ao *Overseas Development Institute (ODI)*, ambos ligados a universidades importantes no Reino Unido.

O foco central nesses estudos recai sobre a percepção da capacidade dos agentes econômicos do meio rural em – apesar das adversidades que advém do processo de crise dos mercados agrícolas e da restrição de recursos em geral – conseguirem desenvolver estratégias de resistência, se adaptando às mudanças físicas, sociais e econômicas, e transformando ameaças conjunturais em oportunidades concretas (PERONDI, 2014). O papel de agência dos atores econômicos e sociais aqui se destaca como ingrediente teórico importante para a explicação da forma como os agentes reagem às transformações no ambiente externo e interno em relação à sua realidade econômica, social e territorial específica.

Dessa forma, depois de Robert Chambers, que talvez possa ser considerado como o precursor da abordagem dos meios de vida, e um dos autores com papel mais importante na consolidação e popularização de determinados conceitos, como: vulnerabilidade, pobreza multidimensional, meios de vida, além de ressaltar a necessidade de estudos rurais levarem em consideração, por exemplo, uma abordagem participativa dos processos de desenvolvimento (CORNWALL; SCOONES, 2011; PERONDI, 2014). Seguem na sequência autores como Scoones (1998) e Ellis (1998, 2000) que também como visto, se transformam, em alguns dos principais responsáveis pela consolidação da perspectiva e da articulação da proposta com uma abordagem teórica mais sólida.

Segundo Ellis (2000), as estratégias de subsistência constituídas por uma série de atividades (diversificação de atividades produtivas), pautam suas buscas não só no acesso aos ativos, mas também no uso que se pode fazer desses ativos. Todavia, vale lembrar que tanto um, quanto o outro, são mediados por fatores sociais (relações sociais, instituições, organizações), por tendências exógenas (economia) e choques (seca, doenças, inundações, pragas).

Nesse sentido, elaborações de políticas públicas visando a redução da pobreza rural, devem necessariamente compreender que a diversidade dos meios de vida é resultado de interações complexas com a pobreza, produtividade agrícola, renda, meio ambiente e relações de gênero, que não só não são diretas como as vezes são contra-intuitivas. Essa compreensão pode ser substancialmente mais rentável para a redução da pobreza, visto que vislumbram ações mais efetivas que permitam aos pobres melhores acessos a oportunidades ou que criem suas

próprias oportunidades; ao invés de tentar ações e políticas, que de maneira artificial, apoiem determinados setores ou subsetores de atividades econômicas rurais. (ELLIS, 2000).

No que tange a aspectos de rendimento, Ellis chama atenção para uma desvantagem observada em estudos empíricos. Ele ressalta que a diversificação pode não ter um efeito equalizador nos rendimentos rurais. Ou seja, ela pode estar associada ao aumento das assimetrias entre as rendas dos pobres rurais e daqueles que estão em melhor condição. Nesse aspecto, diferentes fontes de renda podem impactar de forma diferente a desigualdade rural, a depender da política econômica aplicada. Em muitos casos, quem tem mais ou menos renda poderá se beneficiar de maneira diferenciada em relação aos resultados da política<sup>58</sup>. Todavia, deixa claro que de qualquer maneira a capacidade de diversificar acaba sendo imensamente benéfica para as famílias mais pobres, uma vez que o simples fato de ter alternativas de geração de rendas pode fazer diferença entre mudar o padrão de vida e/ou apenas conseguir sobreviver.

Nesse contexto, o autor evidencia que um dos principais efeitos positivos da diversificação é que quanto mais diversificado o portfólio de atividades rurais, maior a garantia de sustentabilidade da vida rural no longo prazo, pois as famílias ficam mais resilientes diante de intempéries ou choques repentinos. Isso pode significar que, quanto mais diversas as atividades, maior a flexibilização para fazer substituições entre as oportunidades que estão em declínio e as que estão em ascensão. Além disso, diversificar, principalmente quando se trabalha com atividades que são sazonais, pode contribuir para reduzir efeitos adversos, como por exemplo, canalizar possível mão de obra ociosa e gerar fontes alternativas de renda quando se está em períodos fora do pico.

Frank Ellis também trata a questão do gênero como uma parte integrante e inseparável dos meios de vida rurais. Entender o papel e o tratamento das mulheres nas atividades rurais (como seus ativos, acesso a recursos e oportunidades), neste sentido, é de extrema importância. Por exemplo, no meio rural geralmente as mulheres raramente possuem acesso a terras, tem menos opções de mercados de trabalho e, por vezes, ainda tem menores salários. Além disso, o acesso aos recursos produtivos e as decisões geralmente são tomadas por intermédio dos homens.

Diante deste quadro, pode-se observar a importância da diversificação também para as mulheres, o que pode vir dar a elas algum grau de independência financeira. No entanto, para que isso ocorra, políticas públicas devem ser direcionadas de modo a promover atividades rurais

---

<sup>58</sup> Ellis (2000) cita o exemplo no qual um foco político direcionado a renda das safras, pode significar um favorecimento maior a quem tem mais terra, ou seja, os mais ricos. Porém, se o foco fosse o acesso a rendimentos salariais não agrícolas, o efeito seria inverso e os mais pobres (menos terra) seriam mais favorecidos.

acessíveis as habilidades e aos tipos de trabalhos nos quais as mulheres possuem qualificações iguais ou melhores que a dos homens. Do contrário, as mesmas podem ser relegadas apenas a manter-se na esfera doméstica.

Em suma, a abordagem dos meios de vida com base na perspectiva de Frank Ellis, defende que políticas de desenvolvimento rural devam apoiar formas de diversificação da atividade produtiva, e não apoiarem apenas subsetores específicos com o intuito de alcançar objetivos e metas traçadas do ponto de vista do aumento da produção. Para ele, isso deve ser feito formulando e combinando ações políticas específicas para cada contexto, melhorando tanto o contexto institucional da tomada de decisão privada, como facilitando aos pobres não só aumentarem seus ativos, mas que consigam fazer melhor uso deles.

Desta forma, apesar da combinação de ações serem elaboradas e apropriadas a contextos específicos, Ellis (2000) defende alguns princípios gerais que são válidos quando se pretende formular políticas públicas de desenvolvimento rural. Como por exemplo: a) o *capital humano*, onde se ressalta a importância tanto da educação formal quanto das habilidades no local de trabalho; b) a *infraestrutura*, que é importante para a integração das economias e cujo impacto serve para melhorar o funcionamento dos mercados, do fluxo de informações, da mobilidade, recursos e produtos; c) o *crédito*, que já é considerado prioritário, mas ênfase deve ser dada ainda mais para empréstimos de pequena escala que possam permitir a ampliação de renda de indivíduos ou famílias rurais; d) *ambientes propícios para iniciativas de base*, com políticas a nível local que não sejam hostis a pequenos investimentos; e) *Segmentação e redes de segurança*, cujo objetivo é dar suporte e segurança para que grupos sociais rurais mais vulneráveis as adversidades não fiquem expostos a falta de alimentos ou à miséria.

Inspirados, portanto, na abordagem dos meios de vida de Frank Ellis (1998, 2000) e outros, e com o foco na preocupação com a avaliação das condições efetivas em que determinadas populações da Amazônia vêm lidando em relação ao processo de transformação crescente de seus espaços e ambientes institucionais locais, buscar-se-á neste trabalho apresentar um estudo realizado na Ilha das Onças, nas proximidades da Região Metropolitana de Belém. Região que apresenta características bastante específicas tendo em vista sua proximidade a um grande centro metropolitano da Amazônia brasileira; ao mesmo tempo em que se destaca como um dos principais fornecedores de produtos florestais extrativos ao mesmo tempo que se encontra localizado num dos municípios industriais mais importantes de toda a região: o município de Barcarena.

#### **5.4 Características territoriais do objeto de estudo, metodologia e técnicas de cálculo amostral**

A Ilha das Onças pertence ao município de Barcarena que está localizado na região estuarina do Rio Amazonas, nas proximidades da Região Metropolitana de Belém. De acordo com o Censo do IBGE de 2010, o município possuía 122.294 habitantes, e é considerado um importante polo industrial do Estado do Pará. Possui ainda o maior porto do estado: o “Porto da Vila do Conde”<sup>59</sup>, localizado a alguns quilômetros do centro da cidade de Belém.

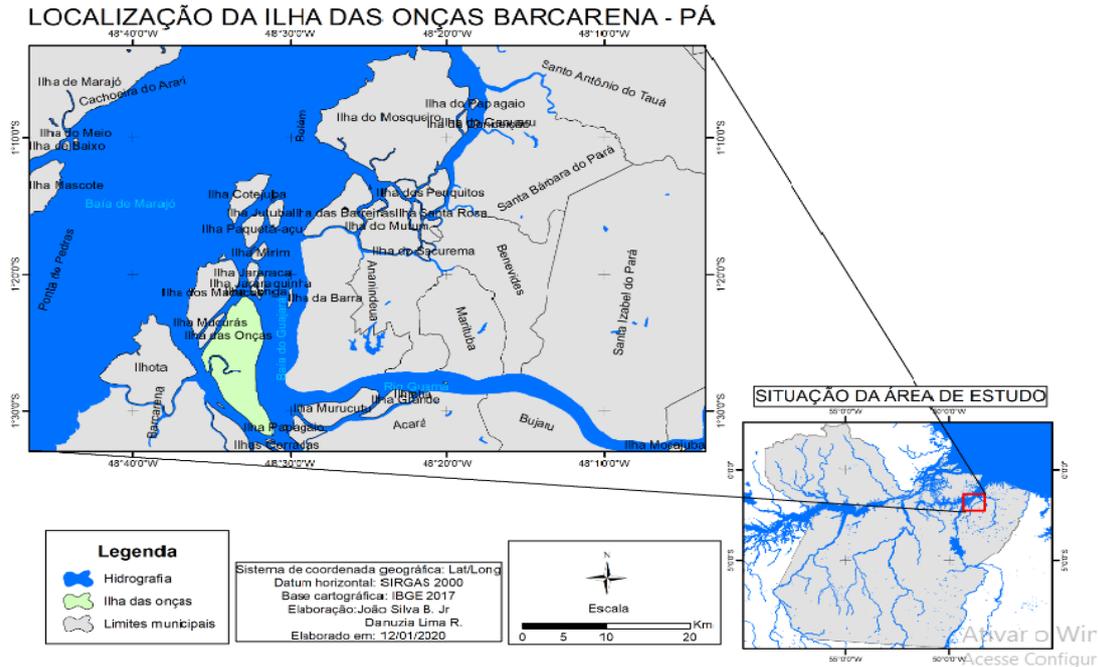
Para além dessas características demográficas, econômicas e territoriais mais gerais, Barcarena possui ainda um território dividido em várias ilhas, dentre elas a Ilha das Onças, objeto de nosso estudo (Ver Figura 7). A área da Ilha das Onças, com 96 km<sup>2</sup>, é a terceira maior região insular localizada nas proximidades da Região Metropolitana de Belém (SCHALLENBERGUER, 2010). Situada à margem esquerda da baía do Guajará e em frente à margem noroeste do centro da cidade, seu acesso se dá exclusivamente por via de transporte fluvial, o que garante à mesma características territoriais bastante específicas, com predominância de uma vasta população ribeirinha, assim como as condições de difícil acesso em relação à oferta de serviços públicos, tais como: sistema de energia via rede geral, rede de abastecimento de água e esgoto, coleta de lixo, sistema de transporte, acesso amplo ao sistema público de saúde e educação.

De acordo com o último censo do IBGE (2010), a população residente na Ilha das Onças estava estimada em 4.801 habitantes. Desses, a maioria era formada por uma população ribeirinha que tem na atividade de extração e manejo do açaí, sua principal atividade econômica. Segundo estudos recentes, a atividade da pesca se mantém como a segunda atividade extrativa de maior importância na região. (SCHALLENBERGER, 2010).

---

<sup>59</sup> Nas proximidades do Porto de Vila do Conde, localiza-se um dos maiores empreendimentos industriais do setor de mineração da Amazônia: o projeto Albrás-Alunorte.

**Figura 7-** Mapa do entorno da área de estudo: Ilha das Onças, Município de Barcarena, PA.



**Fonte:** Elaboração própria

Do ponto de vista das condições de infraestrutura, moradia e qualidade da água, destacam-se os problemas relacionados a falta de rede de distribuição de energia elétrica e problemas generalizados de falta de esgotamento sanitário e contaminação das águas dos rios que banham a região (ROCHA; ALMEIDA, 2003; ALMEIDA *et al.*, 2003; SILVEIRA *et al.*, 2003). No que diz respeito ao nível específico de qualidade da água, estudo realizado por Almeida *et al.* (2003) para avaliar as condições de qualidade das águas subterrâneas nas ilhas de Belém e Barcarena, já indicavam a forte presença de altos índices de coliformes fecais e a presença da bactéria *Escherichia coli* na bacia hidrográfica dos rios Tucunduba (próxima ao rio Guamá) e Paracuri (próxima a baía do Guajará), ambas com forte influência nos rios que entrecortam a Ilha das Onças e o distrito de Icoarací em Belém. (ALMEIDA *et al.*, 2003).

Do ponto de vista da diversidade biológica e da disponibilidade de recursos pesqueiros e florestais, destaca-se a característica da região como grande variedade de espécies de vegetação de várzea e de ampla diversidade de peixes. Realidade que, nos últimos anos, no entanto, vem se transformando de maneira bastante rápida, com a perda de diversidade florestal e, principalmente, na queda da variedade de peixes presentes nos rios da região.

De uma forma geral, pode-se dizer que a região da Ilha das Onças representa uma área insular, nas proximidades de uma grande região metropolitana, com características de grande diversidade de flora e fauna marinha que, por mais que venham sofrendo nos últimos anos com

fortes ameaças, ainda se mantém como um paraíso ecológico às proximidades de um grande centro metropolitano na Amazônia. Por outro lado, sua população ainda se mantém sofrendo com graves problemas do ponto de vista de falta de infraestrutura e logística de mobilidade e transporte. Condicionantes territoriais bastante específicos que influem sensivelmente nas condições de vida de sua população.

Para o cálculo amostral, utilizou-se como critério para o (p) - a proporção da amostra domiciliar da ilha (980) em relação ao universo de 24.833 residências identificadas no município de Barcarena. Isso significa que o total de domicílios da ilha das onças corresponde a 3,94% dos domicílios existentes em Barcarena, portanto, com p igual a 0,0394 e utilizando uma margem de erro de 5% e um nível de confiança de 95%, a amostra indicada foi de, no mínimo, 58 questionários para serem aplicados em toda a extensão territorial da ilha<sup>60</sup>.

O plano amostral foi elaborado levando-se em conta a distribuição espacial do universo da população identificada. Para isso, através de imagens de satélite disponibilizadas pelo Google Maps, Google Earth e Apple Maps (Ver Figura 8), foram identificados 980 domicílios em toda a extensão da ilha, os quais foram marcados de acordo com sua latitude e longitude. Essas referências foram posteriormente plotadas em um banco de dados e submetidas a uma rotina de seleção que, através do software R, sorteou-se 80 domicílios de maneira aleatória. As partes (a) e (b) da Figura 8, mostram os alfinetes das marcações, respectivamente, do universo e da amostra dos domicílios entrevistados.

**Figura 8-** Mapa da área de estudo com o universo e amostra de residências identificadas



**Fonte:** Google Maps. Elaboração própria

<sup>60</sup> A fórmula utilizada para o cálculo amostral foi  $n = \frac{NZ^2p(1-p)}{Z^2p(1-p)+e^2(N-1)}$

Para a coleta de informações da pesquisa, foi elaborado um questionário semiestruturado cujo intuito era captar as principais atividades produtivas, o acesso aos recursos disponíveis, os elementos institucionais, assim como possíveis alterações em relação aos padrões de vida, consumo e as estratégias utilizadas pelas famílias, e seus membros individualmente, para alcançar os meios de vida desejados.

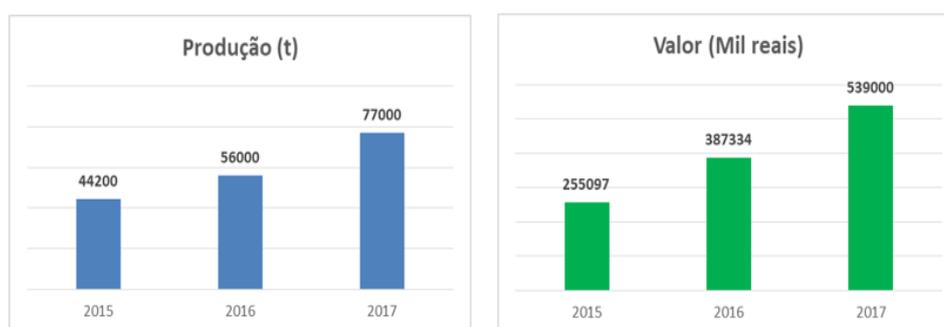
As entrevistas foram realizadas entre os meses de novembro e dezembro de 2018. No total foram aplicados simultaneamente 80 questionários semiestruturados com os moradores das residências selecionadas pelo método de amostragem<sup>61</sup>. Após a tabulação dos questionários e a organização final do banco de dados, foram desenvolvidos procedimentos de programação no software R para a leitura e sistematização das informações disponíveis.

## 5.5 Resultados

### 5.5.1 Padrão de geração de renda, ocupação, diversificação e vulnerabilidade da população ribeirinha da Ilha das Onças

O município de Barcarena, no qual se inclui a Ilha das Onças, tem expressiva participação na produção de açaí no Estado do Pará, registrando um total de produção de 77 mil toneladas, segundo dados da Pesquisa Agrícola Municipal em 2017 (PAM – IBGE). O que corresponde a algo em torno de 6% da produção de açaí do estado no mesmo período. De acordo como IBGE, os valores de produção de açaí no município alcançaram, em 2017, 539 milhões de reais, cerca de 10% do valor produzido no Estado do Pará (Ver figura 9).

**Figuras 9** – Evolução da Produção de Açaí no Município de Barcarena (2015, 2016, 2017)



**Fonte:** Pesquisa Agrícola Municipal (IBGE, 2017).

De uma forma geral, o açaí é o principal produto extrativista tanto em termos alimentares quanto em termos socioeconômicos (principal fonte de renda) dos ribeirinhos

<sup>61</sup> A média de pessoas por residência é quatro.

residentes na Ilha das Onças. O aumento da demanda pelo fruto nas últimas décadas – não só na Região Metropolitana de Belém (que é a maior consumidora de polpa do açaí batido), mas em todo o estado do Pará, no Brasil e em alguns países onde o consumo de açaí tem crescido nos últimos anos – tem levado os produtores a intensificarem a produção de açaí em suas propriedades (GUIMARÃES *et al.*, 2004; VEDOVETO, 2008).

Na Ilha das Onças esse movimento se mostra de maneira bastante evidente, tendo em vista que nos últimos anos houve uma tendência a um manejo cada vez mais agressivo nos açaiçais, de modo a intensificar a produção da ilha. Durante a pesquisa, realizada no segundo semestre de 2018, além de se detectar a pressão exercida sobre a necessidade e interesse dos produtores no aumento da produção de açaí, buscou-se saber também se eles teriam interesse e/ou estratégias no sentido da diversificação da produção.

Do total da amostra de 80 entrevistados, 42 disseram precisar de mais terra ou demonstraram interesse em aumentar a produção, enquanto que 36 alegaram que a quantidade de terra e a produção existente que possuem seria suficiente. Dos que gostariam de produzir mais ou nas terras já existentes ou em áreas extras, os produtos mais citados a serem intensificados foram açaí (41,67%), banana (13,89%) e cacau (8,33%). O que, de certa forma, mostra claramente uma tendência ainda maior de adensamento dos açaiçais e a margem pequena na estratégia de diversificação das fontes de rendimento e produção agrícola dos moradores da ilha. O que, em princípio, poderá vir a se transformar em fonte de vulnerabilidade do ponto de vista socioambiental e até econômico no futuro.

Entretanto, a maior parte dos que alegaram que a quantidade de terra e produção atual que possuíam era suficiente (principalmente os mais idosos) relataram uma preocupação crescente com a mão de obra para a colheita do açaí (principalmente na safra). Segundo eles, ter mais terra não é adequado tendo em vista que a necessidade de aumentar a produção significaria também uma maior preocupação com o manejo e a colheita.

Nesse sentido, ficou evidente outra grande preocupação dos ribeirinhos da ilha com período da entressafra (inverno), onde há grandes quantidades de chuvas, inundações e a produção extrativa da principal fonte de renda das famílias que é o açaí reduz drasticamente. Sendo assim, buscou-se saber como as famílias se preveniam para o período do inverno amazônico. De acordo com os levantamentos feitos pela pesquisa, verificou-se uma grande variedade de pequenas atividades realizadas pelas famílias para atravessar esse período<sup>62</sup>.

---

<sup>62</sup> Variedade essa que não significa necessariamente uma diversificação na produção, são na verdade “bicos” dos mais variados tipos que ajudam a complementar a renda.

Em termos de atividade, na ausência do açaí, muitos moradores aproveitam para realizar o manejo ou a “limpeza” dos terrenos, para isso cortam as árvores mais altas e retiram o palmito para a venda (citado por 21,41% das respostas). A segunda fonte de complementação de renda das famílias são os benefícios sociais do governo (19,65%)<sup>63</sup>. Depois vem a pesca para venda, seguida da poupança realizada e a pesca para o consumo<sup>64</sup>. Tema que será abordado na seção seguinte.

### 5.5.2 Níveis de produção e renda da população ribeirinha da Ilha das Onças

Ainda de acordo com os dados coletados em campo, as atividades produtivas das famílias entrevistadas na Ilha das Onças, basicamente se concentram em torno do extrativismo (91%). De todas as famílias entrevistadas apenas uma informou não ter renda proveniente de atividades extrativas, já que são um casal de idosos que vivem apenas de suas aposentadorias. Dentre as famílias que se identificaram como extrativistas, a maioria tem sua principal renda proveniente da atividade de produção de açaí, com 97,5% dos entrevistados se dizendo produtores do fruto direta ou indiretamente (Ver Figura 9).

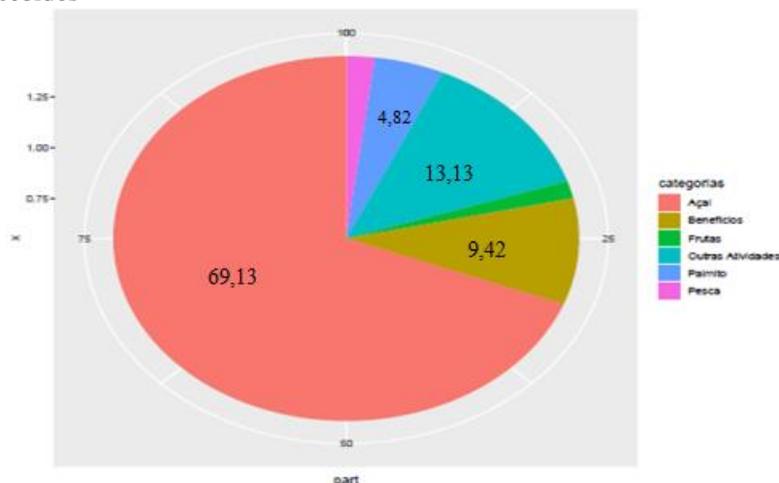
Desagregando o total das atividades extrativas e benefícios sociais, é possível verificar de maneira mais clara a composição dos rendimentos das famílias por categorias, dentro de cada atividade (Ver Figura 10). De acordo com os resultados apresentados, ver-se que a extração do açaí predomina como atividade principal de geração de renda para os moradores da ilha, contribuindo com 69,13% na composição da renda total entre todas as residências entrevistadas. Em segundo lugar, contribuindo com 13,13%, aparece outras atividades não extrativas como: carpintaria, faxina, artesanato, roçado, vendas, salários, etc. Outro componente que se apresenta considerável nessa composição são os benefícios sociais recebidos: como bolsa família, seguro defeso, aposentadorias e pensões, que contribuem com 9,42% da renda das famílias.

---

<sup>63</sup> Vale lembrar que os benefícios são também a terceira maior fonte de renda (no agregado) depois do açaí e de várias atividades não extrativas realizadas conjuntamente.

<sup>64</sup> Apontando que na queda do rendimento, a extração de peixe para o consumo se torna uma alternativa.

**Figura 10-** Distribuição relativa da renda total gerada pela amostra, por categoria de atividades econômicas e benefícios recebidos



**Fonte:** Pesquisa de campo (2018).

Os rendimentos mensais brutos das famílias podem ser considerados altos se comparados com a renda média da região. A renda média familiar mensal do trabalho na Ilha das Onças, combinando as duas atividades (extrativa e não extrativa), fica em torno de 6.000 reais. Valores considerados altos para padrões amazônicos de comunidades ribeirinhas. A pesquisa apontou ainda também uma estimativa de custo básico que, deduzido da renda do trabalho, apresenta um rendimento médio líquido familiar que gira em torno de 5.000 reais mensal.

Outro fator importante, e que contribui para complementar a renda das famílias, principalmente no período chuvoso, são os programas de transferência de renda. Somando os valores recebidos com o total de benefícios, a renda média líquida mensal das famílias habitantes na ilha, passa a ser de 5.600 reais. Sendo assim, foi possível calcular uma estimativa da renda média per capita das famílias, o qual alcança uma média de 1.500 reais mensais.

É importante ressaltar que no município de Barcarena, segundo dados do IBGE (2010), 46,4% da população total do município possui renda per capita mensal de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo (algo em torno de 500 reais por mês), valor bem abaixo da média de renda per capita mensal observada na Ilha das Onças, três vezes maior. O morador do município de Barcarena recebe, em média, portanto,  $\frac{1}{3}$  da renda média do morador da Ilha das Onças. O que pode vir a justificar, em grande parte, a pouca incidência da variável renda como uma das preocupações principais dos entrevistados.

### 5.5.3 Nível de rendimentos, diversificação, pluriatividade e vulnerabilidade da população ribeirinha da Ilha das Onças

No que diz respeito a aspectos de análise do padrão de diversificação e ocupação das famílias, será utilizado nesta seção um expediente estatístico com o objetivo de fazer alguns testes mais rigorosos em relação ao nível de dependência das unidades produtivas ribeirinha da Ilha das Onças em relação à monoatividade do açaí. Intenta-se avaliar em que nível as demais atividades produtivas e fontes de geração de renda influenciam na diminuição do nível de dependência das famílias em relação à geração de renda proveniente da economia do açaí.

Os métodos utilizados na pesquisa foram adaptados de Ternoski e Perondi (2014) levando em consideração a especificidade territorial do objeto pesquisado. Para examinar se as famílias identificadas com atividades diversificadas conseguem elevar suas rendas e conseqüentemente reduzir as vulnerabilidades, primeiro aplicou-se um teste *t de médias*, cujo objetivo era verificar as médias dos grupos de famílias mais ou menos diversificadas. A partir do debate teórico, as famílias foram então classificadas como monoativas, isto é, as que obtêm renda apenas do açaí e palmito, e pluriativas, as que auferem rendas tanto de atividades extrativas (incluindo açaí e palmito), de atividades não extrativas e contam com renda de benefícios sociais<sup>65</sup>.

Para a realização do teste *t de médias* os grupos geraram uma variável binária com valores de zero para monoativos e um para pluriativos.

As hipóteses para o teste *t* são:

$H_0 =$  médias iguais;

$H_1 \neq$  médias diferentes.

O erro estatístico na comparação das médias de renda agrícola e renda total<sup>66</sup> dos dois grupos (monoativos e pluriativos) foi de 5%. Se o teste *t de médias* apresentar resultado em que a média é diferente, significa que a pluriatividade influencia na renda e caso isso aconteça, será estimada uma regressão para explicar a renda em relação à característica pluriativa ou monoativa.

Dependendo dos resultados do teste *t*, serão elaborados dois modelos de regressão simples que estimam a influência que a variável binária (mono ou pluriativa) tem na formação

---

<sup>65</sup> Vale ressaltar que a renda dos benefícios só contou na composição da renda total, para as atividades pluriativas foram consideradas as extrativas e não extrativas, mas que por coincidência quase todas recebiam algum tipo de benefício social.

<sup>66</sup> Foi considerada renda agrícola os rendimentos provenientes do açaí e palmito e renda total a soma de todas as fontes de renda.

das rendas agrícola e total<sup>67</sup>: 1) entre a renda agrícola e a variável binária e 2) com a variável binária em relação à renda total.

$$RA = \beta_0 + \beta_1 * B_{in} + e \quad (1)$$

$$RT = \beta_0 + \beta_1 * B_{in} + e \quad (2)$$

Onde:

RT= Renda Total; RA = Renda Agrícola;  $\beta_0$  = Constante;  $\beta_1$  = Parâmetro desconhecido;  $B_{in}$  = Variável Binária com valores de 0 para monoativos e 1 para pluriativos e  $e$  = erro padrão.

De uma maneira geral, de acordo com a literatura que tem buscado trabalhar análises estatísticas com o intuito de testar determinadas hipóteses em termos do nível de dependência de comunidades rurais em relação a determinadas atividades ou a uma monoatividade, espera-se que um maior nível de diversificação das atividades produtivas, que avancem no sentido da pluriatividade, possuem maiores garantias quanto as escolhas e conseqüentemente quanto a redução de suas vulnerabilidades diante de situações adversas.

Neste sentido, autores como Friedmann (1978) já apontavam as “fragilidades” e riscos de famílias rurais que concentram a produção em um único produto ou se especializam em commodities agrícolas, situação que pode ser mitigada a partir da adoção de estratégias de diversificação da fonte de rendimentos. No caso deste objeto de estudo, a ideia foi tentar compreender se a diversificação tem conseguido mitigar o impacto negativo do monocultivo na formação das rendas agrícolas (ou extrativas) e total das famílias residentes na Ilha das Onças. O que acaba por servir como hipótese principal deste experimento.

Indo para os insumos coletados na pesquisa, pode-se dizer que os entrevistados informaram, através de questionário, quais as atividades realizadas pelos membros da família e as quantidades produzidas em cada um dos casos, ao longo do ano de 2018. Dessa forma, conseqüentemente foi possível estimar o montante de renda total das famílias ao longo do ano<sup>68</sup>, e ainda classificar as famílias como monoativas e pluriativas, visando estabelecer a relação das médias dessas rendas como o fato de serem ou não mono/pluriativas. Os resultados do teste t se encontram no Quadro 2.

<sup>67</sup> Os dados foram estimados através do software R.

<sup>68</sup> Considerou-se como renda “agrícola” ou extrativa, os rendimentos provenientes de atividades ligadas ao açaí e palmito e como renda total os rendimentos provenientes não só do açaí/palmito, mais também de atividades extrativas como pesca, frutas, e atividades não extrativas como artesanato, comércio, salários, benefícios etc.

**Quadro 2-** Teste *t* sobre as médias das famílias amostradas mais e menos diversificadas

Teste <i>t</i> de médias					
Variáveis comparadas		Médias anuais comparadas		p	Hipótese confirmada
Variável 1	Variável 2	Média variável 1	Média variável 2		
Ra*_Monoativos	Ra_Pluriativos	42.148,8	61.424,57	0.171	H <sub>0</sub>
Rt*_Monoativos	Rt_Pluriativos	50.458,8	83.988,08	0.027	H <sub>1</sub>

**Fonte:** Elaboração própria com base em Ternoski e Perondi (2014).

\*Ra = Renda agrícola; \*Rt = Renda total

De acordo com o estabelecido na metodologia, ao nível de significância de 5%, valores do parâmetro que estejam a baixo de 0,05 indicam que a hipótese nula foi rejeitada para renda total, portanto as médias são diferentes, ou seja, o quadro 2 mostra que o teste *t* de média ao nível de 5% aponta a existência de médias iguais para renda agrícola e diferentes para renda total entre monoativos e pluriativos.

Para a composição de renda agrícola na Ilha das Onças, o teste foi não significativo, ou seja, a H<sub>0</sub> foi aceita, isso quer dizer que as rendas médias são estatisticamente iguais, ou seja, não há diferença estatística quando se trata da renda proveniente do açaí e do palmito, entre famílias que só trabalham com essa atividade e famílias que são pluriativas. A renda agrícola dos monoativos corresponde a 68,62% a renda agrícola dos pluriativos. Ou seja, no que tange a esse tipo de renda, a diversificação não influencia na sua composição.

Porém, se tratando da composição da renda total, o teste foi significativo e, portanto, a H<sub>0</sub> foi rejeitada, ou seja, o teste aponta que as rendas médias são estatisticamente diferentes e isso significa que a pluriatividade pode influenciar na determinação da renda total. Vale lembrar que boa parte da composição da renda pluriativa vem de atividades extrativas, não extrativas e benefícios sociais. A renda total dos monoativos corresponde a 60% a renda total dos pluriativos, fato que vai levar a uma importante discussão a posteriori. Como houve diferença de médias, seria interessante gerar um modelo de regressão para verificar a explicação da renda com o fato de ser monoativo ou pluriativo.

Vale lembrar que a pluriatividade pode estar relacionada tanto com o aumento de oportunidades de acessar diferentes fontes de rendimentos com intuito de gerar acumulação quanto apenas por questões ligadas a estratégias de sobrevivência. (TERNOSKI; PERONDI, 2014).

A aplicação do modelo para a variável dependente renda total, cujas rendas médias deram estatisticamente diferentes, tal qual descrito na metodologia, forneceu o seguinte resultado:

```

Coefficients:
              Estimate Std. Error t value Pr(>|t|)
(Intercept)    50459      24612   2.050  0.0437 *
tipolog         33529      26311   1.274  0.2063
---
signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Residual standard error: 77830 on 78 degrees of freedom
Multiple R-squared:  0.0204,    Adjusted R-squared:  0.007836
F-statistic: 1.624 on 1 and 78 DF,  p-value: 0.2063

```

**Fonte:** Elaboração própria no software R

Obs: tipolog = variável binária representa monoativo e pluriativo

Os dados demonstram que para a variável dependente renda total, o modelo foi não significativo ao nível de 5%, isso significa que a variável binária (tipologia) ou o fato de a família ser monoativa ou pluriativa não explica a formação da renda total. Ou seja, na composição da renda das famílias que residem na Ilha das Onças a diferença de trabalhar apenas com açaí/palmito e receber benefício social (monoativo) ou além de trabalhar com esses produtos, também exercer atividades não extrativas como artesanato, pesca, trabalho formal e também receber benefício social, dentre outras (pluriativos) não é fator que impacta consideravelmente a formação de renda dessas famílias, no caso nem na renda agrícola (onde o teste t foi não significativo) nem na renda total, cujo resultado indicou que a explicação da renda pela característica pluriativa é baixa, mesmo existindo médias diferentes como mostrou o teste t. Esse resultado possivelmente se explique pelo fato de que a principal fonte de renda da ilha (cerca de 91%)<sup>69</sup> seja derivada de atividades ligadas a extração e comercialização do açaí.

Nesse sentido, se torna interessante verificar que apesar do teste t indicar que a pluriatividade está relacionada a um maior nível de renda total, a regressão mostrou que a pluriatividade não explica a formação dessa renda total. Isso quer dizer que, as outras fontes de rendimento contribuem com o aumento da renda total, mas elas não chegam a ser determinantes nessa formação, ou seja, as famílias apresentam-se vulneráveis, pois a renda proveniente de outras atividades não é “grande” o suficiente para caso necessário, venha substituir a atividade principal que é o açaí. No final das contas, tanto os monoativos quanto os pluriativos tem sua principal fonte de renda proveniente da atividade extrativa ligada ao açaí, o que os deixa bastante suscetíveis as intempéries mercadológicas ou climáticas.

Segundo Ternoski e Perondi (2014), uma possível explicação para a não influencia da variável binária na determinação da renda total nos seus estudos, pode estar relacionada aos

muitos estabelecimentos agrícolas que adotaram a estratégia pluriativa temporariamente como forma de sobrevivência e não para acumular capital. Portanto, neste estudo acredita-se que algo semelhante aconteça com as famílias na Ilha das Onças, ou seja, a explicação para a não influência da característica mono ou pluriativa na composição da renda total se deva as estratégias de diversificação desenvolvidas pelas famílias apenas com o intuito de sobrevivência (até mesmo pela quantidade produzida e pelo valor recebido informados) e não para acumular capital.

Para Ellis (2000), como visto anteriormente, é extremamente necessário que as famílias adotem estratégias de diversificação como forma de reduzir a pobreza e a vulnerabilidade. No caso da Ilha das Onças, os dados apresentados mostram que a pluriatividade das famílias<sup>70</sup> pode ser considerada como um fator positivo que ajuda a elevar a renda, mas não chega a ser suficiente a ponto de os tirar da situação de vulnerabilidade.

## **5.6 Meios de vida, estratégias e condição de agência das populações ribeirinhas da Ilha das Onças**

De uma maneira mais geral, e amparada na abordagem dos meios de vida da forma como apresentada por Ellis (1998, 2000), busca-se nesta seção aprofundar a análise das diferentes dimensões e transformações das características territoriais que têm influenciado nas estratégias utilizadas pelas famílias ribeirinhas da Ilha das Onças no sentido de se avaliar o seu grau de vulnerabilidade.

Para isso, se fará uso de um quadro síntese explicativo, proposto por Ellis (2000), no qual o mesmo apresenta as conexões entre as principais dimensões e recursos disponíveis pelas populações investigadas, assim como os fatores externos, as políticas e condições institucionais de acesso aos recursos e, por fim, as estratégias utilizadas pelas famílias com o intuito de manter as suas condições de vida.

Em primeiro lugar (primeira coluna), o Quadro 1 apresenta as condições de contexto que influenciam na construção do ambiente externo que interfere de alguma maneira no ambiente de decisão das famílias, tendo em vista que podem alterar a forma como os recursos (coluna 2) são disponibilizados ou não. Da mesma forma que podem alterar ao mesmo tempo os aspectos institucionais envolvidos na mediação entre recursos e os agentes econômicos

---

<sup>70</sup> Do total de 80 domicílios da amostra, as análises levam em conta 10 domicílios na análise da renda agrícola (monoativos) e 70 domicílios para a análise da renda total (pluriativos).

(coluna 3), assim como nas estratégias e resultados da ação da população objeto de estudo (coluna 4).

Na Coluna 1 (contexto vulnerável) destacam-se as dimensões e efeitos externos gerados, de uma forma ou de outra, pelo processo de urbanização em curso na região; o qual tem afetado as condições ambientais da ilha na medida em que tem gerado efeitos sobre a sensação de insegurança das famílias, diminuição da disponibilidade de peixes e aumento do grau de poluição como principais efeitos negativos. Ao mesmo tempo em que tem gerado a oportunidade de aumento nos níveis de renda das famílias, tendo em vista o crescimento do mercado de consumo para o açaí produzido na ilha.

Outra dimensão de destaque que vale a pena mencionar, apesar de ser menos visível no curto prazo, é a dimensão das mudanças climáticas que pode vir a afetar o regime de cheia dos rios, aumentando o período de alagamento das áreas e, por consequência, diminuindo o período de safra do açaí e demais produtos da várzea. Neste quesito existe a percepção dos moradores de que o ambiente de vulnerabilidade está relacionado a possíveis mudanças no clima que segundo os mesmos, podem estar ligada ao aumento na intensidade e volume das chuvas causando um maior e mais prolongado alagamento nas terras, período do “inverno” amazônico, que coincide com a sazonalidade do fruto (período de redução na produção). Esse fator pode levar a uma redução ainda maior na quantidade produzida e deixar a população ainda mais exposta e vulnerável economicamente. Atrelado a isso, alguns moradores relataram que grandes inundações trazem problemas como a erosão do solo, e como a terra vai cedendo, muitos moradores precisam construir novas casas ou construir novos compartimentos de modo a garantir por segurança, uma certa distância da margem.

**Quadro 3-** Quadro de Recursos, instituições, condições de acesso e estratégias de meios de vida das populações residentes na Ilha das Onças

CONTEXTO VULNERÁVEL	RECURSOS DOS MODOS DE VIDA	POLÍTICAS, INSTITUCIONAIS PROCESSOS	ESTRATÉGIAS DE MODOS DE VIDA
<p><b>Dimensão urbana</b></p> <p>- Ameaças: violência urbana, poluição e diminuição da variedade de peixes, que implica na diminuição da diversificação; Oportunidades: crescimento do Mercado de produtos extrativos e potencial crescimento de comércio de outros produtos</p>	<p><b>Capital Natural</b></p> <p>Terra, água e recursos biológicos</p>	<p><b>Terra:</b> área de reserva extrativista (sem conflito e com boas condições de acesso. Concessão de uso regulamentada por legislação federal)</p> <p><b>Água:</b> um dos maiores problemas (falta água potável para consumo). 92,5% dos entrevistados recebem água distribuída pela prefeitura de Barcarena e não existe sistema de tratamento de esgoto.</p> <p><b>Recursos Biológicos:</b> diminuição da variedade de peixes (poluição) e da diversidade de espécies (manejo agressivo dos açazais)</p>	<p><b>Produtiva:</b> Intensificação da produção e manejo do açaí</p> <p><b>Retorno:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento nos níveis de renda e consumo (a renda per capita das famílias entrevistadas gira em torno 1.500 reais);</li> <li>- Segurança alimentar ameaçada (queda significativa na produção e consumo de peixe e camarão. Concentração excessiva no monocultivo do açaí).</li> <li>- Conservação dos recursos naturais ameaçada. (poluição dos rios, condições de saneamento e intensificação dos açazais, diminuindo a diversidade ambiental de espécies)</li> </ul>
<p><b>Mudanças Climáticas</b></p> <p>Ameaças: risco de aumento do período e intensidade de chuva (período da entressafra, queda da produção de açaí); aumento das marés (inundações)</p>	<p><b>Capital Físico</b></p> <p>Criado pelo processo de produção (benfeitorias, máquinas). Ativos que depreciam.</p>	<p><b>Saneamento:</b> problemas, apesar da baixa percepção por parte dos entrevistados.</p> <p><b>Capital Produtivo:</b> autofinanciado em sua maior parte.</p> <p><b>Energia:</b> grande restrição. A ilha não tem acesso à rede geral de energia elétrica (93,75% dos entrevistados usam gerador, apenas 2,5% tem acesso à energia solar e 2,5% não tem acesso à energia de qualquer espécie)</p>	<p><b>Diversificação:</b> baixa (resultado: vulnerabilidade alta)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Limitação para construção de estratégias de diversificação tendo em vista a falta de energia e serviços de distribuição regular de água potável e encanada.</li> </ul> <p>O baixo nível de diversificação das atividades produtivas (agrícolas e não agrícolas), são reforçados pela não existência de linhas de crédito acessíveis para os produtores, assim como a falta de energia. Turismo</p>

			limitado por falta de infraestrutura (saneamento, água potável e energia).
	<b>Capital Humano</b> Educação, habilidades e saúde	<b>Educação e saúde:</b> bastante vulneráveis devido as dificuldades de mobilidade. No entanto, em termos de indicadores, as condições de saúde da população, em geral, são boas. Mas sofrem com a dificuldade de acesso a atendimento de emergência (acidentes, etc.)	<b>Migração:</b> baixa Em geral, as mulheres gostariam de ter acesso a mais oportunidades de emprego e educação. Tendo em vista a vulnerabilidade e dependência a que estão submetidas em relação ao trabalho dos homens na produção extrativa.
	<b>Capital Financeiro</b>	<b>Crédito:</b> Acesso garantido para níveis básicos de recursos, tendo em vista as necessidades pequenas e o alto nível de liquidez e giro do capital nas atividades de comercialização do açaí. Por outro lado, a população em geral não acessa serviços bancários, o que significa baixo nível de oportunidades de financiamento para a diversificação das atividades produtivas (turismo, produção extrativa, pequenas industriais, artesanato).  <b>Violência:</b> Aumento no número de assaltos e sensação de insegurança.	<b>Utilização do capital social</b> tanto para a empréstimo, quanto para a construção de mecanismos institucionais que garantam a disponibilidade de recursos emergenciais (caixinha, ajuda para arrecadar recursos para pessoas que precisam)
	<b>Capital Social</b>	Alto (caixinha, frete para venda do açaí, igreja, ajuda em situações de crise, etc..)	

**Fonte:** pesquisa de campo (2018). Elaboração própria.

Indo para a coluna 2 e 3, pode-se observar as condições efetivas de acesso aos recursos ou “capitais” disponíveis para serem potencialmente convertidos em funcionamentos para as famílias.

Do ponto de vista do acesso ao ativo terra, nos últimos anos, um forte movimento de regularização de área de reservas extrativistas em toda a região amazônica – e de maneira ainda mais específica nas zonas do estuário do rio Amazonas, nas proximidades da Região Metropolitana de Belém – tem garantido o acesso das áreas de várzea da Amazônia em favor das populações ribeirinhas. Com a garantia destas propriedades e direitos de acesso aos recursos naturais por parte das populações locais e de várzea, o processo de urbanização nesses territórios tem avançado, até então, com um grau maior de controle sobre os prejuízos e/ou conflitos de terras em toda a área sob as influências do forte movimento de urbanização recente no entorno da Região Metropolitana de Belém.

Já, no que diz respeito aos ativos naturais (capital natural) menos garantidos, pode-se destacar o problema da água. Dessa forma, a pesquisa aponta o problema de infraestrutura e logística no acesso e distribuição de água potável como algumas das dimensões que mais fortemente afetam o modo de vida da população da ilha. De acordo com a tabela 9, para os entrevistados na amostra, quase a totalidade utiliza água para o consumo distribuída pela prefeitura (92,5%), sendo que essa distribuição se dá de maneira precária, a partir da contratação de um “barqueiro”<sup>71</sup> que se responsabiliza para fazer a entrega de galões de água em cada uma das residências. Porém, não se sabe ao certo as condições de higiene com que essa água é colhida e com que qualidade se chega até os aglomerados humanos<sup>72</sup>. Além disso, os moradores relataram problemas no fornecimento no que concerne a quantidade suficiente que atendam às suas necessidades<sup>73</sup>. Daí o destaque ao problema da falta de água para o consumo como um dos principais ativos naturais de difícil acesso para a manutenção das condições de vida da população residente na ilha.

No que tange a aspectos da coluna 4, ou seja, das estratégias, a pesquisa permitiu também verificar que há busca por soluções; entre elas, pode-se citar as parcerias com algumas instituições como universidades e ONGs, pelos quais alguns moradores informaram ter

---

<sup>71</sup> O “barqueiro” é a pessoa contratada pela prefeitura responsável em passar pelas residências e arrecadar os galões secos e enchê-los no cafezal (local onde fica o sistema produtor de água) e depois passa de volta entregando-os aos proprietários.

<sup>72</sup> Foi relatado um sabor extremamente forte de cloro na água recebida.

<sup>73</sup> De acordo com os entrevistados, cada residência recebe em média dois galões de 20 litros de água para beber e cozinhar, duas vezes na semana. Ocorre de o barqueiro não realizar a entrega da água se a prefeitura atrasar o pagamento (o que ocorre com frequência, segundo eles), nesse caso, os moradores compram água mineral ou quem tem barco vai até o poço do cafezal buscar. Mas acontece de quem não tem opção captar água do próprio rio para consumir.

participado de projetos que visavam tornar a água do rio em água potável ou transformar água da chuva em água pronta para o consumo.

No entanto, de uma forma geral, mesmo nessas residências a água para beber e preparar alimentos ainda continua em sua maior parte dependente da distribuição realizada pela prefeitura<sup>74</sup>. Conforme a tabela 9, para 75% dos entrevistados a água que eles recebem já vem em condições de consumo e, portanto, não recebem mais nenhum tipo de tratamento. Já os que ainda assim preferem tratá-la utilizam principalmente o hipoclorito de sódio como tratamento. Em 72,5% dos domicílios visitados a água para banho e saneamento é encanada, isto é, utiliza-se uma bomba para captação da água do rio para uso doméstico de limpeza geral, lavagem de roupas e higiene pessoal. Em 27,5% dos casos, são os próprios moradores que carregam a água do rio até a residência em baldes. O que demonstra que, apesar da aparente abundância física de água, as populações locais sofrem com a dificuldade de acesso (entitamento) em relação a este recurso vital para a sobrevivência humana.

**Tabela 9-** Capital natural e físico conforme dados de campo (Ilha das Onças/2018)

<b>Questionamentos</b>	<b>Feedbacks</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
De onde vem o acesso a água	prefeitura	74	92.5
	direto do rio	1	1.25
	mineral comprada	1	1.25
	busca em algum local	4	5
	<b>total</b>	<b>80</b>	<b>100</b>
Água já vem em condições de consumo	sim	60	75
	não	20	25
	<b>total</b>	<b>80</b>	<b>100</b>
Usa água encanada	sim	58	72.5
	não	22	27.5
	<b>total</b>	<b>80</b>	<b>100</b>
Como esgoto é liberado	fossa	42	52.5
	várzea	38	47.5
	direto no rio	0	0
	<b>total</b>	<b>80</b>	<b>100</b>
Destino do lixo	queima	79	98.75
	enterra	1	1.25
	joga no rio	-	-
	coletado pela prefeitura	-	-

<sup>74</sup> Ou seja, mesmo com a tentativa de outras formas de captação de água potável, os moradores entrevistados não se sentem à vontade ou não confiam em consumir a água coletada da chuva ou do rio, com isso, o problema de acesso a água continua.

	outros	-	-
	<b>total</b>	<b>80</b>	<b>100</b>
Tipo de iluminação utilizada	gerador	75	93.75
	não tem	2	2.5
	placa solar	2	2.5
	outros	1	1.25
	<b>total</b>	<b>80</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Elaboração própria com base em pesquisa de campo (2018).

Outro problema ligado à questão de infraestrutura diz respeito às condições sanitárias. Nesse ponto vale ressaltar as dificuldades (até por ser uma área de várzea) de instalação de sistemas de coleta e tratamento de esgoto. Ao se perguntar sobre o destino do esgoto e dejetos, segundo dados da tabela 9 acima, 52,5% dos entrevistados responderam que é liberado na fossa e 47,5% disse liberar diretamente na várzea, ninguém admitiu liberar diretamente no rio. No entanto, mesmo as pessoas que responderam ter banheiros com fossa, o tipo de fossa utilizada tem apenas as paredes laterais de concreto ficando aberta na parte de baixo, ou seja, acaba expondo os dejetos tanto quanto quem libera diretamente na várzea sobre o solo acarretando possíveis contaminações de água e poços. Principalmente, porque no período de cheia dos rios, a maré invade boa parte do solo.

No que corresponde ao destino do lixo, como não há um sistema de coleta via prefeitura, os moradores informaram que o lixo produzido em suas residências é queimado, alguns também se utilizam do artifício de enterrar o que não é possível se desfazer com a queima, como latas etc. Vale ressaltar, que aparentemente esses fatores não se mostraram relevantes para os entrevistados e não chegam a interferir na qualidade de vida das pessoas que moram na ilha. A pesquisa fez um levantamento das quatro coisas mais importantes para a garantia de uma vida boa e digna e saneamento não estava diretamente entre as demandas mais citadas.

Outro elemento de infraestrutura importante que convém salientar, se refere ao provimento de energia. Um dos principais problemas dos moradores da Ilha das Onças. Esse problema se deve ao fato de a ilha não estar ligada ao fornecimento de energia elétrica via rede geral. Neste sentido, a maior parte do acesso à energia se dá via gerador próprio (93,75%). A solução encontrada pelos habitantes tem sido variada: 2,5% já estão se utilizando de placas solares, 2,5 % informaram não ter acesso a nenhum tipo de energia elétrica, o restante se utiliza de algum tipo de energia a diesel ou gasolina (Ver tabela 9).

Uma das adversidades geradas por essa ausência de infraestrutura de energia elétrica é a limitação em termos da possibilidade de criação de alternativas diferenciadas de geração de

renda e emprego (como a construção de bares e restaurantes, fomento a atividade turística, etc.), principalmente para jovens e mulheres, que segundo a pesquisa, são as que mais se ressentem de uma falta de independência financeira em relação aos seus parceiros, visto que, os homens são os responsáveis pela extração do açaí e são eles que conseguem efetivamente contribuir com a renda da família.

O problema da educação e saúde também são bastante afetados pela dificuldade de acesso à ilha. O que é agravado na medida em que determinadas localidades sofrem com o problema das marés, o que deixa alguns rios completamente sem condições de navegação por várias horas, inviabilizando a sua utilização como meio de transporte para a população.

Em termos da educação formal, o nível educacional é extremamente baixo. De acordo com dados da tabela 10 abaixo, a maioria dos entrevistados (60%) não possui nem o ensino fundamental completo. Além disso, boa parte deles apenas sabem escrever o nome. Mas, a pesquisa mostrou que eles de certa forma valorizam a educação, pois 90% consideram sua escolaridade insuficiente, sendo que destes, 37,5% gostariam de ter cursado o ensino médio completo, 36,25% ensino superior completo e apenas 16,25% queriam pelo menos ter cursado o ensino fundamental completo. A insatisfação é maior entre as mulheres, pois elas são as que mais vislumbram a empregabilidade.

Em termos de conhecimento tácito, a maioria se considera especialista no que faz (66,25%). Ao serem questionados sobre como aprenderam os conhecimentos que usam em seus trabalhos, 72,25% dos moradores entrevistados aprenderam com a família, 12,5% alegou ser autodidata e apenas 6,25% disse ter aprendido realizando curso técnico. Ou seja, os produtores de açaí em sua maioria utilizam em seus trabalhos diários o conhecimento aprendido geralmente na própria ilha. A maior parte dos domicílios, isto é, 58 famílias não tiveram nenhum membro que tenha realizado algum curso técnico, teve algum treinamento ou assessoria por parte de alguma instituição.

**Tabela 10-** Capital humano conforme dados de campo (Ilha das Onças/2018)

<b>Questionamentos</b>	<b>Feedbacks</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Nível educacional	não estudou	4	5
	fund.incompleto	45	56.25
	fund.completo	4	5
	médio incompleto	13	16.25
	médio completo	13	16.25
	superior completo	1	1.25
	<b>total</b>	<b>80</b>	<b>100</b>
Qual o nível educacional suficiente	fund.incompleto	1	1.25
	fund.completo	8	10
	médio incompleto	1	1.25
	médio completo	30	37.5
	superior completo	29	36.25
	pós-graduação	3	3.75
	não informou	8	10
<b>total</b>	<b>80</b>	<b>100</b>	
Se considera especialista na sua ocupação	sim	53	66.25
	não	18	22.5
	não informou	9	11.25
	<b>total</b>	<b>80</b>	<b>100</b>
Como aprendeu a atividade que trabalha	autodidata	10	12.5
	família	58	72.5
	curso técnico	5	6.25
	outros	7	8.75
	<b>total</b>	<b>80</b>	<b>100</b>
Na família alguém já fez curso técnico ou treinamento/assessoria	sim	22	27.5
	não	58	72.5
	<b>total</b>	<b>80</b>	<b>100</b>
Qual problema de saúde/ SIM	acidente	3	12.50
	AVC	3	12.50
	asma	2	8.33
	coluna	4	16.67
	deficiência mental	3	12.5
	síndrome	2	8.33
	outros	7	29.17
<b>total</b>	<b>24</b>	<b>100</b>	

**Fonte:** Elaboração própria com base em pesquisa de campo (2018).

Ainda nesse escopo, a ausência de atendimentos de urgência é apontada como uma das principais angústias entre os entrevistados. O tipo de trabalho extrativo que realizam, os expõe a um ambiente de risco a acidentes graves, e sucessivamente a demora no atendimento, além de problemas relacionados a mobilidade<sup>75</sup>, levam, por vezes, não só a invalidez como até ao óbito alguns doentes. É alto o percentual de famílias no qual o respondente ou alguém da família tem algum problema de saúde que o limita de realizar atividades diárias (cerca de 30%). Segundo informações levantadas, foi observado que problemas de coluna foram os mais citados (16,67%), seguido de acidente, AVC e deficiência mental cada um deles citados por 12,5% dos entrevistados (Ver tabela 10).

Não só a influência de componentes estruturais como a disponibilidade e acesso aos serviços e infraestrutura ajudam a compreender aspectos relacionados a qualidade de vida e/ou vulnerabilidades de uma comunidade. Os processos sociais como relações de vizinhança (redes sociais), apoio mútuo e confiança são alguns importantes fatores que podem mitigar situações de privações sociais. Nesse sentido, o capital social de uma comunidade pode se mostrar especialmente benéfico em locais onde há ausência de infraestrutura básica, como na Ilha das Onças.

No que concerne a esses fatores, a pesquisa levantou junto aos entrevistados que há, em determinados aspectos, uma forte relação de vizinhança na ilha. Isso pode ser percebido, por exemplo, na principal maneira de escoar a produção da precípua fonte de renda na ilha, o açaí. A maior parte dos entrevistados vende sua produção nas feiras através do freiteiro<sup>76</sup>, isso pressupõe uma relação de confiança, já que o mesmo fica responsável não só pelo transporte, mas também pela venda da produção.

Outro exemplo bastante citado em termos de uso do capital social em benefício mútuo, aparece no caso em que algum membro de uma família adocece, principalmente o (a) “chefe (a)” e não pode trabalhar, alguns moradores informaram que as comunidades têm o hábito de se mobilizar e fazer eventos para arrecadar fundos e provimentos para a respectiva família.

---

<sup>75</sup> No sentido de falta de ambulancha (espécie de uti fluvial) e dependendo de onde se reside, com a vazante da maré, alguns rios estreitos secam completamente dificultando o transporte e a circulação.

<sup>76</sup> Segundo os ribeirinhos, há geralmente três maneiras de escoar a produção de açaí da Ilha das Onças: 1) **através do atravessador**, que é o comerciante que compra direto no porto, ou seja, toda a transação é realizada na própria ilha e o pagamento é imediato, porém geralmente o valor pago é um pouco inferior ao valor de mercado nas feiras, 15% dos entrevistados vendem a produção desta forma, 2) **direto na feira**, isto é, o próprio produtor comercializa seu açaí arcando com os custos de transporte e a negociação (26,25%) e a maior parte 55% dos entrevistados escoam através do 3) **freiteiro**, este fica responsável pelo transporte e negociação, e para isso recebe um valor por rasa transportada, geralmente entre R\$10,00 e R\$15,00, a diferença desta forma para o atravessador é que o produtor recebe o valor de acordo com as variações de preço que o freiteiro consegue vender no dia e recebe o valor só após o retorno do freiteiro, isso significa que caso não se consiga vender todas as rasas, o produtor arca com o prejuízo da não venda.

A pesquisa constatou no que tange a confiança dos respondentes perguntando em quantas pessoas cada um confiava, a maior parte das respostas oscilou entre zero e quatro, portanto, na média os entrevistados confiam em aproximadamente uma pessoa. Não foi possível identificar ao certo o que significa “confiança” para os entrevistados, visto que, segundo a tabela abaixo 85% deles responderam que tem pessoas para quem possam pedir ajuda quando estiverem em dificuldades e quase 83,82% esclareceu que essas pessoas são familiares, seguida de vizinhos (14,71%) e outros 1,47% recorrem a igreja.

**Tabela 11-** Capital social conforme dados de campo (Ilha das Onças/2018)

<b>Questionamentos</b>	<b>Feedbacks</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Para quem pede ajuda/ SIM	parentes	57	83.82
	vizinhos	10	14.71
	igreja	1	1.47
	<b>total</b>	<b>68</b>	<b>100</b>
Se tem líder comunitário que possa pedir ajuda	sim	35	43.75
	não	44	55
	não informou	1	1.25
	<b>total</b>	<b>80</b>	<b>100</b>
Se se envolvem em atividades da comunidade	sim	51	63.75
	não	27	33.75
	não informou	2	2.5
	<b>total</b>	<b>80</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Elaboração própria com base em pesquisa de campo (2018).

De acordo com levantamentos da pesquisa, em novembro/dezembro de 2018, 55% das famílias entrevistadas informaram não ter um líder comunitário a quem possam pedir ajuda em caso de necessidade. Isso poderia indicar certa vulnerabilidade dessas famílias no que tange a unificação para ter voz ativa junto ao poder público e angariar investimentos para a comunidade. Todavia, mesmo a maioria não tendo um representante de confiança, 63,75% alegaram participar ou se envolver em atividades da comunidade. O que já é bastante importante no sentido de fortalecimento do capital social das comunidades.

Outro elemento importante a destacar em termos de vulnerabilidades dentro desse contexto está relacionado a violência urbana<sup>77</sup>, como já salientado. Os moradores se sentem inseguros com o aumento no número de assaltos e furtos a residências e com a ausência de rondas policiais fluviais. Uma das principais queixas dos moradores é a angústia de não poder contar com um atendimento rápido e eficaz quando acontece qualquer tipo de violência, sejam

<sup>77</sup> Alguns entrevistados consideram a ilha, pela proximidade, praticamente um bairro de Belém.

assaltos, brigas, desentendimentos que culminem em lesões corporais graves. Dados da pesquisa mostram que a sensação de insegurança é mais forte durante a noite. Cerca de 69% da população entrevistada se sente muito insegura durante a noite enquanto apenas 5% se sentem inseguras durante o dia. Do ponto de vista da disponibilidade de capital financeiro, pode-se afirmar que a produção extrativa do açaí é praticamente autofinanciada na sua maior parte. E como já relatado anteriormente a diversificação da produção é muito pequena. A pesquisa levantou ainda, conforme a tabela 12, que a maior parte dos amostrados produzem as mesmas coisas que produziam há cinco anos (82,5%), isso mostra que houve pouquíssima diversificação em termos de produção extrativa.

Ainda em termos de capital financeiro a atividade realizada pelos moradores da ilha lhes confere uma renda per capita média considerada alta (principalmente no “verão”) para os padrões ribeirinhos da Amazônia. Através das conversas realizadas e das entrevistas, ficou nítido a “preferência” da maioria das pessoas pelo uso do dinheiro vivo<sup>78</sup>. Ao longo da pesquisa verificou-se que a maior parte dos moradores da ilha não realizam movimentações bancárias, sendo que apenas 8,75% recorre ao banco quando precisa comprar algum item considerado de alto valor monetário, 16,25% empresta o valor de alguém quando necessário e 73,75% respondeu que utiliza outras formas de financiamento<sup>79</sup>. Vale frisar que 60% dos entrevistados não possuem cartões de crédito.

---

<sup>78</sup> Não ficou nítido ao certo, o motivo dessa preferência. Alguns entrevistados relataram não “confiar” em banco, outros informaram não gostar de ficar com dívidas, outros alegaram ainda que os juros do banco são exorbitantes e outros informaram não conhecer como funciona o sistema bancário.

<sup>79</sup> Ao se perguntar sobre qual seria esta outra forma, 22,5% respondeu que recorre a familiares, utilizando-se de cartões ou do crédito em lojas para realizar a compra. Outros informaram que parcelam em cartões de terceiros, ou seja, amigos, vizinhos e também os que parcelam em seus próprios cartões de crédito (ambos 20%). Vale ressaltar que grande parte dos cartões de crédito que os moradores da ilha possuem não são emitidos via banco, e sim, através de lojas de departamento (a exemplo da C&A). Já 18,75% informou que parcela no crediário (carnê) que possuem em lojas.

**Tabela 12-** Capital financeiro conforme dados de campo (Ilha das Onças/2018)

<b>Questionamentos</b>	<b>Feedbacks</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Produção é a mesma nos últimos 5 anos	sim	66	82.5
	não	11	13.75
	não informou	3	3.75
	<b>total</b>	<b>80</b>	<b>100</b>
Quando precisa comprar algo caro como faz	banco	7	8.75
	emprestado	13	16.25
	outros	59	73.75
	não informou	1	1.25
<b>total</b>	<b>80</b>	<b>100</b>	
Possui algum tipo de crédito na praça	não tem	23	28.75
	crédito em loja	44	55
	compra no caderninho	9	11.25
	loja/caderninho	4	5
<b>total</b>	<b>80</b>	<b>100</b>	
Prevenção para o período da entressafra (mais citados)	palmito	73	21.41
	benefícios	67	19.65
	pesca	25	7.33
	poupança	23	6.74
	caixinha	23	6.74
	pesca para consumo	23	6.74

**Fonte:** Elaboração própria com base em pesquisa de campo (2018).

De acordo com os dados levantados sobre se os entrevistados possuíam algum tipo de crédito na praça, 55% disse ter crédito em lojas para compras em carnês. Outros 28,75% informaram não ter nenhum tipo de crédito e só realizar compras à vista. No que tange a planejamento financeiro, 46,25% informou ter uma reserva ou poupança para momentos de dificuldades, enquanto aproximadamente 53% informou não ter nenhuma reserva ou poupança.

Nesse sentido, a “caixinha” é apontada como uma fonte alternativa a poupança bancária, pois há uma contribuição mensal de cada membro, onde o responsável abre uma conta poupança no banco, realiza eventos na comunidade a fim de fazer render o dinheiro e também empresta a juros a quem esteja precisando, os membros recebem os valores depositados com os respectivos acréscimos no final de cada ano. O fato é que, os moradores têm uma dependência muito grande de uma única atividade geradora de renda, as demais são secundárias e realizadas de maneira aleatória tendo em vista apenas a complementação do nível de renda, fato preocupante que demonstra o alto grau e vulnerabilidade a que estão submetidos.

## 5.7 Considerações Finais

Como se pode observar ao longo do texto, uma das questões centrais que dizem respeito à avaliação dos níveis de vulnerabilidade das populações ribeirinhas que vivem no entorno da Região Metropolitana de Belém, é o efeito das transformações no nível de renda e na tendência ao monocultivo de açaí. O que tem levado à uma preocupação em relação aos efeitos positivos e negativos da dinâmica territorial em curso, assim como em relação aos níveis de vulnerabilidade e ameaça à manutenção dos meios de vida das populações ribeirinhas.

Diversificar a produção, no sentido aqui exposto, não apenas aumenta o número de fontes de rendimento como também mitiga e espraia possíveis riscos sobre essas diversas fontes. Sendo assim, a abordagem da diversificação dos meios de vida permite captar se as famílias rurais estão em um ambiente de vulnerabilidade. Ou seja, se há nas áreas rurais famílias que não possuam ou não tenham acesso a um amplo leque de possibilidades de variações de fontes de atividades econômicas, o que por sua vez acaba por limitar seu poder de agência e liberdade de escolha.

No caso da Ilha das Onças, a pesquisa detectou que as famílias concentram suas atividades produtivas em torno do extrativismo, e mais que isso, 97,5% delas tem sua principal fonte de renda proveniente da atividade de produção de açaí (atividade que corresponde a aproximadamente 70% na formação da renda total). Nesse sentido, na perspectiva desta abordagem, a população ribeirinha da Ilha das Onças encontra-se de alguma forma sob certas condições de vulnerabilidade, já que sua principal fonte de renda advém de uma única atividade produtiva. Sendo assim, qualquer exposição dessas famílias a adversidades mercadológicas, climáticas, etc, que venham atingir a produção de açaí poderá ter um impacto grande nas condições de vida da população, sem contar que o açaí também é o principal alimento consumido na ilha.

Como forma de amenizar a baixa na produção do açaí (que é sazonal), as famílias da ilha também realizam outras atividades de maneira a complementar a renda. Diante disso, no que concerne a aspectos de análise do padrão de diversificação e ocupação das famílias, decidiu-se analisar as vulnerabilidades que o risco da produção concentrada em um único produto pode trazer, utilizando para isso a composição da renda. Isto é, verificar em que nível as demais atividades produtivas e fontes de geração de renda informadas por eles, influenciam na diminuição do nível de dependência das famílias em relação à geração de renda proveniente da economia do açaí.

Os resultados deixaram claro que no caso da ilha, a diversificação das atividades (no sentido da pluriatividade) não foi um fator determinante que impactou consideravelmente a formação da renda total dessas famílias. Ou seja, as outras atividades realizadas por elas (não relacionadas ao açaí), não foi suficientemente grande a ponto de que pudessem substituí-las em caso de baixas na atividade do açaí. Fator que vem corroborar com a constatação inicial de que as famílias rurais residentes na ilha estão sob condições de vulnerabilidade.

Para compreender de maneira mais ampla as condições de vida da população da ilha, a pesquisa também buscou captar – baseada na abordagem de Frank Ellis - as possíveis conexões entre dimensões que eles consideram importantes na composição do seu bem-estar, e os mais variados recursos disponíveis que os agentes utilizam. Assim como os fatores externos, as políticas e condições institucionais de acesso a esses recursos e como as famílias desenvolvem estratégias visando manter ou melhorar as suas condições e/ou meios de vida sob os mais variados contextos territoriais.

Sob esse panorama complexo, a pesquisa levantou alguns capitais e recursos que se apresentaram menos garantidos e com alguns empecilhos ao seu acesso. O que, de certa forma, contribui para esse ambiente de vulnerabilidade que se pode inferir como crescente em relação aos moradores da ilha. Dentre eles, chamou a atenção a ausência de elementos considerados básicos e de vital importância para o desenvolvimento de qualquer localidade. Nesse sentido, ativos naturais elementares como acesso a água potável foi um dos problemas mais relevantes detectados. De uma forma geral, há dificuldades principalmente no que tange a questões de infraestrutura, como por exemplo: a logística extremamente precária, energia, educação, saúde e segurança. Além desses principais, outros capitais e recursos também se mostraram deficitários quanto ao provimento e acesso.

Um outro ponto importante a ser debatido, está o das questões climáticas, que ultimamente vem promovendo aumento nas cheias de marés, e que segundo os moradores, se perdurarem, podem começar a afetar a produção de açaí e causar maiores erosões no solo, assim como o aumento da poluição dos rios e conseqüentemente diminuição da quantidade de peixes, importante fonte de alimentos extraído da natureza (principalmente no inverno). O que, no conjunto, poderia representar um processo de transformação no ambiente territorial que poderá trazer sérias conseqüências sobre a manutenção dos meios e vida na região das ilhas.

Além disso, outro elemento importante a destacar em termos de vulnerabilidades dentro desse contexto está relacionado a violência que tem aumentado consideravelmente. Em termos de capital financeiro, a atividade realizada pelos moradores da ilha lhes proporcionam uma renda

média per capita bem acima dos padrões locais, todavia, a maioria não utiliza serviços bancários e não tem acesso, por exemplo, a políticas de financiamentos para produtores rurais.

Apesar dessas dificuldades, as famílias desenvolvem estratégias e formas de amenizar situações de privações. Dentre elas, no que tange ao acesso a água, há algumas tentativas sendo testadas e aprimoradas junto a algumas instituições e ONGs, no sentido de melhorar o acesso e a captação de água para consumo. No caso da energia elétrica, alguns moradores já estão recorrendo a utilização de placas solares, vale ressaltar que essa iniciativa ainda está no começo e a aquisição ainda é pequena. Já no que refere a formação de poupança, uma das alternativas encontradas foi montar uma “caixinha”, cujos depósitos são revertidos aos proprietários acrescidos dos juros.

Porém, dentre os efeitos positivos dos artifícios desenvolvidos para mitigação dos problemas chama atenção a estratégia de ajuda mútua. Isso se mostrou extremamente importante visto que, além da ingerência de componentes estruturais, os processos sociais ajudam a compreender aspectos da qualidade de vida e vulnerabilidades de uma sociedade. Nesse sentido, o capital social na ilha se mostrou bastante importante e benéfico, visto que, as relações de vizinhança, o apoio e a confiança, são elementos bastante presentes no dia a dia dos moradores da ilha.

Diante disso, fica evidente que formular políticas públicas para as áreas rurais em regiões específicas da Amazônia, deve ser feito de maneira a levar em consideração o contexto territorial em que as famílias estão inseridas, compreendendo as várias conexões e mecanismos que sejam capazes de mitigar as vulnerabilidades, ao mesmo tempo em que promova o acesso da população mais carente aos recursos e não apenas isso, mas que possibilite formas de melhorar o uso desses recursos de maneira a permitir um desenvolvimento minimamente adequado para suas estratégias de manutenção dos meios de vida.

## Referências

- ALMEIDA, F. M.; MATTA, M. A. S.; DIAS, E. R. F.; FIGUEIREDO, A. B. Qualidades das águas subterrâneas das bacias hidrográficas do Tucunduba e Paracuri, Belem-PA, como base para a Gestão das Águas Urbanas de Belém. *In: SIMPÓSIO AMAZÔNIA, CIDADES E GEOPOLÍTICA DAS ÁGUAS*. 2003, Belém. Anais[...] Belém: Amazônia, Cidades e Geopolítica das Águas, 2003.
- CARNEY, D. “Implementing the sustainable rural livelihoods approach”. *In: Carney, D. (Org.). Sustainable rural livelihoods: what contribution can we make?* London: DFID, 1998. (p. 5).
- CHAMBERS, R.; CONWAY, G. R. Sustainable rural livelihoods: practical concepts for the 21st century. **IDS discussion paper**, Brighton, n. 296, p.1-33, 1992.
- ELLIS, F. Household strategies and rural livelihood diversification. **Journal of development studies**, London: v. 35, n. 1, p. 1-38, 1998.
- ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University, 2000.
- FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Iglu: FAPESP, 2007.
- FRIEDMANN, H. World market, state and family: social bases of household production in the era of wage labour. **Comparative Studies in Society and History**, Cambridge, v. 20, n. 4, p. 545-586, oct. 1978.
- GUIMARÃES, L. A. *et al.* Produção e comercialização do açaí no município de Abaetetuba, Pará. *In: JARDIM, Mário Augusto Gonçalves; MOURÃO, Leila; GROSSMANN, Monica. (Org.). Açaí (Euterpe oleracea Mart.) Possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico*. Belém: MCT/Museu paraense Emílio Goeldi, 2004. v. 1. p. 11-26.
- IBGE. **Censo Demográfico 2010**: Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 1 mar. 2018.
- NIEDERLE, P.A.; GRISA, C. Diversificação dos meios de vida e acesso a atores e ativos: uma abordagem sobre a dinâmica de desenvolvimento local da agricultura familiar. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, Bogotá, v. 61, jul./dez. 2008.
- PEÑAFIEL, A.P.P. **Modos de vida e heterogeneidade das estratégias de produtores familiares de pêssego da região de Pelotas**. Orientador: Paulo D. Waquil. 2006. 129 f. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- PERONDI, M. A.; SCHNEIDER, S. Bases teóricas da abordagem de diversificação dos meios de vida. **Revista Redes, Santa Cruz do Sul**, v. 17, n. 2, p. 117-135, maio/ago. 2012.

PERONDI, M. A. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar**. Orientador: Sergio Schneider. 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2007.

PERONDI, M. A teoria das capacitações nos estudos sobre os meios de vida e desenvolvimento rural. *In*: CONTERATO *et al.* (Org.). **Pesquisa em desenvolvimento rural: aportes teóricos e proposições metodológicas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.

SCOONES, I. “Sustainable rural livelihoods: a framework for analysis”. **IDS working paper**, Brighton, n. 72, p. 1-22, 1998. p. 4.

ROCHA, B. R. P; ALMEIDA, A. C. Energia, Desenvolvimento Sustentável e Inclusão Social nas Ilhas do Município de Belém. *In*: SIMPÓSIO AMAZÔNIA, CIDADES E GEOPOLÍTICA DAS ÁGUAS. 2003, Belém. [Anais...] Belém: Amazônia, Cidades e Geopolítica das Águas, 2003.

SEN, A. K. Equality of What, 1980. *In*: SEN, A. K. **Choice, Welfare and Measurement**. Cambridge: Harvard University Press, 1982

SEN, A. **Poverty and famines: an essay on entitlement and deprivation**. Oxford: Oxford Univ. Press, 1981.

SEN, A. **Commodities and capabilities**. Amsterdam: North Holland, 1985.

SEN, A. **The standard of living**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

SEN, A. **Inequality re-examined**. Oxford: Clarendon Press, 1992.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 95.

SILVEIRA, I. J. M.; SÁ, L. L. C. de; QUARESMA, H. D. B.; SANTOS, E. C. de O. Projeto avaliação dos impactos ambientais e qualidade da água na área insular do município de Belém - Pará. *In*: SIMPÓSIO AMAZÔNIA, CIDADES E GEOPOLÍTICA DAS ÁGUAS. 2003, Belém. [Anais...] Belém: Amazônia, Cidades e Geopolítica das Águas, 2003.

SCHALLENBERGUER, B. H. **A atividade pesqueira nas ilhas do entorno de Belém**. Orientadora: Flávia Lucena Frédou. 2010. 121 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aquática e Pesca), Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

TERNOSKI E PERONDI. As estratégias de diversificação dos meios de vida e a formação da renda: uma análise empírica sobre os estabelecimentos agrícolas familiares cooperados da Cresol Prudentópolis1. **Teoria e Evidência Econômica**, ano 20, n. 43, p. 283-312, jul./dez. 2014

VEDOVETO, M. **Caracterização do mercado de açaí (Euterpe oleracea Mart.) em Belém entre 2006 e 2008**. São Paulo: USP; ESALQ; IMAZON, 2008.

## 6 CONCLUSÕES

Para concluir este trabalho, busca-se alinhavar de maneira breve e como considerações finais, algumas questões que parecem nortear de maneira transversal toda a pesquisa realizada em seus vários capítulos apresentados na forma de um capítulo introdutório e mais três capítulos em forma de artigos. Ao mesmo tempo que se joga luz sobre perguntas levantadas no início da pesquisa sobre os efeitos do crescimento do mercado de produtos extrativos, como o açaí, e da dinâmica de urbanização sobre as condições de vida da população ribeirinha residente nas proximidades da Região Metropolitana de Belém.

Aspectos ligados aos estudos sobre pobreza multidimensional avaliados a partir da abordagem das capacitações de Amartya Sen, representa o fio condutor de todo o estudo, na medida em que se avalia o grau de liberdade substantiva das pessoas tendo em vista diferentes perspectivas metodológicas e abordagens teóricas alternativas para o tratamento da questão da relação entre pobreza, território e desenvolvimento da Amazônia.

Para cada um dos capítulos, buscou-se desenvolver e apresentar ferramentas teóricas e metodológicas alternativas que visassem apresentar um olhar novo para o problema da relação entre pobreza e desenvolvimento, a partir de uma mediação chave comandada por um olhar sobre a dimensão territorial. Por isso, o fio condutor do trabalho, como um todo, gira em torno da seguinte pergunta: em que medida a dimensão territorial influencia nos níveis de liberdades substantivas e na capacidade de agência dos atores econômicos e sociais para além de seus aspectos estritamente pessoais? Para isso, parte-se de uma discussão sobre em que medida os métodos mais tradicionais até hoje desenvolvidos para análise multidimensional da pobreza poderiam servir como ponto de partida para uma análise mais profunda dos aspectos territoriais que influem nas condições de pobreza da população ribeirinha que vive em uma região específica de várzea da Amazônia.

Nesse sentido, entre os aspectos de maior ênfase no estudo – desenvolvido no sentido de avaliar o impacto dos componentes territoriais sobre o nível de capacitações da população ribeirinha que vive em áreas de várzea da região da Ilha das Onças – está a capacidade de agência das populações locais e a consideração em relação aos funcionamentos de valor identificados por elas mesmas como prioritários, em termos da realização do que as pessoas consideram importante ser e fazer para ter uma vida considerada boa. Ou seja, uma análise que esteja relacionada à escolha de dimensões prioritárias que não sejam impostas a partir de fora, levando em consideração os funcionamentos de valor que, de uma forma ou de outra, os agentes locais têm razão para valorizar.

Entre as abordagens alternativas que se inspiram na perspectiva multidimensional da pobreza, tal como apresentada pela abordagem das capacitações de Amartya Sen, duas delas foram consideradas de maneira mais direta nos estudos aqui apresentados: o modelo de análise sintético proposto através do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) e a abordagem dos meios de vida (*livelihoods*). Ambos considerados como ponto de partida alternativos e, ao mesmo tempo complementares, no sentido de se procurar avaliar os efeitos da dimensão territorial sobre as condições de liberdades substantivas dos agentes econômicos e sociais avaliados ao longo do trabalho.

Depois de apresentar de maneira mais geral, no capítulo 2, os aspectos teórico-metodológicos e os objetivos e problemática da pesquisa, inicia-se os estudos propriamente dito empíricos e em formato de artigos, no capítulo 3; onde se busca avaliar questões relacionadas aos efeitos diversos da dinâmica territorial e ao processo de urbanização em curso na região estuarina do rio Amazonas, nas proximidades da Região Metropolitana de Belém – de maneira específica em relação aos seus efeitos sobre os níveis de pobreza multidimensional da população da Ilha das Onças. Neste sentido, a pergunta central que se coloca neste momento, diz respeito aos desdobramentos do processo de urbanização acompanhado de diversas externalidades (positivas e negativas) que afetariam as comunidades ribeirinhas do entorno, e que, com isso, ajudariam a configurar um perfil de dinâmica territorial e análise da pobreza multidimensional de maneira bastante específica.

Por isso, esse componente relativo de avaliação da renda, se torna um elemento de fundamental importância como item de comparação dos resultados em relação ao cálculo do chamado  $IPM_{ilha}$ , o qual foi apresentado no capítulo 4. Neste capítulo, o foco se volta para o uso da metodologia do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) como ponto de partida para um análise mais ampla onde se eleva em consideração elementos territoriais e escolhas específicas dos agentes locais como base de análise do nível de privação da população ribeirinha que vive na Ilha das Onças. Nesse sentido, o estudo apresentado se diferencia das análises tradicionais do IPM, na medida em que considera como multidimensionalmente pobres indivíduos que sofrem privações em determinada combinação de indicadores, onde os pesos são atribuídos tendo em vista as dimensões escolhidas pelos moradores da ilha como prioritárias.

Os resultados apontam que diferentes níveis e sistemas de pesos entre dimensões, podem resultar em leituras sobre a caracterização dos níveis de pobreza de maneira completamente diferentes. Estando a população ribeirinha podendo ser avaliada como pobre numa escala que leve em consideração a forma como as pessoas valorizam cada uma das dimensões; sem que se

dê um peso excessivo para variáveis ou dimensões que têm uma importância relativamente pequena para eles.

Sendo assim, observa-se que, entre os mais desamparados que vivem na região da Ilha das Onças, há carência não tanto e especificamente de renda; falta principalmente infraestrutura, educação, saúde, segurança, emprego e voz ativa nas instituições que os deixam sem acesso a serviços e oportunidades de aproveitar de uma melhor condição de apropriação dos benefícios, e não só dos custos, do processo de urbanização em curso na região. Chama atenção que, entre as dimensões consideradas prioritárias pelos entrevistados, a renda não conste como uma das principais<sup>80</sup>. De certa forma, este resultado parece ter relação direta com o fato de que o rendimento médio dos habitantes da ilha ser relativamente elevado.

Na sequência, no capítulo 5, busca-se complementar os estudos anteriores com uma avaliação mais direta do impacto da dinâmica territorial sobre as estratégias de meios de vida da população ribeirinha da Ilha das Onças. Nesse sentido, o estudo busca avaliar, de maneira geral, o impacto que as transformações do meio de vida das pessoas no meio rural têm tido sobre as condições de agência e controle das estratégias de adaptação da população em meios a diversos processos territoriais em curso. De maneira a manter e/ou tornar os meios de vida compatíveis com a manutenção e alcance de determinados funcionamentos de valor que as pessoas em seu contexto de vida têm alguma razão para valorizar.

De uma forma geral, portanto, os resultados dos três artigos apontam algumas questões que aparecem de maneira transversal de maneira muito clara.

Primeiramente, que o meio de vida e as condições de agência dos ribeirinhos que vivem na Ilha das Onças não foi grandemente afetada pela forma clássica da questão agrária e da imposição das adversidades em geral reconhecidas pelo avanço da agricultura capitalista, e nem pelo processo de pressão sobre a estrutura fundiária, o qual os mesmos se encontram inseridos. Isso muito se deve as características históricas e territoriais da forma como essas populações ribeirinhas da Amazônia foram sendo inseridas no ceio das relações sociais e do processo de urbanização e avanço das formas de comercialização dos produtos extrativos na região.

Em segundo lugar, que o processo de aumento da vulnerabilidade das populações ribeirinhas tem se intensificado mais recentemente com o processo de urbanização e o crescimento do mercado de açaí, que têm estimulado o cultivo e manejo mais agressivo dos açazais da região, diminuindo o grau de diversidade socioeconômica e ambiental de diversas

---

<sup>80</sup> A variável renda aparece entre as prioridades para 17,5% dos entrevistados que indicaram entre umas das quatro dimensões mais importantes a questão da renda. No entanto, se consideramos as quatro dimensões mais importantes, a renda não aparece entre as primeiras.

áreas de várzea e regiões de ilhas nas proximidades da RMB. O que tem reduzido as possibilidades e alternativas de diversificação das atividades produtivas e de geração de renda nas ilhas.

O grande volume de venda e comercialização do açaí, além dos preços relativamente maiores do que de outras regiões do estado (pela qualidade do fruto), levou 41,67% dos produtores entrevistados (que gostariam de possuir mais terra)<sup>81</sup> a afirmarem que se tivessem uma terra “extra” para produção, continuariam a produzir o açaí. Esta disposição de aumentar o volume de produção tem levado os produtores a um processo de adensamento dos açaizais e consequentemente a uma diminuição da diversidade, fato que poderia colocá-los numa situação de vulnerabilidade ainda maior diante de qualquer intempérie econômica ou climática que porventura viesse a atingir a produção de açaí.

Indo no mesmo caminho, crer-se que é possível verificar aspectos ainda interessantes a serem observados, seguindo estes dois pontos principais. Entre eles, pode-se destacar o hábito de consumo de peixes, o qual tem sido citado por vários autores como uma das transformações no hábito de consumo das populações ribeirinhas da Amazônia como processo bastante acelerado. A transformação no hábito alimentar no sentido de uma maior dependência em relação à produtos comprados fora da propriedade, significando uma diminuição do grau de autonomia e uma maior dependência da renda monetária adquirida por meio da venda de produtos, como o açaí. O que têm afetado as estratégias de meios de vida das pessoas.

Em uma situação de crise na produção ou no mercado, e que implique numa diminuição no direito de acesso ao açaí, tanto para fins de consumo próprio como para venda, a situação da população da ilha pode se deteriorar, o que pode vir a representar no limite uma situação de carência aguda e possível processo de migração dos mais jovens para a cidade. Situação que sinaliza num potencial grau de vulnerabilidade que essas famílias estão inseridas no que diz respeito à sua pouca diversificação dos meios de produção, assim como o crescente adensamento dos açaizais, com a diminuição da produção de outras espécies.

Cabe salientar também a disposição das famílias para a busca de emprego fora da propriedade, o que significa que elas estão atentas ao risco da especialização excessiva, assim como em formas de diversificação de renda para os jovens, mulheres e que também poderia ajudar no sustento da família nos períodos de entressafra. Não se pode deixar de destacar neste sentido ainda, o papel das mulheres e suas especificidades enquanto agentes que buscam a sua autonomia também em relação à renda familiar. Em geral, pode-se perceber nas entrevistas um

---

<sup>81</sup> Do total da amostra, 42 entrevistados disseram precisar de mais terra para produzir e 36 alegaram que a quantidade de terra que possuem é suficiente.

alto grau de vulnerabilidade das mulheres e sua grande dependência em termos da renda gerada pela atividade produtiva do açaí. Atividade que, em geral, depende quase que completamente da atividade dos homens da família. Neste caso, qualquer imprevisto ou acidente, que tenha como consequência a morte ou a inviabilização do trabalho masculino, pode representar um alto grau de vulnerabilidade na manutenção da renda familiar.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.
- ALKIRE, Sabina; SANTOS, Maria Emma. Acute multidimensional poverty: a new index for developing countries. **OPHI Working Paper**, University of Oxford, n. 38, 2010. Disponível em: <https://ophi.org.uk/resources/ophi-working-papers/>. Acesso em: 15 ago. 2013.
- BAGOLIN, Izete Pengo; ÁVILA, Rodrigo Peres de. Poverty distribution among the Brazilian states: a multidimensional analysis using capabilities and needs approaches. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 34., 2006, Salvador. [**Anais...**] Salvador: ANPEC, 2006. v. 1.
- BARROS, R. P. *et al.* **O Índice de Desenvolvimento da Família -IDF**. Rio de Janeiro: IPEA, out. 2003. 20 p. (Texto para Discussão, n. 986).
- BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel. **Pobreza multidimensional no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006 (Texto para discussão, n. 1227).
- BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia**: a nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- BECKER, Bertha K. **A Urbe Amazônica**: a floresta e a cidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.
- BECKER, Bertha K. **Fronteira Amazônica**: questões sobre gestão do território. Rio de Janeiro: UFRJ, 1990.
- BROWDER, John O.; GODFREY, Brian J. **Cidades da floresta**: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia Brasileira. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2006.
- CASTRO, Edna. (Org.). **Cidades na floresta**. São Paulo: Annablume, 2008.
- CASTRO, E.; MOURA, E.; MAIA, M. **Industrialização e grandes projetos**: desorganização e reorganização do espaço. (Org.). Belém: Editora da UFPA, 1995.
- CARNEY, D. “Implementing the sustainable rural livelihoods approach”. *In*: CARNEY, D. (Org.). **Sustainable rural livelihoods**: what contribution can we make? London: DFID, 1998. (p. 5).
- CHAMBERS, R.; CONWAY, G. R. Sustainable rural livelihoods: practical concepts for the 21st century. **IDS discussion paper**, Brighton, n. 296, p. 1-33, 1992.
- COBO, Barbara; ATHIAS, Leonardo; MATTOS, Gilson Gonçalves de. **Multidimensional poverty in Brazil through fundamental social rights realization**: an analytic proposal. IARIW-IBGE Conference on Income, Wealth and Well-Being in Latin America, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.iariw.org/papers/2013/CoboPaper.pdf>. Acesso em: 14 maio, 2019.

COELHO, M. C. N.; CASTRO, E.; MATHIS, A.; HURTIENNE, T. **Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional**. Belém: CEJUP; UFPA; NAEA, 2001.

COMIM, F. Operationalising Sen's capability approach. conference poverty and justice: examining Sen's capability approach. **St Edmund's College**. Cambridge, p. 5-7, jun. 2001.

COMIM, Flávio V.; BAGOLIN, Izete. Aspectos qualitativos da pobreza no Rio Grande do Sul. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 23, Número especial, p. 467-490, 2002.

CORREA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 39-68, jul./set. 1987.

DINIZ, M. B.; DINIZ, M. M. Um indicador comparativo de pobreza multidimensional a partir dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio. **Econômica Aplicada**, v. 13, n. 3, p. 399-423, 2009.

ELLIS, F. Household strategies and rural livelihood diversification. **Journal of Development Studies**, London, v. 35, n 1, p. 1-38, 1998.

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University, 2000.

FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Iglu: FAPESP, 2007.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp; IE. 1999. (Coleção pesquisas, n. 1).

HARRISON, M. From **Theory to measurement**: some issues raised in operationalising Professor Sen's Capability Approach. Conference Poverty and Justice: Examining Sen's Capability Approach. St Edmund's College. Cambridge, p. 5-7 Jun. 2001.

JANNUZZI, P.M.; SOUSA, M.F. Contribuição para a agenda de objetivos de desenvolvimento sustentável: Indicador de Pobreza Multidimensional de Pobreza para América Latina inspirada em proposta preliminar da Cepal. **Estudo Técnico SAGI**, n. 13, 2016. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/>. Acesso em: 14 maio, 2019.

KAGEYAMA, Angela A. (Coord.) O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. *et al.* (Org.). **Agricultura e políticas públicas**. Brasília, DF: IPEA, 1990. p. 113-223.

KAGEYAMA, Angela. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicações ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, v. 15 n. 1. 2006.

KUKATHAS, Chandran; PETTIT, Philip. “Uma teoria da Justiça” e os seus críticos. Lisboa: Gradiva, 1995.

MARTINETTI, E.C. A multidimensional assessment of well-being based on sen's function approach. Conference poverty and justice: Examining Sen Capability Approach. **St Edmund's College**. Cambridge, p. 5-7, jun. 2001.

MONTE-MÓR, R. L. **Urbanização extensiva e lógicas de povoamento**: um olhar ambiental. Território, globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC; ANPUR, 1994.

NIEDERLE, P.A.; GRISA, C. Diversificação dos meios de vida e acesso a atores e ativos: uma abordagem sobre a dinâmica de desenvolvimento local da agricultura familiar. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, Bogotá, v. 61, jul./dez. 2008.

NIEDERLE, P.A.; WESZ JUNIOR, V.J. A agroindústria familiar na região Missões: construção de autonomia e diversificação dos meios de vida. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 3, p. 75 – 102, set. /dez. 2009.

NOZICK, R. **Anarchy, State and Utopia**. Oxford: Blackwell, 1974.

PELEGRINI, G.; GAZOLLA, M. **A agroindústria familiar no Rio Grande do Sul**: limites e potencialidades a sua reprodução social. Frederico Westphalen, RS: URI, 2008.

PERONDI, M. A teoria das capacitações nos estudos sobre os meios de vida e desenvolvimento rural. *In*: CONTERATO *et al.* (Org.). **Pesquisa em desenvolvimento rural**: aportes teóricos e proposições metodológicas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.

NUSSBAUM, Martha. **Woman and human development**: the capability approach. Cambridge: University Press, 2000.

OLIVEIRA, J. A. **Cidades na selva**. Manaus: Valer, 2000.

RAVALLION, Martin. On multidimensional indices of poverty. **Journal of Economic Inequality**, v. 9, n. 2, p. 235-248, 2011.

RAWLS, John. **A theory of justice**. Cambridge, Mass: Havard University Press, 1971.

RIBEIRO, Miguel Ângelo. A rede urbana amazônica: da rede dendrítica à configuração de uma rede complexa. *In*: **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. São Paulo: Gaspar; EDUSP, 2001. p. 369-389.

ROBEYNS, Ingrid. The capability approach: a theoretical survey. **Journal of Human Development**, v. 6, n. 1, 2005.

ROCHA, G. M. **A construção da usina hidrelétrica e a redivisão política-territorial na área de Tucuruí**. 1999. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, Belém, 1999.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCOOONES, I. Sustainable rural livelihoods: a framework for analysis . **IDS working paper**, Brighton: n. 72, p. 1-22, 1998.

SEN, A. K. "Equality of What". *In*: SEN, A.K. **Choice, welfare and measurement**. Cambridge: Havard University Press. 1980.

SEN, A. K. Poverty and famines: an essay on entitlement and deprivation. Oxford: Oxford Univ. Press, 1981.

SEN, A. K. **Commodities and capabilities**. Amsterdam: North Holland, 1985.

SEN, A. K. **The standard of living**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

SEN, A. K. **Inequality re-examined**. Oxford: Clarendon Press, 1992.

SEN, A. K. **Sobre ética e economia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de letras, 2000.

SEN, A. K. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEN, A.K; FOSTER. **On economic inequality**. Oxford: Claredon Press, 1997.

TOIGO, C.; CONTERATO, M. Pobreza, vulnerabilidade e desenvolvimento no território rural Zona Sul: o que aponta o Índice de Condição de Vida? **RESR**, Piracicaba,SP, v. 55, n. 2, p. 267-284, abr./jun. 2017.

TOURINHO, H. L. Z. Repercussões sócio-econômicas da indústria Albras-Alunorte em sua área de influência imediata. (Org.). Belém: IDESP, 1991.

TERNOSKI E PERONDI. As estratégias de diversificação dos meios de vida e a formação da renda: uma análise empírica sobre os estabelecimentos agrícolas familiares cooperados da Cresol Prudentópolis1. **Teoria e Evidência Econômica**, Ano 20, n. 43, p. 283-312, jul./dez. 2014

TRINDADE JUNIOR. S. C. e ROCHA, G. M. (Org.). **Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local**. Belém: Paka-tatu, 2002.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME - UNDP. **Human development report 1990**. New York: Oxford University Press, 1990. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1990>. Acesso em: 10 maio, 2019.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME - UNDP. **Human development Report 1997**. New York: Oxford University Press, 1997. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/content/human-development-report-1997>. Acesso em: 12 maio, 2019.

VALVERDE, Orlando. **Grande Carajás: planejamento da destruição**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

VAZ, A.C.N.; JANNUZZI, P.M. Indicador de Pobreza Multidimensional como síntese dos efeitos da abordagem multissetorial do Plano Brasil Sem Miséria. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação, Brasília, DF, n. 8, 2014.**

VEIGA, José Eli. **A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

VEIGA, José Eli. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula.** Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WESZ JUNIOR, V.J.; NIEDERLE, P.A. Agroindustrialização e agricultura familiar: novas dinâmicas de desenvolvimento rural na região Missões, RS. **Geo UERJ, n. 17, v. 2, p. 88-108, 2007.**

## **ANEXOS**

**ANEXO A - Questionário Pobreza Multidimensional Ilha das Onças**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

**PROJETO CAPES**

**Questionário Pobreza Multidimensional Ilha das Onças**

**PARTE 1**

**Variáveis Controle (tradicionais) – gênero, faixa etária, religião, escolaridade, etc.**

1. Qual seu gênero?

Masculino       Feminino

2. Quantos anos você tem? \_\_\_\_\_

3. Você se considera de que cor ou raça? (de acordo com a classificação do IBGE)?

Branco    Pardo    Amarelo    Preto    Indígena    Outro, qual? \_\_\_\_\_

4. Qual é o seu estado civil?

Casado    Casado / União estável    Vivendo como casados    Separado (depois de serem casados / em parceria civil)    Divorciado / Dissolução da união estável

Viúvo    Nunca casado

5. No total, quantas pessoas moram nesta residência? \_\_\_\_\_

5.1. Qual o vínculo que eles têm com você? Qual a idade? Até que ano cada um estudou? O que fazem?

Vínculo	idade	escolaridade	o que faz	Problemas de Saúde


6. Você tem filhos?  Sim => passe para 6.1  Não => passe para 6.3
- 6.1 Seus filhos moram todos aqui com você?  Sim  Não => passe para 6.2
- 6.2 Onde eles moram?  Ilha  Belém  Barcarena  outras cidades
- 6.3 Você tem irmãos?  Sim => passe para 6.4  Não=> Passe para 7
- 6.4 Seus irmãos moram todos aqui com você?  Sim => Passe para 7  Não => passe para 6.5
- 6.5 Onde eles moram?  Ilha  Belém  Barcarena  outras cidades
7. Qual religião, denominação religiosa ou corpo religioso você pertence?

**EDUCAÇÃO FORMAL (Dimensão 3)**

8. Qual é a mais alta qualificação educacional que você tem? (respondente)

- Ensino fundamental  completo  incompleto.
- Ensino médio  completo  incompleto.
- Ensino superior  completo  incompleto.
- Pós-graduação
- Não estudou

9. Você considera sua escolaridade suficiente?  Sim  Não=> passe para 9.1

9.1. Qual seria? (Apenas para o respondente)

**PARTE 2**

1. Quais as 4 coisas que você considera mais importantes para garantir uma vida boa?

- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_

2. Destas que você falou, você poderia, por favor, me dizer a ordem de importância. Da mais importante a menos importante? (Anotar os números nos quadrinhos acima, sendo 1 a mais importante e 4 a menos importante)

3. Você poderia me dizer, se você ou sua família enfrenta ou já enfrentou falta (privação) em alguma dessas coisas que você considera importante? Se sim, em qual (is) por ordem de importância?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

4. Que coisas um lugar precisa ter ou permitir fazer para ser considerado bom para se viver?

---

5. Na sua opinião, o que uma criança precisa para se desenvolver “bem”?

---

6. Como você sabe se alguém é pobre?

---

7. Você se considera:

Rico

Nem pobre nem rico

Pobre => passe para 7.1

=> passe para próxima parte

7.1. Você tem algum plano para sair da pobreza?  Não  Sim=> passe para 7.2

7.2. Qual? \_\_\_\_\_

### PARTE 3

#### EDUCAÇÃO

1. Você trabalha com o quê? \_\_\_\_\_

2. Sua condição nesse trabalho é:  Empregado com carteira assinada  Empregado informal  Desempregado  Trabalha por conta própria  Aposentado

3. Nessa atividade você se considera especialista?  Sim => passe para 5  Não => passe para 4

4. Em qual atividade você se considera especialista? \_\_\_\_\_

5. Os conhecimentos que você usa no seu trabalho, você aprendeu como?

---

6. Quanto das suas habilidades e talentos você utiliza no seu trabalho

Nada  Um pouco  Muito  Totalmente

7. Você já teve alguma vez trabalho com carteira assinada?  Sim  Não

8. Você ou alguém da sua família já fez algum curso técnico ou recebeu algum treinamento ou assessoria?  Sim => passe para 8.1  Não => passe para 9

8.1. Esse curso foi ministrado por quem?

Universidade  EMBRAPA  EMATER  SEBRAE  ONGs  Empresa que trabalha ou trabalhou  outros. Qual? \_\_\_\_\_

9. Há quanto tempo você e sua família vivem aqui na Ilha das Onças? \_\_\_\_\_

10. A propriedade ou o local que você mora é próprio?

Sim  Não

11. Vocês trabalham somente aqui ou também trabalham em outra propriedade?

Só explorando  Em outra propriedade  Ambos

12. Se explorando, o que vocês produzem?

açai  peixe  cacau  borracha  camarão  outros. Qual? \_\_\_\_\_

12.1. Quanto vocês têm conseguido colher por semana em relação ao Açaí (em rasa): Quantidade na safra \_\_\_\_\_ Quantidade na entressafra \_\_\_\_\_

12.1.1. Dessa produção quanto vocês consomem (por semana)? \_\_\_\_\_

12.2 E em outras atividades? Dessa produção quanto produz? Quanto consome?

Quais	Quanto produz	Quanto consome

13. Vocês vendem para algum  atravessador ou  direto na feira?

14. Além do que vocês produzem para consumo e para vender, tem algum outro tipo de atividade (não agrícola) que vocês fazem para o sustento da família? Se sim. Quais?

Quais	Quanto tira (dia, semana, mês)

15. A terra aqui é boa é fértil ou tem tido problemas com algum dos produtos?

Fértil  Problemas

16. E sobre a quantidade de terra que vocês têm  Está bom=> passe para 18  Seria necessário mais terra para produzir? => passe para 17

17. E se vocês tivessem mais terra, que produtos vocês produziriam mais?

18. Vocês produzem atualmente as mesmas coisas que produziam há cinco anos?

Sim => passe para 20  Não => passe para 19

19. Vocês já deixaram de produzir alguma coisa que vocês produziam no passado ou passaram a produzir coisas novas que não produziam?

20. Como vocês organizam as distribuições das tarefas na produção entre os membros da família?

21. Além dessas coisas que vocês fazem tem alguma outra coisa que vocês sabem ou gostam de fazer?

Sim=> passe para 21.1  Não => passe para 22

21.1. Quais? \_\_\_\_\_

22. Você tem acesso à internet?  Sim => passe para 22.1  Não => passe para 22.2

22.1. Para qual finalidade você acessa a internet?

Buscar informação  Transação financeira  Notícias  Redes sociais

Compras/negócios

22.2. Você se informa sobre o que está acontecendo no país através de quê?

## SAÚDE

1. Você ou alguém de sua família tem algum problema de saúde que de alguma forma limita suas atividades diárias em comparação com a maioria das pessoas de sua idade?

Sim => passe para 1.1  Não => passe para 2

1.1. Você se importaria em dizer qual? \_\_\_\_\_

2. Vocês comem carne, frango ou peixe pelo menos duas vezes por semana?

Sim => passe para 2.1  Não => passe para 2.3

2.1. Qual delas vocês comem com mais frequência? \_\_\_\_\_

2.2. Alguma delas vocês gostariam de comer mais vezes? Qual? \_\_\_\_\_

2.3 Além das carnes já mencionadas que outros tipos de alimentos vocês consomem quase todos os dias?

Massas  Legumes e verduras  Grãos  Pães  Ovos  Frutas  Leites e derivados  Produtos industrializados  Outros. Qual? \_\_\_\_\_

2.4 Das afirmativas a seguir, qual aquela que melhor descreve o tipo de alimento consumido por sua família?

Sempre do tipo que quer => Passe para a questão 3

Nem sempre do tipo que quer

Raramente do tipo que quer

Siga para a questão 2.5

2.5. Qual a razão de sua família não estar se alimentando do tipo que quer?

Porque a renda familiar não permite

Os alimentos que a família quer não são encontrados no mercado

Outras razões

3. De onde vem a água que vocês usam para beber e/ou cozinhar?  Direto do rio  Mineral comprada  Prefeitura  Busca em algum local. Qual? \_\_\_\_\_

3.1 Já vem em condições de consumo  Sim  Não => passe para 3.2

3.2. Que tipo de tratamento utilizam?

Ferve ou filtra  Acrescenta cloro  Não trata  outros. Qual? \_\_\_\_\_

4. A água que vocês usam na sua casa é encanada?  Sim  Não

5. Quando alguém de vocês fica doente como vocês fazem?

Vão ao médico  Tratam em casa:  Com remédio tradicional  Com remédio alternativo

Outro? Qual? \_\_\_\_\_

6. Vocês vão ao médico com regularidade para exames de rotina ou só quando estão com doença grave?

Regularmente  Só quando fica doente

6.1. Se regularmente, por quê? \_\_\_\_\_

6.1.1. Onde fica o atendimento? \_\_\_\_\_

6.2. Quando vão ao médico ou ao posto de saúde vocês seguem o tratamento recomendado?

Sim  Não  Às vezes. Se não ou às vezes, por quê? \_\_\_\_\_

7. Com que frequência vocês vão ao dentista?

Nunca foi  Só quando tem dor de dente ou algum problema dentário  Pelo menos 1 vez por ano  Alguma vez no passado

### CONDIÇÕES DE VIDA

<b>sem rendimento</b>	<b>menos de 1/2 SM</b>	<b>menos de 1 SM</b>	<b>entre 1 e 2 SM</b>
	<b>entre 3 e 4 SM</b>	<b>entre 4 e 5 SM</b>	<b>mais de 5 SM</b>

1. Você recebe algum tipo de benefício social do governo?  Sim  Não.

Se sim. Qual? \_\_\_\_\_

2. Você recebe seguro defeso?  Sim  Não

3. A sua acomodação atual é adequada ou inadequada para a sua atual necessidade?

adequada  inadequada

4. Os quartos que existem na sua casa são suficientes para todas as pessoas?  Sim  Não

4.1. Quantas pessoas dormem no cômodo mais cheio? \_\_\_\_\_

5. Na sua casa como o esgoto é liberado:  na fossa  na várzea  no rio

6. O que vocês fazem com o lixo?

Queima  Joga no rio  Enterra  Coletado pela prefeitura  Outros. Qual? \_\_\_\_\_

10. Vocês têm acesso a que tipo de iluminação na sua casa?  Não tem  Rede geral  Gerador  Outros. Qual? \_\_\_\_\_

11. Na sua residência tem:

Geladeira  freezer  Fogão a gás  Fogão a lenha  Televisão  Telefone/celular  Rádio  Embarcação a motor  Máquina de lavar roupa

12. Quanto você precisaria ganhar mensalmente para você e sua família viverem bem?

(R\$ \_\_\_\_\_). O que você faria com esse dinheiro? \_\_\_\_\_

13. Aqui onde você mora, acontece de você ficar impedido de sair ou voltar para casa por algum motivo? (mobilidade) =>  Sim => passe para 13.1 e 13.2  Não => passe para 14

13.1. Qual o motivo? \_\_\_\_\_

13.2. Com que frequência isso ocorre?

Raramente  Com alguma frequência  Muito frequentemente

14. Por favor, indique o quão seguro você se sente andando sozinho na área perto de sua casa durante o dia?

Muito seguro  Razoavelmente seguro  Nem seguro nem inseguro  Muito inseguro

15. Por favor, indique quão seguro você se sente andando sozinho na área perto de sua casa depois de escurecer?

Muito seguro  Razoavelmente seguro  Nem seguro nem inseguro  Muito inseguro

16. O que você faz pra se divertir? \_\_\_\_\_

16.1. Tem alguma coisa que gostaria de fazer? \_\_\_\_\_

16.2. Não faz, por quê? \_\_\_\_\_

17. Quais são os 4 problemas mais graves que você vê com as pessoas mais pobres aqui no lugar que você mora? Coloque 1 para o pior, 2 para o segundo pior e assim por diante.

HABITAÇÃO [     ]	SAÚDE [     ]
EDUCAÇÃO [     ]	ÁREAS DE LAZER [     ]
ASSISTÊNCIA SOCIAL [     ]	SANEAMENTO BÁSICO [     ]
TRABALHO E RENDA [     ]	TRANSPORTE E CIRCULAÇÃO [     ]
ILUMINAÇÃO PÚBLICA – DIP [     ]	

### **CAPITAL SOCIAL (da família)**

1. Em quantas pessoas você confia? \_\_\_\_\_

1.1. Vocês têm pessoas para quem podem pedir ajuda quando estão em dificuldade?

Não => passe para 2  Sim. Se sim, para quem? \_\_\_\_\_

Parentes  Vizinhos  Igreja  Outras instituições  Poder público  ONGs  líder comunitário

2. Existe algum líder comunitário que vocês podem pedir ajuda? \_\_\_\_\_ Quem?  
\_\_\_\_\_

3. Vocês se envolvem geralmente em atividades da comunidade?  Sim  Não

4. E quando as pessoas aqui da ilha em geral tem algum conflito quem ajuda a resolver?  
\_\_\_\_\_

### **CAPITAL FINANCEIRO**

1. Quando vocês precisam comprar alguma coisa mais cara, se não tem todo dinheiro como vocês fazem?

Pega no banco  Pede emprestado (para quem? \_\_\_\_\_)  Outros. Qual? \_\_\_\_\_

2. você ou alguém na família possui cartão de crédito?  Sim  Não

3. Vocês possuem algum tipo de crédito na praça?

Crédito em alguma loja     Compra fiado no caderninho

4. Vocês tem alguma reserva ou poupança para quando estiver em dificuldade ou doente?

Sim     Não

5. Como vocês se previnem para o período da entressafra? \_\_\_\_\_

**Pergunta Complementar**

Nessa residência alguém já teve filho que nasceu morto ou que morreu em seguida ao nascimento a partir do 7º mês de gravidez?  Sim     Não. Quantos? \_\_\_\_\_